

TANIA LOBO

**A COLOCAÇÃO DOS CLITICOS EM
PORTUGUES
DUAS SINCRONIAS EM CONFRONTO**

Dissertação destinada à obtenção do grau de Mestre em LINGUISTICA PORTUGUESA HISTORICA, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

1992

INDICE

Apresentação.....	I
1. Considerações Preliminares	
1.1. Sobre a Questão da Definição do Português do Brasil.....	1
1.2. Sobre a Sintaxe na Linguística Histórica Portuguesa.....	14
1.3. Sobre a Colocação dos Clíticos na História da Língua Portuguesa.....	18
2. Os Corpora	
2.1. <i>Corpus</i> Adotado para a Análise do Português Brasileiro Contemporâneo.....	23
2.2. <i>Corpus</i> Adotado para a Análise do Português Quinhentista.....	26
3. A Metodologia	
3.1. A Teoria Sociolinguística e a sua Aplicação ao Estudo da Sintaxe.....	30
3.2. Os Instrumentos de Análise	
3.2.1. Análise Quantitativa.....	33
3.2.2. Variáveis Explanatórias Estruturais e Extralinguísticas.....	36
4. A Colocação dos Clíticos	
4.1. A Explicação Morfossintática.....	45
4.2. A Explicação Fonológica.....	52

5. O Português Quinhentista

5.1. Variáveis Explanatórias Estruturais.....	64
5.1.1. Tipo de Oração.....	64
5.1.2. Elementos que Antecedem Imediatamente o Verbo.....	82
5.1.3. Cruzamento: Tipo de Oração <i>versus</i> Elementos que Antecedem o Verbo.....	97
5.1.4. Tempo e Modo do Verbo.....	107
5.1.5. O Clítico.....	113
5.1.6. A Tonicidade das Formas Verbais.....	118
5.2. A Interpolação de Elementos entre o Clítico e o Verbo.....	117
5.2.1. Elementos Interpolados.....	118
5.2.2. Estruturas com Interpolação.....	122
5.2.3. Elementos mais Frequentemente Interpolados.....	127

6. O Português do Brasil

6.1. Variáveis Explanatórias Estruturais.....	134
6.1.1. Tipo de Oração.....	134
6.1.2. Elementos que Antecedem Imediatamente o Verbo.....	138
6.1.3. Cruzamento: Tipo de Oração <i>versus</i> Elementos que Antecedem o Verbo.....	151
6.1.4. Tempo e Modo do Verbo.....	163
6.1.5. O Clítico.....	172
6.1.6. A Tonicidade das Formas Verbais.....	183
6.2. Variáveis Explanatórias Extralingüísticas.....	184
6.2.1. A Norma Padrão.....	184
6.2.2. A Faixa Etária.....	192
6.2.3. As Cidades.....	196

7. A Comparação dos Resultados

7.1. A Colocação dos Clíticos: Português Brasileiro x Português Europeu.....	201
---	-----

7.2. A Colocação dos Clíticos:	
Português Brasileiro e Português Europeu	
versus Português Quinhentista.....	211
7.2.1. O Século XVI na História do Português.....	213
7.2.2. Confronto.....	221
Palavras Finais.....	229
Bibliografia.....	231

Apresentação

Este trabalho que ora se apresenta à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, sob o título *A Colocação dos Clíticos em Português - Duas Sincronias em Confronto*, constitui requisito final para a obtenção do título de Mestre em Linguística Portuguesa Histórica.

A origem do meu interesse pela questão da colocação dos clíticos em português data de 1986, quando realizei em co-autoria e sob a orientação da Profa Jacyra Mota (UFBA) um primeiro trabalho de investigação sobre o tema, intitulado *Colocação dos Pronomes Atonos na Norma Culta de Salvador*.

No anc de 1988, obtive da *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES* uma bolsa que me permitiu estar em Portugal pelo período de dois anos, relativos ao cumprimento da parte escolar do curso de Mestrado em Linguística Portuguesa Histórica da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. O projeto de tese a partir do qual essa bolsa foi concedida deu continuidade ao interesse pela questão da colocação dos clíticos, já agora dentro de uma perspectiva diacrônica. Assim, a minha atenção deixou de estar relacionada apenas à forma como o português do Brasil se estrutura quanto a esse item da sintaxe, passando a concentrar-se também sobre o desenvolvimento histórico através do qual essa estruturação se deu.

A colocação dos clíticos é um dos aspectos em que as variantes brasileira e europeia do português mais se individualizam. Essa constatação remete à necessidade de se saber qual teria sido a situação da língua quando do período em que se iniciou o seu processo de transplantação para o

Brasil, a fim de melhor caracterizar o percurso divergente seguido por essas duas variantes do português em seu desenvolvimento histórico. E, pois, dentro desse escopo que se definem os objetivos deste trabalho. Aqui o problema da colocação dos clíticos é tratado sob uma perspectiva diacrônica, estabelecendo-se um diálogo entre duas sincronias do português: o século XVI e o século XX, considerando-se particularmente os caminhos trilhados pela variante brasileira da língua.

E, ao encerrar esta apresentação, gostaria de expressar o meu agradecimento a todos que contribuíram para a realização deste projeto; especialmente

à Profa Rosa Virginia Mattos e Silva, por sua orientação competente e atenciosa;

à Profa Jacyra Mota, orientadora dedicada nos meus primeiros trabalhos sobre o tema;

à Profa Suzana Alice Cardoso, pelo seu incentivo em todos os momentos;

ao Prof. Ivo Castro, pelas sugestões de reformulação no projeto original da tese e pela hospitalidade;

à Profa Maria Helena M. Mateus, pela acolhida e pela amizade;

à Profa Dinah Callou, com quem aprendi a lidar com o programa computacional utilizado para o tratamento estatístico dos dados;

à Profa Inês Duarte, que, tão gentilmente, me aceitou como aluna no Seminário de Sintaxe;

à Profa Ilza Ribeiro, que contribuiu com preciosas sugestões em momentos de dificuldade;

à Profa Ana Maria Martins, que pôs a minha disposição o seu levantamento bibliográfico sobre o tema e me enviou textos necessários;

à Universidade Estadual de Feira de Santana, por ter permitido o meu afastamento para a realização do Curso de Mestrado em Portugal;

à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, pela bolsa de estudos concedida;

Ao Instituto da Biblioteca Nacional, e do Livro (ex-Instituto Português do Livro e da Leitura) pelo auxílio que me foi concedido, na forma de doação de livros, através do seu programa de apoio aos estudiosos estrangeiros da cultura e da língua portuguesa;

A Antonio José Moura, Carola Rapp, Rafael Lucchesi e Rosana Solter, no Brasil; e a Cristina Albino, Angela Correia, Antônio Zilhão, João Dionísio, Sabine Honnighausen e Rita Marculhas, em Portugal, pelo apoio afetivo;

Aos meus irmãos Edgard, Aline e Ricardo, companheiros em todos os momentos;

A Dante, sempre presente, pela revisão final deste trabalho.

*Dê-me um cigarro
Diz a gramática
Do professor e do aluno
E do mulato sabido
Mas o bom negro e o bom branco
Da Nação Brasileira
Dizem todos os dias
Deixa disso camarada
Me dá um cigarro*

**OSWALD DE ANDRADE,
Pronominais**

1. Considerações Preliminares

1.1. Sobre a Questão da Definição do Português do Brasil

Em virtude da sua condição de língua transplantada, o português do Brasil, face ao português europeu, tem sido objeto de interpretações controversas, que vão desde a afirmação da sua autonomia enquanto sistema lingüístico à defesa da tese contrária, que propugna o seu caráter conservador e unitário.

Esse longo debate, que se inicia na segunda metade do século XIX e ainda hoje perdura, encontra as suas principais motivações em dois fatos da história cultural e política do Brasil: a sua Independência e o movimento romântico na sua literatura. A afirmação de Antônio Cândido de que o "Romantismo no Brasil foi episódio do grande processo de tomada de consciência nacional, constituindo um aspecto do movimento de independência" (1981:303) é ilustrativa do tipo de apropriação que aqui se fez do ideário romântico ocidental. Essa apropriação particular, quanto às suas conseqüências ao nível da reflexão lingüística, será, a seguir, rapidamente evocada.

Se, como se sabe, o nacionalismo foi uma das grandes vertentes do movimento romântico, no Brasil essa característica assumiu novas e significativas dimensões, na medida em que a Independência era fato recente; ainda no dizer de Antônio Cândido, "afirmar a autonomia no setor literário significava cortar mais um liame com a mãe Pátria" (1981:303). O Romantismo terá sido, pois, o primeiro momento de ruptura com a tradição literária portuguesa, não apenas

ao nível da eleição de uma temática nacional, mas também ao nível da intenção de que essa temática se expressasse através de uma língua literária diferenciada, a que também se pudesse chamar de nacional.

Um dos pilares da tradição gramatical ocidental, e ainda hoje vigente, é a adoção da língua literária como a referência para a construção abstrata que se denomina idioma nacional e que, sob muitos aspectos, se identifica ao conceito hoje amplamente difundido de língua padrão. Dentro do contexto sócio-político que refiro, não será de surpreender que a aspiração à construção de uma língua literária nacional facilmente tivesse evoluído para que se pretendesse a existência de um idioma nacional, que, num movimento dialético, deveria fundamentar a existência da língua literária nacional.

A atitude da geração romântica de tentativa de constituição de uma língua literária brasileira, atitude esta mais sensível "a partir de 1860, [quando] a produção novelística se intensifica e amplia no Brasil, graças, principalmente, ao trabalho e exemplo de José de Alencar" (Cândido, 1981:211), contrapôs-se logo a reação dos chamados puristas, alguns dos quais portugueses, que proliferaram no Brasil, na segunda metade do século passado e início deste século¹. Ainda que aparentemente movida apenas pelo

¹ Cite-se como exemplo uma passagem da autoria de Pinheiro Chagas, intelectual português, sobre o romance *Iracema*, de José de Alencar. Segundo Serafim da Silva Neto, tal comentário "chocou imensamente a sensibilidade dos escritores brasileiros contemporâneos":

"O defeito que eu vejo nessa lenda [*Iracema*], o defeito que vejo em todos os livros brasileiros, e contra o qual não cessarei de bradar intrepidamente é a falta de correção na linguagem portuguesa, ou antes a mania de tornar o brasileiro uma língua diferente do velho português, por meio de neologismos arrojados e injustificáveis e de insubordinações gramaticais, que (tenham cautela) chegarão a ser risíveis se quiserem tomar as proporções duma insurreição em regra contra a tirania de Lobato" (Pequena

sentimento geral de lusofobia característico da época, o fato é que a geração romântica, fundamentada nas concepções evolucionistas da lingüística da época, segundo as quais as línguas se comportavam como seres vivos e, portanto, nasciam, cresciam, envelheciam e morriam, aspirou a uma língua própria, a chamada língua brasileira, instalando uma polêmica que será retomada de forma mais radical pela primeira geração modernista, a da Semana de Arte Moderna, de 1922.

O período que separa o Romantismo do Modernismo caracterizou-se, em termos lingüísticos, por uma atitude conservadora e até mesmo purista por parte dos seus escritores e intelectuais mais representativos; contra tal atitude os primeiros modernistas reagirão violentamente. Enquanto os românticos - apesar de acreditarem que o nascimento da chamada língua brasileira era fato contra o qual não se poderia insurgir² - não reivindicavam mais que o direito a uma certa originalidade (Teyssier, 1987:89), os escritores modernistas serão os que de fato buscarão na realidade lingüística brasileira as formas que constituirão a sua expressão. No texto programático da poesia modernista, o **Manifesto da Poesia Pau Brasil**, publicado em 1924, Oswald de Andrade, um dos ideólogos do movimento, sintetiza a postura do grupo em face das questões lingüísticas: "A língua sem arcaísmos, sem erudição. Natural e neológica. A contribuição milionária de todos os erros. Como falamos. Como somos."³

Em consonância com a atitude de reação aos modelos lingüísticos tradicionais, a primeira geração modernista,

História da Literatura Brasileira, pág. 280; *apud* Silva Neto, 1986: 213).

² Atente-se para a idéia de Alencar de que o destino do português era "servir de raiz a uma das mais belas e opulentas entre as línguas que dominarão na América antes de um século" (O nosso cancionero, pág. 56; *apud* Cunha, 1968:42).

³ ANDRADE, Oswald. *Manifesto da Poesia Pau Brasil*, Correio da Manhã, 18 de março de 1924; *apud* Teles, 1977:267.

sobretudo através da figura de Mário de Andrade, outro dos seus grandes representantes, retomará a defesa da existência de uma língua brasileira⁴, o que será posteriormente abandonado não apenas pelos escritores da geração seguinte, a chamada geração de 45, como também pelo próprio Mário de Andrade:

E coisa incontestável que a literatura brasileira atual se afasta violentamente do dizer português. Não vou já discutir o problema da "língua brasileira", que, a meu ver não existe, embora seja da maior verdade falarmos, de preferência, em "língua nacional".⁵

Sobre a utilização do termo substitutivo "nacional", nota Celso Cunha (1968:88) ser um "adjetivo aparentemente neutro, pois que deixa a língua inominada, [tendo] no entanto o condão de acalmar os zelos nacionalistas em países onde a contemplação patrioticamente interessada do idioma é mais sensível". O forte sentimento nacionalista que marcou o primeiro século de existência do Brasil independente teve conseqüências nas mais diversas áreas. E, quando a reflexão sobre a língua portuguesa no Brasil, inaugurada no âmbito literário, migra para uma esfera mais propriamente lingüística, é de se notar que, não por acaso, três dos expoentes daquela que é considerada a "geração dos pioneiros"⁶, João Ribeiro (1860-1934), Sousa da Silveira (1883-1967) e Antenor Nascentes (1886-1972), são, respectivamente, autores de livros com títulos bastante sugestivos: *Língua Nacional*, *A Língua Nacional* e *o seu Estudo e Idioma Nacional*.

Ainda que, para os autores acima referidos, sob o rótulo "nacional" subsistisse o entendimento de que a língua do Brasil era a portuguesa, considero que a chamada questão da língua brasileira só deixa de fazer eco quando, em 1950,

⁴ Mário de Andrade promete, mas não chega a publicar a *Gramática da Fala Brasileira*.

⁵ ANDRADE, Mário. *O Empalhador de Passarinho*. 3 ed. São Paulo, 1972, pág. 67; apud Barbadinho Neto, 1977:03.

⁶ Cf. Teyssier, 1987:91.

Serafim da Silva Neto publica a sua *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil* e redimensiona o problema, colocando-o nos seguintes termos: a língua que se fala no Brasil é a portuguesa e as suas principais características são a unidade e o conservadorismo. Antes disso, porém, vale referir que, ainda em 1936, Renato Mendonça, com um livro intitulado *Português no Brasil*, buscava, através de argumentos fundados na geografia lingüística, demonstrar a validade da tese da língua brasileira. Logo a seguir, em 1940, Silvio Elia, com *O Problema da Língua Brasileira*, título que parece ter sido inspirado no capítulo do mesmo nome da obra de Mendonça, fazia a defesa da tese contrária. Nesse livro, Silvio Elia, a partir de uma compreensão que considera filosófica da natureza do fato lingüístico (porque não está voltada para o fenômeno estritamente lingüístico, mas para o que seria a sua essência), afirma rejeitar a tese da língua brasileira por conceber que o que a sustenta é uma concepção evolucionista, segundo a qual, sendo as línguas produtos naturais, evoluíam por si mesmas. Defende, então, a idéia de que as línguas são produtos culturais e conclui pela unidade lingüística entre Brasil e Portugal, pois tal só não se justificaria, caso se pudesse postular uma diversidade cultural que impedisse o Brasil de se integrar na tradição da civilização do Ocidente. Não se pode deixar de observar, apesar de a justificativa apresentada pelo autor para a unidade lingüística entre Brasil e Portugal ser um tanto falaciosa, que a concepção de língua como produto cultural representa um avanço em relação às idéias que nortearam o pensamento dos neo-gramáticos, que, estendendo para o domínio lingüístico métodos e procedimentos próprios das ciências naturais, afirmavam a inexorabilidade das leis fonéticas.

A fase marcada pelo antagonismo entre as correntes tradicionalista e nacionalista, em que, mais sensivelmente, "os problemas da língua derivaram para o conflito de



paixões"⁷, parece encerrar-se - não nos esqueçamos de quão arbitrárias são as periodizações - em 1950. Como disse anteriormente, a tese que marca a Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil, de Serafim da Silva Neto, é a que sustenta ser o português do Brasil caracterizado pela unidade e pelo conservadorismo. Embora desde 1950 toda uma discussão se tenha travado acerca de quão unitária ou conservadora seja a língua falada no Brasil, solidificou-se, contudo, a posição, ainda hoje hegemónica, da sua definição como portuguesa.

Da leitura do texto de 1950, devem-se destacar alguns aspectos a fim de se analisar a pertinência da tese defendida. O primeiro, e mais geral, diz respeito ao estágio de desenvolvimento da lingüística no Brasil em meados deste século; o segundo, aos elementos mobilizados pelo autor para a construção da sua análise e, finalmente, já no plano da subjetividade, a própria "visão de mundo" do autor.

Em relação ao primeiro item, o panorama geral da área era caracterizado pelos estudos filológicos, na linha da tradicional filologia portuguesa da escola de Leite de Vasconcellos, à qual Serafim da Silva Neto também se filiava. Sobre a dialectologia, o próprio autor (1986:13), citando Vergílio de Lemos, admitia que "ainda não se [constituía] entre nós numa disciplina autónoma, com objeto, programa e métodos próprios". Não se havia superado, portanto, a fase das observações um tanto impressionísticas. O primeiro trabalho que emprega de forma sistemática uma metodologia científica no âmbito da dialectologia brasileira - o Atlas Prévio dos Falares Baianos - só aparecerá em 1963 e não é exagerado afirmar que ainda hoje não se tem um "diagnóstico" preciso de qual seja a conformação dialetoológica de todo o território brasileiro. Finalmente, quanto ao estruturalismo, este ainda não se tinha difundido no Brasil, o que só ocorrerá a partir da década de 60, com a

⁷ Cunha, 1968:15.

introdução nos currículos dos cursos de letras da disciplina de Lingüística, que assumirá, pelo menos em sua primeira fase, uma orientação fundamentalmente estruturalista (cf. Faraco, 1991:05).

Sobre o segundo aspecto, as seguintes palavras de Serafim da Silva Neto caracterizam o domínio dentro do qual se moveu:

Foi nosso escopo encontrar apoio na história do Brasil, na formação e crescimento da sociedade brasileira, para colocar a língua no seu verdadeiro lugar: expressão da sociedade, inseparável da história da civilização" (1986:13).

Como afirma o próprio Silva Neto, o seu estudo se situa fundamentalmente no âmbito "da história externa da língua portuguesa no Brasil" (1986:14). Desse modo, as incursões que faz no campo propriamente lingüístico, o da história interna da língua, além de quase apenas se manterem dentro das fronteiras da "pronúncia", não chegam a constituir parte relevante no todo da obra. O autor, além de não fundamentar as suas conclusões em uma base de verificação empírica sistemática, como filólogo que era, também não mobiliza em sua análise os elementos de uma teoria geral do sistema lingüístico, que naquela época já havia sido desenvolvida, embora ainda com pouquíssima difusão no Brasil.

O terceiro, último e, talvez, mais importante aspecto é o que se relaciona aos condicionamentos sócio-culturais e ideológicos que enformam a "visão de mundo" do autor e se refletem na sua apreciação dos fatos. Assim, é fundamental ressaltar que está na base do pensamento de Serafim da Silva Neto a convicção da superioridade étnica e cultural dos colonizadores brancos portugueses em relação aos índios e negros. Decorrência imediata da convicção de existência de hierarquia de culturas é que a língua portuguesa, língua literária e "de cultura", fosse considerada, embora o autor não o diga de forma explícita, intrinsecamente superior às línguas "exóticas" com as quais entrara em contato.

*Logo que há um
interesses a ser*

A defesa da tese da unidade e do conservadorismo do português brasileiro, ou até mesmo da tese contrária, só se poderia legitimar se precipuamente baseada em uma sistemática verificação empírica dos dados lingüísticos, o que, não tendo ocorrido, lhe confere um caráter impressionístico.

Ao fazer tal afirmação, não pretendo, contudo, vincular-me aos que defendem que a lingüística histórica deva ocupar-se exclusivamente da história interna das línguas. Ao contrário, julgo indispensável que metodologicamente se estabeleça uma aliança entre a história interna e a história externa. Nesse caso específico, todavia, cumpre ressaltar que o autor extrapola os limites do que se propôs, fazer história externa, quando, quase sem lançar mão de elementos da história interna da língua, adianta conclusões que se mostram mais pertinentes a esse domínio.

Nesse sentido, pode-se dizer que tal tese se apresenta como uma tese de natureza ideológica, coadunando-se perfeitamente com a intenção apriorística do autor de provar que a língua que se estabeleceu no Brasil foi a língua de uma "cultura superior" e, principalmente, que essa língua esteve sempre imune àquelas com que entrou em contato, mantendo-se assim conservadora e unitária. E, portanto, seu intuito negar, para além das fronteiras do léxico, qualquer influência do grande contingente de aloglotas na formação da língua que se fala no Brasil. No seu afã de o fazer, todavia, o autor chega a incorrer em flagrantes contradições, como mostra a passagem a seguir:

no português brasileiro não há, positivamente, influência de línguas africanas ou ameríndias. O que há é cicatrizes da tosca aprendizagem que da língua portuguesa, por causa de sua mísera condição social, fizeram os negros e os índios (1986:96).^e

Cerca de uma década depois de publicada a *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil*, inicia-se uma fase em que, dada a hegemonia dos estruturalismos - primeiro, o

^e O itálico é meu.

saussuriano e mais recentemente o gerativista -, o pensamento linguístico no Brasil estará quase que exclusivamente voltado para as aborgagens sincrônicas, privilegiadoras da língua contemporânea. O tipo de reflexão que se insere na linha cujo percurso tenho procurado traçar, fica, nessa fase, restrito, por assim dizer, a algumas atitudes solitárias, dentre as quais a de Celso Cunha se destaca.

Pertencente à mesma geração de Serafim da Silva Neto, mas atribuindo-lhe o estatuto de mestre, Celso Cunha, fundamentalmente preocupado com a língua enquanto fenômeno histórico, debruça-se sobre a tese da **unidade** e do **conservadcrismo** do português brasileiro. Embora, ao longo da sua obra, essa problemática seja constantemente referida, em artigo de 1986, intitulado *Conservação e Inovação no Português do Brasil*, analisa especificamente a tese de 1950, sobretudo a parte relativa ao suposto caráter **conservador** do português do Brasil. As suas conclusões, no entanto, divergem das de Serafim da Silva Neto. Sobre o problema da **unidade**, afirma taxativamente:

o mito da unidade da língua popular está sendo progressivamente desmentido pelos atlas lingüísticos que se vão publicando. Ao contrário, o que eles começam a ensinar-nos é que a característica fundamental dos falares brasileiros reside no seu caráter vacilante, no seu acentuado polimorfismo.

(1986:200) 1936 - *atlas lingüísticos*

Ou seja, o que o desenvolvimento dos estudos dialetológicos no Brasil veio provar foi justamente o contrário daquilo que Serafim da Silva Neto, até mais ideológica que impressionisticamente, afirmara.

Para tratar da questão do **conservadorismo**, Celso Cunha analisa os fatos fonéticos mais difundidos no português do Brasil (embora não possam ser considerados gerais), dividindo-os em dois grupos: o dos que "representam a conservação de pronúncias atualmente de nula ou de escassa vitalidade na Península" e o dos que "à falta de sua documentação nos falares portugueses de qualquer época,

devem ser considerados inovações americanas" (1986:204). A conclusão a que chega sobre esse item é a seguinte: afirma que decidir entre o caráter conservador ou inovador da realidade lingüística brasileira é, considerando o estado de desenvolvimento dos nossos conhecimentos, prematuro. Todavia, apesar da fragmentariedade dos dados disponíveis, a 'impressãc' que se tem é contrária à da 'estaticidade' (cf. *idem, ibidem*: 214).

A posição de Celso Cunha diante do problema é, antes de tudo, uma posição cautelosa. Entretanto, uma questão parece saltar aos olhos: como sustentar que uma realidade lingüística, como a brasileira, marcada pela diversidade, não apenas no plano diatópico, mas também, e talvez mais radicalmente, no diastrático, conforme a sociolingüística tem podido provar, seja, ao mesmo tempo, conservadora?

Pense não se poder alegar em defesa de tal idéia (e Celso Cunha não o faz) o fato de o Brasil ter sido "no decurso de mais de três séculos um vasto país rural" (Cunha, 1985:17), e dessa condição resultar ser um país lingüisticamente conservador. Ou seja, apesar de, em termos lingüísticos, ser o campo um domínio geralmente mais conservador que o urbano, as condições sociais, históricas e geográficas particulares do Brasil devem ser consideradas, em toda a sua complexidade, na análise do problema. Assim se se levar em conta, por um lado, a extensão territorial do país, o seu número de habitantes (no século XIX, este número já ultrapassava em mais que o dobro o de Portugal), o contato lingüístico que se observou durante todo o período colonial (e não só) e, por outro lado, o fato de que a própria vida das cidades tinha um caráter também bastante particular, já que não havia imprensa e escolas superiores até 1808, é muito pouco provável que seja esse quadro favorável ao conservadorismo lingüístico.

Mas não pensemos, por outro lado, que o "mito da unidade da língua" deixou de existir. Nesse sentido, não se pode deixar de referir a posição de Sílvia Elia, que, em

laizir
estudo

copiar

1979, em um livro intitulado *A Unidade Lingüística do Brasil - Condicionamentos geoconômicos* ainda se regozijava diante da constatação da "realidade esplêndida de uma unidade lingüística, quer ao nível culto quer ao popular" (1979:09). A posição de Silvio Elia, assim como a de Paulo A. Froehlich que sustenta uma opinião exatamente contrária⁷, são os dois pólos, de que parte Néelson Rossi para analisar a questão em *A Realidade Lingüística Brasileira - O mito da unidade e sua manipulação*. Advertindo sobre a "temeridade" de aceitar falar sobre o tema, na sua opinião, um "objeto mal, assistemático e fragmentariamente conhecido" (1980: 35), Rossi não compartilha em absoluto - como o título do seu artigo já anuncia - da posição de Silvio Elia. E não o faz, justificando que, tanto no plano teórico ou lingüístico-formal *stricto sensu*, como no plano histórico-social, "dadas as características indiscutivelmente pluriculturais tanto do nosso passado quanto do nosso presente" (1980: 40), a unidade pressupõe a diversidade.

Se, por cerca de aproximadamente duas décadas, a lingüística histórica deixou de figurar entre as principais preocupações dos lingüistas brasileiros, essa situação parece estar sendo alterada. Destacam-se atualmente os nomes de Rosa Virgínia Mattos e Silva, Fernando Tarallo, Carlos Alberto Faraco e Marco Antônio de Oliveira, dentre aqueles que têm como o centro das suas atenções a história da língua portuguesa. Segundo Faraco (1991:75), as "três vias para o estudo histórico das línguas: voltar ao passado e nele se concentrar, voltar ao passado para iluminar o presente, estudar o presente para iluminar o passado" estariam hoje representadas no Brasil, situando-se o trabalho de Rosa Virgínia Mattos e Silva na primeira perspectiva, o do

⁷ Cf. Froehlich (1975): "há realmente duas variedades bem nítidas de comportamento lingüístico no Brasil" (p. 168), e "à falta de recursos para impor em escala nacional uma língua parlada realmente viva, o Brasil terá que continuar com uma situação de diglossia" (p. 177).

Falava de diglossia
antes de Rossi

próprio Faraco na segunda e, finalmente, na terceira, o de Fernando Tarallo e o de Marco Antônio de Oliveira.

Dos trabalhos dos lingüistas brasileiros contemporâneos que contextualizam a língua na sua história, destaca-se particularmente a posição de Fernando Tarallo, por ter recentemente retomado a tese novecentista da existência de uma língua brasileira distinta da portuguesa:

the portuguese language variety used in Brazil has developed quite a reasonable number of syntactic features different from the European system. These differences are large enough to allow for a description of the Brazilian variety in the sense of a *Brazilian grammar* (1992:02)

Seguindo uma vertente ainda pouco explorada em investigações de natureza diacrônica, que tradicionalmente têm privilegiado o estudo da mudança nos níveis fonológico, lexical e morfológico, o seu trabalho situa-se no âmbito da sintaxe e tem procurado aproximar modelos teóricos, pelo menos aparentemente, inconciliáveis: a sociolingüística e a gramática gerativa.

Evidentemente fora da esfera do domínio da influência do exacerbado sentimento nacionalista que esteve na base da defesa da tese da língua brasileira quando originalmente formulada, para Tarallo, contudo, no século XIX, já se podia atestar a existência de uma "gramática" brasileira distinta da portuguesa:

a new grammatical system, call it a Brazilian grammar or a dialect of Portuguese with its own grammatical configuration since this is strictly speaking an ideological issue, emerged in late 19th century, establishing a new pattern rather different from and opposed to European Portuguese (1992:02)

Um outro aspecto do trabalho de Fernando Tarallo que não se pode deixar de mencionar são as suas investigações na área da chamada Crioulística. Sem propriamente confirmar ou negar a hipótese de que o português americano seja resultado

de uma língua *pidgin* falada pelos escravos africanos trazidos para o Brasil¹⁰, retoma, de certa forma, um tipo de abordagem que, por razões de natureza ideológica ou mesmo teórica, foi durante longo tempo, desprezado no Brasil:

Too much effort has already been put into understanding the typology of creole languages. No existing criteria, however, can alone solve the puzzle here, since so much about the external as well as the internal history of BP [Brazilian Portuguese] remains unknown.

E ainda:

I intend to describe it [BP] as a mixed type of language: one which, absurdly, unexpectedly and strangely enough, shares properties with unrelated languages, whether creole or not, and is eventually changing away from its original *superstrate*: EP [European Portuguese]. (1988:139)

Da fase em que, devido à "falta de visão panocrônica da maioria dos estruturalistas" (Cunha, 1968:48/49), a lingüística histórica esteve exilada do conjunto das atenções dos lingüistas brasileiros, estamos passando a uma outra em que se recupera o interesse por esse tipo de investigação. A reentrada em cena da lingüística histórica vem, por outro lado, como que fechando um círculo, trazer de volta um tipo de preocupação que parece estar ligado à própria história das línguas transplantadas (como se também não dissesse respeito às línguas que se mantêm em seu local de origem), ou seja, a preocupação atinente à sua mudança, ou não, para outros sistemas lingüísticos. Trata-se, sem dúvida, de uma das questões mais candentes da lingüística, para a qual já se tentaram respostas várias, não existindo, porém, uma solução que se possa considerar definitiva.

¹⁰ Sobre essa hipótese, ver Tarallo, 1988.

1.2. Sobre a Sintaxe na Lingüística Histórica Portuguesa

Qualquer posição que se adote sobre a questão anteriormente discutida implica um conhecimento aprofundado da história da língua portuguesa no Brasil. É forçoso, entretanto, reconhecer que os estudos sobre a constituição da língua portuguesa no Brasil, tanto numa perspectiva interna, quanto externa, apresentam, ainda hoje, muitas lacunas.

Por outro lado, é forçoso reconhecer também que o próprio desenvolvimento da lingüística histórica esteve quase sempre apoiado em estudos prioritariamente voltados para o nível fonético-fonológico, ou para o nível lexical da língua, atingindo, quando muito, o nível morfológico. No âmbito da língua portuguesa, a tradição dos estudos de lingüística histórica, tanto no Brasil, quanto em Portugal, não fugiu a essa regra. Assim, o conhecimento existente acerca da variação diacrônica e também da variação diatópica do português esteve, até agora, fundamentalmente apoiado em investigações sobre aspectos fonológicos, lexicais e morfológicos.

A (quase completa) inexistência de estudos sobre mudança sintática no terreno da língua portuguesa é, portanto, fato sobre o qual não pairam dúvidas:

Talvez porque a sintaxe de uma língua tenha sido considerada uma área mais resistente à mudança, talvez porque não se dispunha, ao tempo, de teorias sintáticas capazes de 'pensar' a variação, primam pela ausência, nesta tradição filológica [portuguesa e brasileira], descrições e interpretações de padrões de organização sintática que teriam, por certo, constituído um contributo interessante para a identificação de variedades e para a detecção de direcções de mudança. (Duarte e Faria, 1989:22)

Essa ausência, todavia, como está implícito na citação acima, não é exclusiva da língua portuguesa e se explica a

Handwritten notes in red ink:
 O nível fonético-fonológico
 O nível lexical
 O nível morfológico

partir do próprio percurso da história da lingüística, conforme assinala Lightfoot (1983:07):

Research on syntactic change has always played a minor role in the activities of historical linguists, taking a back seat to phonological, lexical and morphological change. There are good reasons for this. I shall argue that the poverty of the field is a function of inadequate theories of *synchronic* syntax on the part of neogrammarians, American structuralists and transformational generative grammarians alike.

Observando, na história da lingüística, a relação estabelecida entre a lingüística histórica e a sintaxe, podem-se, assim, identificar *grosso modo* quatro fases distintas: a primeira, da lingüística comparatista aos neogramáticos, caracterizar-se-ia pela hegemonia dos estudos diacrônicos, com nenhuma, ou quase nenhuma, presença dos estudos de sintaxe; a segunda, do estruturalismo, pela hegemonia dos estudos sincrônicos, também sem qualquer participação marcante das investigações sintáticas; as investigações que se desenvolveram, nessa fase, no plano da diacronia estiveram concentradas no nível fonológico da língua (sob o rótulo do estruturalismo diacrônico); a terceira, da gramática gerativa, pela manutenção do interesse na perspectiva sincrônica, privilegiando-se quase que exclusivamente a sintaxe, em relação aos demais níveis de estudo da língua; a quarta, finalmente, pela retomada do interesse pela lingüística histórica, que pela primeira vez começa a se debruçar de forma sistemática sobre o problema da mudança sintática.

Sobre a quarta fase, é necessário ressaltar que, para efeito de exposição, na verdade, estou englobando sob a mesma designação modelos teóricos divergentes que, contemporaneamente, lidam com questões de sintaxe diacrônica, ou seja, a teoria gerativa e a teoria da variação; além disso, cumpre esclarecer também que, nessa fase, não é pertinente falar da prevalência da perspectiva

diacrônica sobre a sincrônica, ou vice-versa, nos termos em que outrora se observava, uma vez que a clássica separação entre estado (sistema) e história, que caracterizou a generalidade da produção lingüística do século XX, já não é aceita incontestavelmente na atualidade.

A fundamentação teórica e metodológica de cada uma das duas teorias referidas é essencialmente distinta, e isso terá conseqüências marcantes na forma como cada uma tratará as questões de história da língua:

Enquanto a teoria da variação assume a heterogeneidade sincrônica das línguas como sistemática e primordial; pressupõe o enraizamento da questão histórica nessa heterogeneidade; deferde a necessidade de se correlacionar língua e contexto social; e busca sustentar suas hipóteses em amplos levantamentos de dados empíricos da comunidade de fala, a teoria gerativa assume a língua como uma realidade homogênea; enraiza a questão histórica na estrutura biológica do cérebro; preocupa-se primordialmente com relações internas ao sistema lingüístico; não se preocupa em realizar amplos levantamentos de dados na comunidade de fala, ocupando-se antes em, com poucos dados, levantar hipóteses teóricas quanto à natureza da chamada gramática universal, entendida como o conjunto de restrições à forma das línguas e às possibilidades de mudança, definidas pela configuração biológica do cérebro. (FARACO, 1991:70/71)

Assim, no âmbito da gramática gerativa, a mudança lingüística é entendida a partir da conjunção da hipótese inatista da linguagem com a teoria restritiva da gramática (*restrictive theory of grammar*). Como se sabe, em finais da década de 70, operou-se, no seio da teoria gerativa, uma substituição de paradigma que privilegiou um modelo mais restritivo de análise, modelo este que propõe princípios gerais e parâmetros variáveis, em detrimento do modelo de gramática como um sistema de regras. Os reflexos de tal substituição na teoria da mudança (*theory of change*) foram imediatos: se a teoria da gramática, através dos seus princípios e parâmetros, restringia as gramáticas possíveis,

estabelecia também, por conseguinte, os limites dentro dos quais uma língua poderia mudar historicamente; em contrapartida, os limites dentro dos quais as mudanças lingüísticas se processassem serviriam como elementos para a construção de gramáticas possíveis. Esses limites, por sua vez, seriam definidos biologicamente, pela configuração do cérebro. Nesse modelo teórico, (cf. Lightfoot, 1983:08) definem-se ainda a necessidade (*necessity*) e o acaso (*chance*) como os fatores da mudança. Por mudanças necessárias, entendem-se aquelas que se processariam para corrigir efeitos de mudanças que, produzindo opacidade estrutural, ameaçassem os limites estabelecidos pela teoria da gramática; propõe-se ainda a existência do chamado princípio de transparência (*transparency principle*) como o elemento regulador desse processo; tal princípio seria responsável por estabelecer os limites da gramática para suportar a opacidade estrutural.

Diferentemente da gramática gerativa, que, procedendo a uma abstração, assume a língua como uma realidade homogênea, a sociolingüística concebe o seu objeto de análise como uma realidade heterogênea, ainda que estruturada funcionalmente, e ocupa-se em explicitar as correlações sistemáticas que existiriam entre variantes lingüísticas e fatores de natureza social.

E, pois, na própria variação que esse modelo de análise situa o cerne da mudança, concebida como o resultado do processo de concorrência entre formas lingüísticas variantes. Por outro lado, uma vez que a heterogeneidade lingüística estaria relacionada à própria heterogeneidade social, as formas lingüísticas variantes receberiam por parte da comunidade de fala avaliações sociais distintas, do que decorreria estar a mudança lingüística no domínio das opções dos falantes. E, já que a opção por não mudar também faria parte do conjunto de opções possíveis do falante, para a sociolingüística, não se pode falar em mudança necessária.

Ami
 diz que
 as opções
 são
 necessárias

Se a diversificação geográfica, assim como a diversificação histórica do português, foram, até agora, quase sempre tratadas dentro de uma perspectiva fonético-fonológica, lexical ou morfológica, da mesma forma, as questões que, sobretudo em virtude da sua condição de língua transplantada, se levantaram acerca do português do Brasil (Trata-se de uma língua distinta do português europeu? Trata-se de uma variante do português mais conservadora ou inovadora que a europeia?) quase nunca foram enfocadas sob outra perspectiva. Revê-las dentro de uma ótica que privilegie o estudo do nível sintático é, pois, tarefa necessária e que só muito recentemente começou a ser cumprida.

1.3. Sobre a Colocação dos Clíticos na História da Língua Portuguesa

Embora, pelas razões já mencionadas, a sintaxe tenha sido tradicionalmente o nível de estudo da língua menos privilegiado nas investigações de natureza diacrônica, desenvolvidas no âmbito da língua portuguesa, um dos aspectos lingüísticos mais constantemente referidos como divisor do português nas suas variantes europeia e brasileira é exatamente um aspecto sintático¹¹, a ordem dos clíticos.

As diferenças na forma de colocação pronominal entre o português brasileiro e o europeu, assim como uma série de outras distinções sintáticas, começam a ser apontadas no

¹¹ Não faz parte dos objetivos deste trabalho tomar uma posição acerca da questão cujo desenvolvimento foi tratado até aqui - ou seja, se o português do Brasil e o português europeu constituiriam sistemas lingüísticos distintos ou, se não, qual deles seria a variante mais inovadora ou conservadora da língua. Assim, esclareço que utilizarei a expressão variante, com referência ao português brasileiro e ao português europeu, apenas por se tratar de uma expressão consagrada na literatura lingüística brasileira desde que Celso Cunha a propôs, não havendo, portanto, uma tomada de posição acerca do problema tratado.

século XIX¹², fazendo-se sentir justamente no momento em que, pela primeira vez, a literatura brasileira passa a buscar um veículo de expressão que se elabore em moldes distintos dos estabelecidos pelos cânones literários portugueses. É interessante notar, a esse respeito, a referência feita por Serafim da Silva Neto (1986:211) às características apontadas por José Verissimo, crítico literário do século XIX, como identificadoras dos novos moldes lingüísticos adotados pelos escritores românticos brasileiros; dentre elas figura o problema da colocação dos pronomes: "usam de extrema e até abusiva liberdade no colocar os pronomes átonos".

É facilmente presumível que, em figurando na língua literária do século XIX, tais distinções já devessem estar consolidadas há muito mais tempo na língua oral, ou, ao menos, constituíssem resultantes de processos de mudança que se haviam iniciado muito tempo antes. Assim, considerando que a transplantação do português para o Brasil só se dará efetivamente a partir de 1532, quando de fato se inicia o povoamento do território brasileiro, e considerando ainda que no século XIX já se podiam apontar diferenças significativas, não apenas a nível sintático, entre o português europeu e o brasileiro, pode-se supor a existência de um período inicial de relativa unidade lingüística entre o Brasil que falava português e Portugal, período que teria correspondido, aproximadamente, ao século XVI, enquanto os séculos XVII e XVIII teriam sido marcados pelo início do processo de diferenciação lingüística.

Que as regras de colocação pronominal são diferentes em Portugal e no Brasil é fato inquestionável. Todavia, concordo *ipsis litteris* com Monteiro (1991:282), quando afirma que, "em relação ao português do Brasil, o problema ainda não mereceu um tratamento adequado, desde que foi quase sempre examinado sob uma perspectiva prescritivista,

¹² Cf. a esse respeito Tarallo, 1992.

agravada pela fundamentação em autores lusitanos, cujo uso da língua difere evidentemente do nosso". Numa realidade lingüística como a brasileira, essencialmente marcada pela diversidade, os tratamentos prescritivistas, geralmente inspirados em padrões de comportamento lingüístico característicos do português europeu, muitas vezes se distanciam de toda a variada gama de normas lingüísticas que, em função da complexa estratificação sócio-cultural, se podem observar, e também da própria norma culta, entendida como a norma lingüística que caracteriza "a fala das pessoas possuidoras da cultura do tipo formalizado, isto é, a cultura sistematizada e difundida pelo sistema de educação formal" (Lobo e Lucchesi, 1988:74). Portanto, embora fosse "de se esperar que a norma ensinada e difundida pelo sistema de educação formal [coincidisse] com a norma apreendida nos atos de fala das pessoas formadas nesse sistema" (*idem, ibidem*), em realidades lingüísticas como a brasileira, não se pode a priori considerar que os tratamentos prescritivistas sejam representativos sequer da chamada norma culta¹³.

Tomando como objeto da minha dissertação o problema da colocação dos pronomes átonos, o trabalho que desenvolverei estará fundamentalmente centrado numa perspectiva diacrônica e, para tanto, serão analisadas duas sincronias distintas: o século XVI - adotando-se como *corpus* um conjunto de documentos da corte de D. João III - e o século XX - a partir de registros magnetofônicos representativos da norma oral culta do português brasileiro contemporâneo e integrantes do Projeto de Estudo da Norma Lingüística Urbana Culta (Projeto NURC).

A opção pelo século XVI especificamente deve-se à intenção de vislumbrar a norma de colocação pronominal

¹³ Sobre a diferença entre a norma culta e a norma padrão, veja-se Lobo e Lucchesi (1988) e Lobo, Lucchesi e Mota (1991). O conceito de norma culta adotado nesta dissertação será explicitado quando da descrição dos *corpora* utilizados.

vigente no momento em que se iniciou o processo de transplantação do português para o Brasil, processo este que viria configurar as variantes européia e brasileira do português. Assim, o século XVI pode configurar o último ponto antes do processo de evolução divergente que resultou na diferenciação dos padrões de colocação dos clíticos nas duas variantes contemporâneas do português, aqui analisadas.

Em relação ao século XX, estarei prioritariamente voltada para a descrição e a análise da norma culta de colocação pronominal do português brasileiro contemporâneo, norma esta ainda hoje carente de conhecimento mais aprofundado. Tal norma será posteriormente comparada não apenas com a que se depreender da amostra lingüística considerada para o século XVI, como também com a que estudos sobre o português europeu contemporâneo estabelecerem como própria dessa variante do português. Sem pretender atacar diretamente a questão relativa ao caráter inovador ou conservador do português do Brasil, ou ainda à sua mudança ou não para um outro sistema lingüístico distinto do português europeu, buscarei através dessas comparações fornecer informações sistematizadas sobre a extensão e a profundidade das mudanças que se perpetraram na estrutura lingüística das variantes européia e brasileira do português, no que tange à colocação dos clíticos.

Finalmente, não posso deixar de considerar que uma compreensão mais aprofundada e ampla da problemática da colocação pronominal justifica-se ainda em função de uma possível aplicação prática, no que diz respeito a uma revisão do tratamento dado pelas gramáticas normativas brasileiras a essa questão, pois, como se sabe, essas gramáticas, em sua grande maioria, apresentam como traço geral do português culto o modelo de colocação pronominal restrito à norma do português europeu¹⁴.

¹⁴ Cf., a esse respeito, Lobo e Lucchesi, 1988.

A investigação que desenvolverei, dada a diversidade das questões que se colocam no âmbito restrito da colocação pronominal e ainda daquelas oriundas da heterogeneidade dos corpora a serem analisados, pode ser resumida nas seguintes etapas:

1. Descrição da colocação dos pronomes átonos no século XVI, adotando-se como *corpus* um conjunto de documentos da corte de D. João III, rei durante o período de 1521 a 1557;

2. Descrição da colocação dos pronomes átonos no português brasileiro contemporâneo, em seu registro oral culto, adotando-se como *corpus* inquéritos lingüísticos integrantes do Projeto de Estudo da Norma Lingüística Urbana Culta no Brasil (Projeto NURC);

3. Análise contrastiva entre os resultados obtidos na 2ª etapa e a norma de colocação pronominal do português europeu contemporâneo, tal como apresentada em trabalhos que versam sobre o assunto;

4. Análise contrastiva entre os resultados da 3ª etapa e a norma de colocação pronominal verificada nos documentos do século XVI, determinando-se as regras em que coincidem e em que se distinguem as duas sincronias para depreender a(s) mudança(s) operada(s).

2. Os Corpora

2.1. Corpus Adotado para a Análise do Português Brasileiro Contemporâneo

Definido o objetivo de descrever a colocação dos clíticos no português brasileiro contemporâneo, em seu registro oral culto, adotei, para tanto, um *corpus* constituído de 15 dos 90 inquéritos lingüísticos que integram o chamado *Corpus Compartilhado do Projeto de Estudo da Norma Lingüística Urbana Culta - Projeto NURC*.

O Projeto NURC constitui, por iniciativa do Prof. Néelson Rossi, uma aplicação, no Brasil, do *Proyecto de Estudio del Habla Culta de las Principales Ciudades de Hispanoamerica*, cuja proposta inicial é da autoria de Juan M. Lope Blanch¹. Desenvolve-se em cinco capitais brasileiras - Salvador (SSA), Recife (RE), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP) e Porto Alegre (POA)² -, escolhidas por se considerar que forneceriam uma amostra válida do falar médio culto brasileiro, já que proporcionavam uma amostra relativa a uma população urbana que, na época, correspondia a aproximadamente um sétimo dos habitantes do país, concentrados em

¹ Sobre os fundamentos, metodologia e aplicações do Projeto NURC, cf. *Projeto de Estudo da Norma Lingüística Culta de Algumas das Principais Capitais do Brasil*, Marília, Conselho Municipal de Cultura, 1970.

² Embora apenas a norma culta das cidades enumeradas seja objeto de estudo do Projeto NURC, são seis, contudo, as universidades brasileiras responsáveis pela execução do Projeto: as Universidades Federais da Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul e as Universidades de São Paulo e Estadual de Campinas.

quatro cidades fundadas no século XVI e uma, Porto Alegre, no século XVIII.

O critério adotado para a definição de norma culta, nesse projeto, foi terem os informantes selecionados concluído o curso universitário. Os inquéritos lingüísticos que se realizaram para integrar o seu *corpus* foram, por sua vez, distribuídos de acordo com o sexo e a faixa etária dos informantes e ainda o grau de formalidade do registro. Consideraram-se, assim:

(i) três faixas etárias - 25 a 35 anos (faixa I); 36 a 55 anos (faixa II) e 56 anos em diante (faixa III);

(ii) três níveis de formalidade - um menos formal, caracterizado pelo diálogo entre dois informantes (D2), sem intervenção do documentador; um nível intermediário de formalidade, representado pelo diálogo entre informante e documentador (DID) e um nível de maior formalidade, com elocuições formais (EF's) registradas em situações tais como palestras, conferências, aulas expositivas, etc.

Os materiais lingüísticos recolhidos nas cinco capitais mencionadas constituem o chamado *Arquivo Sonoro da Fala Urbana Culta no Brasil*, do qual fazem parte 1870 entrevistas com 2356 informantes, perfazendo um total de 1570 horas e 40 minutos de gravação. Observadas, contudo, as dificuldades de se proceder a um trabalho coordenado com um *corpus* de tais dimensões, decidiu-se, posteriormente, pela criação de um mini-*corpus*, denominado *Corpus Compartilhado*, que deveria preservar as características do *corpus* total e estar à disposição dos interessados em cada uma das cidades integrantes do Projeto.

Os 15 inquéritos lingüísticos selecionados para este trabalho, como já referi inicialmente, fazem parte do *Corpus Compartilhado do Projeto NURC*. Como, para além de analisar as regras de colocação dos clíticos em um *corpus* oral do português brasileiro culto contemporâneo, é também o meu objetivo proceder a uma comparação entre essas regras e as regras de uso do pronome átono verificadas para o século

XVI, defrontar-me-ei com o problema de comparar termos, muitas vezes, dificilmente relacionáveis, como o são textos de natureza oral e escrita. A solução que adotei para, sem negar o problema, minimizá-lo foi utilizar a idéia do contínuo: tal idéia consiste em considerar, para esse efeito, a aproximação que se pode estabelecer tanto entre a fala em seu registro culto e a escrita, quanto entre a escrita inculta e a fala. Se a norma culta por si mesma já seria um fator de aproximação, decidi ainda, considerando os três níveis de formalidade em que se distribuem os inquéritos lingüísticos do *Corpus Compartilhado*, selecionar apenas os correspondentes às chamadas *elocuições formais* (EF's). Analisarei, portanto, uma amostra lingüística representativa da norma oral culta, em seu registro formal.

+ incluindo
do registro
formal

A constituição do *corpus* adotado, de acordo com a distribuição dos inquéritos, segundo as três diferentes faixas etárias, o sexo dos informantes e as cinco cidades que integram o projeto, pode ser visualizada no quadro a seguir³:

	SSA	RE	RJ	SP	POA
I	F	F	F	F	F
II	F	F	F	F	F
III	M	M	M	M	M

³ Como se pode observar, a variável sexo, no *corpus* adotado, não se encontra distribuída de maneira uniforme, o que não permitirá a sua inclusão na análise dos fatores sociolingüísticos. Isso se deve à decisão de manter a configuração da amostra lingüística selecionada, previamente estabelecida na constituição do *Corpus Compartilhado*. Essa decisão apóia-se na intenção de trabalhar sobre uma mesma base a partir da qual se vem desenvolvendo uma série de estudos no Brasil, e em informações anteriores sobre a interferência dessa variável sobre o item analisado. [Mais adiante voltarei a falar sobre a questão do papel da variável sexo na análise da colocação dos clíticos.]

2.2. Corpus Adotado para a Análise do Português Quinhentista

O estudo da colocação pronominal, no século XVI, far-se-á a partir de um conjunto de documentos que integram a edição crítica intitulada *Letters of the Court of John III - King of Portugal*, realizada por J. D. M. Ford e L. G. Moffatt.

Os documentos publicados nessa edição são, ao todo, 174 e constituem-se, em sua maioria, de cartas de familiares do rei D. João III e de personalidades da sua corte, cobrindo um período de tempo que se estende de 1524 a 1562⁴. Datada de 1933, essa coletânea de documentos segue-se a uma outra, de 1931, da autoria de J. D. M. Ford, intitulada *Letters of John III - King of Portugal*, constituída apenas de cartas do rei. São ao todo 546 os documentos publicados nas duas coletâneas; desses, 372 são cartas do rei e 174, cartas de familiares do rei⁵.

Em função dos seus diferentes remetentes, em *Letters of the Court John III*, as cartas apresentam-se distribuídas em cinco grupos: *Letters of the Infante Luis* (cartas de nº 1 a 49); *Letters of the Queen* (cartas de nº 50 a 79); *Letters of Jaime, Duke of Bragança* (cartas de nº 80 a 119); *Letters of Theodosius, Duke of Barcelos* (cartas de nº 120 a 160) e *Miscellaneous Letters*, com cartas de variados remetentes (cartas de nº 161 a 174).

Dos 174 documentos que integram a edição, serão utilizados na constituição do corpus relativo ao século XVI apenas os 160 primeiros (correspondentes aos quatro primei-

⁴ Há documentos não datados, para as quais os editores, com base em certos fatos, propuseram uma datação. Nesses casos, depois do suposto ano de escrita, pôs-se um sinal de interrogação. Para duas cartas - as de número 159 e 160 - não encontraram os editores em que se basear para propor a datação.

⁵ Todos esses documentos fizeram parte da biblioteca particular de Fernando Palha, tendo sido posteriormente doados à biblioteca da Universidade de Harvard por John B. Stetson Jr. (cf. Ford, 1931:ix).

ros grupos acima referidos); destes, 158 são cartas, havendo ainda um memorando (documento de nº 17) e um testamento (documento de nº 119). Sob o título de *Miscellaneous Letters*, figuram ainda nessa edição 14 documentos que, pelo fato de possuírem diversos remetentes, foram excluídos do corpus desse trabalho. Das 158 cartas, é de se notar ainda, que a maioria, 149, possui um mesmo destinatário, D. Antonio de Ataíde (ou Taíde), que de 1530 a 1557 desempenhou a função de ministro das finanças ou *vedor da fazenda*; das restantes, 9 são destinadas ao rei, 1 a um caseiro, 1 a um padre e 1, finalmente, a D. Maria de Taíde.

A exceção da carta de nº 106, publicada antes por Fernando Falha, numa edição intitulada *A Carta de Marca de João Anjo* (1882)⁴ e de breves extratos do testamento do Duque Jaime, publicados por Antonio Caetano de Sousa, no Tomo V da sua *Historia Genealógica da Casa Real Portuguesa* (1738), todos os demais, dos 174 documentos, eram até então inéditos (cf. Ford e Moffatt, 1933:ix/x). Segundo Ford (1931:xiii), todavia, Fernando Falha, ex-proprietário dos manuscritos (ou amanuenses sob sua direção), deixou ainda transcrições bastante claras de cada documento, transcrições estas que teriam auxiliado os editores no processo de leitura dos originais.

Afirmam os editores que as condições gráficas dos 174 documentos publicados em *Letters of the Court of John III* são substancialmente as mesmas que se observam para os documentos publicados em *Letters of John III*; daí terem sido os critérios editoriais adotados em 1933 os mesmos que se adotaram em 1931 (cf. Ford e Moffatt, 1933:xix). Tais critérios são sumariamente apresentados da seguinte maneira:

⁴ Em *A Carta de Marca de João Anjo* (1882), são publicadas vinte e três cartas; além da carta de nº 106 de *Letters of the Court of John III - King of Portugal* (1933), mais vinte e duas cartas, que fazem parte de *Letters of John III - King of Portugal* (1931) (cf. Ford, 1931:xiii).

without departing from the wording and spelling of the originals, we have introduced the punctuation and capitalization which are usually lacking in them;

even at the risk of doing some violence to the syntactical construction, we have broken up, here and there, the very long, unwieldy sentences of the letters as they stand in the manuscript. (Ford, 1931:xiii)

Como já foi dito, a norma de colocação pronominal que se depreender para o século XVI, a partir da amostra lingüística considerada, será objeto de comparação com a que se estabelecer como característica do português brasileiro contemporâneo, em seu registro oral culto. Qualquer comparação pressupõe, como é evidente, que os termos considerados sejam relacionáveis. Daí, portanto, na constituição do *corpus* do século XVI, ter-se buscado selecionar textos que, além de não serem literários, também se pudessem considerar representativos da variante culta da língua.

O primeiro indicativo que se tomou de que os documentos selecionados devem adequar-se a esse objetivo foi o fato de se tratar de correspondência de familiares do rei. Nesse sentido, teve-se destacar que sobre dois dos remetentes das cartas - o Infante Luís e Teodósio, o duque de Barcelos, irmão e primo do rei, respectivamente - há informação, fornecida pelos editores, de que se tratava de homens cultos⁷.

No conjunto dos documentos selecionados para a amostra lingüística do século XVI, verificam-se possivelmente

⁷ Cf. os seguintes trechos:

"There is abundant testimony to the effect that the Infante Luis was a man of a very amiable disposition and considerable cultivation; he enjoyed some repute as a man of letters and he was a kind patron of scholars, scientists, and poets" (Ford e Moffatt, 1933:xi);

"The Duke [de Barcelos] was a lover of learning, and had agents in various European centers to keep him informed of what was happening in the world of science and letters; he had a large library and a considerable assortment of mathematical instruments" (*idem, ibidem*:xvii).

diferenças a nível de estilo. Nesse sentido, situam-se, de um lado, o testamento e o memorando, como representantes da prosa legal, e, do outro, no género da prosa epistolar, as cartas.

Podem-se supor também diferenças quanto ao nível de formalidade relativas aos destinatários e remetentes das cartas. Uma divisão, portanto, que se poderia estabelecer seria entre as cartas endereçadas ao rei e as que possuem outros destinatários. Quanto aos remetentes, as cartas pertencem a quatro grupos distintos, todavia um outro fator a se ter em conta são os escribas. As 40 cartas de Jaime, o duque de Bragança e as 41 cartas de Teodósio, o duque de Barcelos não apresentam assinatura de escribas. Essa situação se altera nos demais grupos: das 49 cartas do Infante Luís, 6 estão assinadas escribas e, das 30 cartas da rainha Catarina, 21, portanto, a maioria, também estão assinadas por escribas.

Deve-se mencionar, finalmente, que todos os documentos que integram o *corpus* do século XVI são autógrafos. Descarta-se, assim, a sempre possível sobreposição de vários momentos sincrónicos na sua linguagem, sobreposição esta decorrente de modernizações ou não que se cometam nos atos de cópia.

Portanto, dada a diversidade de fatores presentes na constituição do *corpus*, pode-se considerar que a amostra selecionada é satisfatoriamente representativa, na sincronia que se pretende analisar, do que seria a sua norma culta. Além disso, do ponto de vista dos critérios editoriais exigidos de uma edição que poderá fornecer dados para análises lingüísticas, a edição aqui utilizada cumpre as exigências feitas, ao menos no que tange a análises situadas no âmbito da morfossintaxe.

3. A Metodologia

3.1. A Teoria Sociolingüística e a sua Aplicação ao Estudo da Sintaxe

No seu texto clássico de 1968, *Empirical Foundations for a Theory of Language Change*, afirmam Weinreich, Labov e Herzog (1968:99):

a model of language which accommodates the facts of variable usage and its social and stylistic determinants not only leads to more adequate descriptions of linguistic competence, but also naturally yields a theory of language change that bypass the fruitless paradoxes with which historical linguistics has been struggling for over half a century.

Um dos princípios fundamentais da teoria sociolingüística, expresso na citação acima, é o de que a heterogeneidade é um traço estrutural do sistema lingüístico. Assim, concebendo a língua como um sistema essencialmente heterogêneo, embora estruturado funcionalmente, o papel do sociolingüista - ou do lingüista - seria fundamentalmente o de explicar a variabilidade no sistema da língua a partir dos seus condicionamentos estruturais e da sua inter-relação com fatores sociais. O funcionamento do sistema lingüístico e os padrões observados na comunidade de fala são, portanto, analisados como fenômenos variáveis. Vê-se essa perspectiva como a mais capaz de desvelar o ser e a história das línguas, sistemas prioritariamente organizados para cumprirem uma função comunicativa e social e que, como tais, não se poderiam manter imutáveis.

A possibilidade de uma análise sistemática da heterogeneidade do sistema lingüístico repousa em um conceito fundamental dentro da teorização sociolingüística, o conceito de **variável lingüística**:

To account for such intimate variation, it is necessary to introduce another concept into the mode of orderly heterogeneity which we are developing here: **the linguistic variable.**¹ (Weinreich, Labov e Herzog, 1968:167)

A variável lingüística é a formalização analítica da variação observada na estrutura da língua, que está sistematicamente relacionada com outras variáveis lingüísticas e/ou com diferenças observadas na estrutura social da comunidade de fala:

A linguistic variable must be defined under strict conditions if it is to be a part of a linguistic structure; otherwise, one would simply be opening the door wide to rules in which "frequently", "occasionally" or "sometimes" apply. Quantitative evidence for **covariation** between the variable in question and some other linguistic or extralinguistic element provide a necessary condition for admitting such a structural unit.² (*idem, ibidem*:169)

Contudo, desde que estudos de sintaxe passaram a ser desenvolvidos com uma fundamentação sociolingüística, pôs-se um problema que não se pode deixar de mencionar: em que medida seria possível estender a aplicação da Teoria da Variação e da Mudança, originalmente formulada com base na variação fonológica, para o estudo da sintaxe?

Beatriz Lavandera (1978) foi quem primeiro questionou a possibilidade de se estender a aplicação do conceito de **variável lingüística**, a outros níveis de estudo da língua, além do fonológico. O cerne do problema, segundo essa autora, estaria na questão do significado. Tal como definido por Labov (1982 e 1985 [1972]), o conceito de variação social e estilística pressupõe, como é sabido, a opção de

¹ Grifo do original.

² Grifo do original.

dizer a mesma coisa de diferentes formas; ou seja, pressupõe que as variantes de uma variável tenham o mesmo significado referencial ou valor de verdade, opondo-se apenas quanto ao seu significado social e/ou estilístico. Segundo Beatriz Lavandera, o estudo da variação sociolingüística desenvolveu-se sem problemas no nível fonológico, porque as unidades desse nível são, por definição, destituídas de significado. Todavia, nos níveis não-fonológicos, as unidades teriam necessariamente significado referencial. A dificuldade, conforme Lavandera, de se transpor o conceito de variável lingüística para os outros níveis de estudo da língua estaria justamente na imposição da condição de identidade de significado referencial para todos os valores da variável. Em síntese, a questão pode ser apresentada da seguinte maneira: enquanto, no nível fonológico, as variantes de uma variável constituem claramente duas ou mais formas de dizer a mesma coisa, para as variáveis não-fonológicas, põe-se o problema das possíveis diferenças no significado referencial associado a cada uma das variantes.

O problema do significado na variação sintática é de fato uma questão complexa, podendo inclusive apresentar manifestações diversas, a depender do aspecto lingüístico que se considere. Apenas a título de exemplificação, observem-se a seguir as diferenças de significado, associadas ao valor temático ou remático das palavras, que a variação da ordem dos constituintes de um enunciado é capaz de produzir:

- (i) João vive muito sozinho em Salvador.
- (ii) Em Salvador, João vive muito sozinho.
- (iii) Muito sozinho, João vive em Salvador.

Nesse caso, é fácil observar que a diferença na ordem dos constituintes no enunciado determina, pelo menos, uma organização diferenciada dos fatos que compõem a informação referencial veiculada pelo enunciado. Desse modo, ficaria comprometida a idéia fundamental da variação, segundo a qual formas diferentes comportam a mesma informação referencial.

Contudo, outros itens da sintaxe não apresentam tal sensibilidade a fatores de ordem semântica; daí, como observa Corvalán (1989:100), algumas variantes sintáticas podem ser tratadas "como variantes fonológicas, es decir, su posible covariación con factores sociales y estilísticos sería en sí misma indicadora de significados socioestilísticos". Esse é o caso, por exemplo, da ordem dos clíticos na estrutura frasal, cujas variantes não apresentam significados referenciais distintos:

- (i) João me deu o livro.
- (ii) João deu-me o livro.

Nos dois enunciados acima apresentados, a colocação diversa do clítico não produz qualquer alteração quanto ao significado referencial expresso. Nesse sentido, considera-se que uma abordagem variacionista desse item da sintaxe do português é plenamente justificável, na medida em que a mudança do valor dessa variável não tem conseqüências no plano da informação referencial veiculada. Assim, faço a seguir uma breve exposição dos instrumentos da metodologia sociolinguística que utilizarei neste trabalho.

3.2. Os Instrumentos de Análise

3.2.1. Análise Quantitativa

Em português, a ordem dos clíticos na estrutura frasal é um fenómeno variável que, tanto sincrônica, quanto diacronicamente, apresenta, em princípio, três variantes distintas:

- clítico em posição pré-verbal: cl-V;
- clítico em posição pós-verbal: V-cl;
- clítico em posição intraverbal: V-cl-V;

Assumindo a concepção de língua acima explicitada, o problema da colocação pronominal será tratado, neste trabalho, dentro do enquadramento teórico proposto pela

sociolinguística laboviana. Tal enquadramento apresenta duas implicações básicas quanto à metodologia:

(i) o abandono da intuição do falante como base empírica da análise; e

(ii) o tratamento quantitativo dos dados.³

A não utilização da intuição do linguista enquanto falante da língua implica o abandono do terreno do idioleto, situando-se a análise no campo do que se denominou socioleto. Assim, ao invés de se analisar o conhecimento internalizado do falante nativo, a investigação volta-se para a descrição dos padrões linguísticos objetivos, observados na comunidade de fala. Metodologicamente, isso significa dizer que o linguista não fará inferências baseando-se nos seus julgamentos como falante da língua que analisa, e sim a partir dos fatos observados na atividade linguística concreta da comunidade de fala.

A segunda implicação é, pois, uma decorrência da primeira. A observação direta dos fatos da língua conduz à necessidade do estabelecimento de um *corpus* previamente definido e da quantificação dos dados empíricos, que fundamentarão a análise linguística. Dentro dos princípios teóricos da sociolinguística, a quantificação dos dados busca explicitar a relação entre o comportamento da variável estudada com outras variáveis da estrutura linguística e/ou social. Assim, por exemplo, buscar-se-á observar em que medida os valores de um determinado padrão de colocação do clítico são determinados pelo contexto estrutural em que o clítico figura e pelos fatores sociolinguísticos considerados.

Dentro da terminologia da sociolinguística quantitativa, costuma-se denominar **variável dependente** o fenômeno linguístico variável cujo comportamento se pretende analisar. Por outro lado, as variáveis estruturais e/ou sociais consideradas relevantes para a explicação do compor-

³ Cf., por exemplo, Silva, 1989.

tamento do item analisado são chamadas de **variáveis independentes ou explanatórias**⁴. Cada uma dessas **variáveis independentes ou explanatórias** é constituída por um conjunto de fatores, que correspondem aos valores que essa variável pode assumir; daí poderem ser também chamadas de **grupos de fatores**. Tais variáveis, ou grupo de fatores, são ditas **explanatórias**, na medida em que se verifica a covariação entre elas e a variável lingüística analisada, de modo que os valores assumidos pela variável dependente são vistos como uma função das variáveis explanatórias.

Na análise quantitativa dos dados, desenvolvida nesta dissertação, foram utilizados os programas informáticos do pacote denominado **VARBRUL** (*Variables Rules*), desenvolvido por David Sankoff, em sua primeira versão, em 1975⁵. Dos recursos oferecidos por esse pacote foram utilizados dois. O primeiro mede a interferência de cada variável explanatória sobre a variável dependente, na medida em que fornece, em termos percentuais, os valores assumidos pelas variantes em questão em cada um dos fatores das variáveis explanatórias, consideradas isoladamente, o que se denomina **freqüências relativas**. O segundo fornece as freqüências relativas obtidas no cruzamento de duas variáveis explanatórias, ou seja, mede a interferência cruzada de duas variáveis. Feitas essas considerações sobre os instrumentos de análise, passo à apresentação das variáveis explanatórias, estruturais e extralingüísticas, adotadas nesta análise diacrônica da colocação dos clíticos em português.

⁴ Cf., por exemplo, Sankoff, 1988.

⁵ Para maiores detalhes sobre o pacote de programas VARBRUL, veja-se, por exemplo, Scherre, 1988.

3.2.2. Variáveis Explanatórias Estruturais e Extralingüísticas

Na descrição dos fatos lingüísticos, os dados relativos ao século XVI, assim como os relativos ao século XX, serão, em um primeiro momento, tratados de forma independente e, apenas em uma etapa posterior, constituirão objeto de análise comparativa. Buscou-se uma uniformidade na análise das duas sincronias. Contudo, na análise da colocação dos clíticos no século de XVI, variáveis extralingüísticas não se mostraram relevantes para explicação do item analisado. Isso deve ao fato de que, na amostra do português do século XVI analisada, se observou uma alta regularidade na colocação dos clíticos, em função dos fatores estruturais. Assim, só na amostra do português brasileiro culto contemporâneo, fatores extralingüísticos mostram-se relevantes em termos explicativos.

Cumpra inicialmente ressaltar que a descrição da posição dos clíticos na estrutura frasal foi feita, considerando-se apenas a estrutura superficial linear da língua. De acordo com Perini (1989:18), essa opção justifica-se pelo fato de não parecer haver controvérsia quanto à idéia de que qualquer descrição sintática, mesmo que postule níveis subjacentes de análise, "tem como um de seus objetivos produzir os traços da estrutura superficial da língua". Em outras palavras, e ainda segundo o mesmo autor (*idem, ibidem*), "[as] manifestações superficiais e sua estrutura são um *out-put* necessário de qualquer descrição sintática, mesmo se se lança mão de níveis subjacentes de análise". Não deixo de admitir, entretanto, tal como o faz esse autor, que a consideração de níveis subjacentes de análise será muito provavelmente necessária para que certas generalizações sintáticas possam ser feitas, o que, por outro lado, não impede que haja ainda certas outras generalizações possíveis de serem feitas a partir apenas da estrutura superficial da língua.

Na descrição da ordem dos clíticos na estrutura frasal, considerarei apenas as ocorrências de clíticos em orações constituídas por formas verbais simples, tanto finitas, quanto não finitas; não farão parte dessa análise, portanto, as ocorrências em que os clíticos figuram em orações constituídas por locuções verbais.

A locução verbal é geralmente definida como qualquer seqüência verbal com uma certa coesão interna e que funcione como um verbo simples. Seqüências dessa natureza apresentariam um verbo dito auxiliar, que, tendo perdido o seu significado próprio, deveria expressar, através do mecanismo da flexão, as noções gramaticais de modo-tempo e número-pessoa, e um outro verbo, chamado principal, por conservar a sua significação plena, e representado pelas formas nominais do verbo.

Se tal definição é, à primeira vista bastante clara, distinguir, na prática, locuções verbais de seqüências que não formariam locuções e que, portanto, teriam representada na forma nominal do verbo uma oração subordinada reduzida é questão muitas vezes problemática e que, tem dado margem a um sem número de soluções divergentes. Essas soluções se distinguem sobretudo pela concepção do que seja verbo auxiliar, já se tendo proposto, inclusive, a eliminação dessa "classe" de verbos.

Não cabe, como é óbvio, discutir tais soluções nos limites desse trabalho. Para o efeito prático de classificar as ocorrências de seqüências verbais que se me apresentaram em locuções verbais ou não, adotei simplesmente dois critérios bastante recorrentes na literatura sobre o assunto. O primeiro estabelece que, para constituírem uma locução verbal, os verbos de uma seqüência devem possuir, o mesmo sujeito, o que não impede, contudo, que, embora

Em Lotato, 1975 - "Os Verbos Auxiliares em Português Contemporâneo. Critério de Auxiliaridade" -, encontra-se uma revisão dos critérios que têm sido utilizados na tradição gramatical portuguesa para a definição de locuções verbais.

homem o verbo que
 tem o mesmo sujeito

possuindo o mesmo sujeito, os verbos de uma seqüência não formem uma locução. O segundo critério, por sua vez, determina que, em uma locução verbal, a forma nominal do verbo não pode ser desdobrada em uma oração subordinada desenvolvida. Da adoção desses dois critérios resultou não se terem classificado como locuções seqüências verbais constituídas, por exemplo, por verbos causativos (como mandar, fazer, deixar), sensitivos ou perceptivos (como ver, ouvir), cicendi (como dizer, afirmar) e de suposição/de aparência (como parecer), etc.

Por outro lado, em virtude do fato constantemente referido de que, sob muitos aspectos, inclusive do ponto de vista da colocação dos clíticos, as seqüências verbais formadas por verbos causativos e sensitivos se comportariam como locuções verbais, também não se analisará o comportamento dos clíticos face a essas seqüências verbais.

Definido, assim, o escopo da observação, passo a seguir à apresentação dos fatores que compõem as variáveis independentes ou explanatórias estruturais e extralingüísticas que serão consideradas na análise do comportamento sintático dos clíticos.

VARIAVEIS EXPLANATORIAS ESTRUTURAIS:

(i) Tipo da Oração:

Estabeleceu-se, primeiramente, uma divisão das orações em absolutas ou principais, coordenadas e subordinadas.

As orações coordenadas foram tratadas segundo a classificação tradicional. A única ressalva deve ser feita quanto às chamadas coordenadas explicativas, que passaram a constituir com as chamadas subordinadas adverbiais causais um grupo único. A razão de se ter reunido em um só grupo esses dois tipos de oração decorre do fato de que, tanto do ponto de vista sintático, quanto semântico, é ténue a distinção que tradicionalmente se estabelece entre esses dois tipos de orações. Considerando que "a dependência

semântica e sintáctica seriam as marcas típicas das subordinadas indiscutíveis, como é o caso das completivas e relativas, em oposição às coordenadas indiscutíveis, isto é, aditivas e disjuntivas" (Mattos e Silva, 1989:690), o grupo constituído pelas explicativas e causais estaria, assim, na "duvidosa zona limítrofe da coordenação e da subordinação" (*idem, ibidem*). A

Um aspecto para o qual se deve chamar a atenção, no âmbito das orações coordenadas, diz respeito, sobretudo no *corpus* adotado para o século XVI, à alta frequência com que se utiliza o coordenante *e*, podendo-se dizer que, em muitos casos, esse elemento cumpre muito mais a função de um mero encadeador do discurso, não constituindo propriamente uma conjunção coordenativa⁷. Todavia sempre que uma oração se iniciou por tal elemento, foi classificada como oração coordenada aditiva, não se procedendo a nenhuma distinção. Dentre os coordenantes aditivos, distinguiu-se dos demais apenas o coordenante *neq*, em virtude do traço semântico [+negativo] que o caracteriza.

Dentre as orações subordinadas, distinguiram-se as desenvolvidas das reduzidas. Para as primeiras, consideraram-se, isoladamente, as subordinadas substantivas, adjetivas e adverbiais, bem como as que se apresentaram em estruturas clivadas do tipo *é(...)*que; destacaram-se ainda os casos em que se omitiu a conjunção integrante *que*. Dentre as orações reduzidas, classificaram-se separadamente as reduzidas de infinitivo e de gerúndio, atentando-se, em

⁷ O intenso uso do *e* (muitas vezes grafado à latina *et*) caracteriza o *usus scribendi* dos primeiros séculos da história do português, relacionando-se mais a um padrão de escrita do que a um padrão sintático-semântico. Como bem observou Mattos e Silva (1989: 655), em sua análise de um texto do século XIV, "o *e*, além de expressar a cópula de enunciados e de constituintes do enunciado, é profusamente usado no *corpus* como uma espécie de encadeador da narração, equivalente, poderíamos dizer, ao *af*, hoje tão comum em narrativa orais informais. Do ponto de vista da estruturação sintáctica, esse elo formal seria dispensável, assim como do ponto de vista semântico."

todos os casos, para o fato de a reduzida iniciar-se ou não por uma **preposição**, tida como o seu termo regente.

Observou-se, tanto para as **subordinadas desenvolvidas** quanto para as **reduzidas**, a possibilidade de figurarem como **segundo termo de estrutura de coordenação**. No caso das subordinadas desenvolvidas, só se consideraram, evidentemente, as ocorrências em que, sendo o segundo termo de uma estrutura de coordenação, essas orações não apresentaram a posição do elemento subordinante preenchida lexicalmente. Caso contrário, foram tratadas simplesmente como desenvolvidas com a posição do elemento subordinante preenchida lexicalmente, desprezando-se o fato de figurarem em estrutura de coordenação. Procedimento análogo se adotou para as orações reduzidas regidas por preposição.

(ii) **Elementos que Antecedem Imediatamente o Verbo:**

Fez-se uma descrição o mais pormenorizada possível dos elementos que figuraram em posição pré-verbal, a fim de que qualquer variação na ordem dos clíticos, em função da variada natureza desses elementos, pudesse ser identificada².

Elementos como os conectores e as preposições (no caso das reduzidas regidas por preposição) não foram incluídos entre os termos possíveis de anteceder o verbo; desses elementos já se terá dado conta na variável tipo de oração. Assim, nos enunciados em que o verbo se apresentar contíguo ao conector ou à preposição, considerar-se-á não haver qualquer elemento em posição pré-verbal.

² Apesar da possibilidade de haver mais de um elemento em posição pré-verbal, não se optou, no processo da análise, por averiguar a interferência dos elementos em segunda ou terceira posição à esquerda do verbo sobre a ordem dos clíticos, pois as ocorrências que apresentaram mais de um elemento à esquerda do verbo constituíram um número bastante reduzido no conjunto total dos dados.

(iii) Tempo e Modo do Verbo:

Nesse fator, separaram-se, as formas finitas das formas não finitas do verbo.

Dentre as formas finitas, isolaram-se as do futuro do presente e do pretérito (condicional) do indicativo, por serem as únicas em que se pode verificar a colocação pronominal intraverbal. Destacaram-se ainda, dentre as formas finitas do verbo, as formas do imperativo afirmativo, com o intuito de se averiguar se, nos *corpora* adotados, se confirma a regra, citada em alguns gramáticos normativos - como, por exemplo, Cegalla (1979:346) - de que, com esse modo verbal em sua forma afirmativa, a colocação pós-verbal do clítico seria categórica. Observe-se ainda que, segundo esse mesmo gramático, o português clássico admitia a colocação pré-verbal com o imperativo afirmativo.

Das formas não finitas do verbo, marcaram-se, para se dar conta das orações reduzidas, o infinitivo e o gerúndio. Nas reduzidas de infinitivo, distinguiram-se ainda os casos em que o infinitivo apresentou marcas flexionais, para se averiguar se, nesses casos, o padrão de colocação do clítico seria diverso do observado no infinitivo impessoal.

(iv) O Clítico:

Em cada uma das ocorrências analisadas, marcou-se o clítico, ~~ou~~, ainda, marcaram-se os clíticos, nos casos em que dois clíticos ocorreram em uma mesma oração, a fim de se observar se o próprio teria alguma influência quanto a sua colocação.

Como se sabe, quando dois clíticos ocorrem em uma mesma oração, as formas podem contrair-se - é o que se observa quando as formas do dativo me, te, nos, vos e lhe(s) se combinam com as do acusativo o(s), a(s) -, ou podem manter a sua autonomia - nos casos em que o se se associa a me, te, nos, vos e lhe(s). Por outro lado, a co-ocorrência de dois clíticos pode criar uma situação que não se observa quando

as formas acontecem isoladamente, ou seja, o que vou chamar de *clíticos dissílabos* - *no-lo(s)*, *no-la(s)*, *vo-lo(s)*, *vola(s)* e também *se me*, *se te*, etc. Nesse sentido, uma questão que se pode pôr é se o comportamento sintático dos clíticos monossílabos seria o mesmo dos dissílabos.

O *se* destaca-se em relação aos demais clíticos por ser plurifuncional, podendo apresentar quatro valores distintos: *se reflexivo/recíproco*, *inerente* (o *se* dos verbos ditos pronominais), *se apassivador* e *se índice de indeterminação do sujeito*. Afirma José Lemos Monteiro (1991:145), que os estudos sobre o *se* demonstraram que o seu emprego básico, desde a sua origem, é o reflexivo. A seguir deu-se uma diversificação do uso desse clítico, relacionando-se o *se* a sujeitos não animados ou juntando-se a verbos intransitivos. No primeiro caso, o *se* passou a indicar passividade (partícula apassivadora) e, no segundo, passou a funcionar como sujeito indeterminado (índice de indeterminação do sujeito). O *se* apassivador, por outro lado, teria precedido, em vários séculos, o *se* indeterminador, que teria passado a ocorrer apenas a partir do século XVI. Afirma ainda o mesmo autor (1991:314) que, no português do Brasil "a construção passiva favorece a posposição do *se* como estratégia de diferenciação face aos demais valores desse clítico". Considera-se, portanto, necessário discriminar os valores do *se*, a fim de se observar, se nos corpora analisados, esse clítico apresentaria comportamento sintático diverso, a depender da função desempenhada.

(v) A Tonicidade das Formas Verbais:

A última variável estrutural que se considerou na análise da colocação dos clíticos foi a tonicidade das formas verbais. A idéia, já presente em Jerônimo Soares Barbosa (1981 [1803]), de que a sintaxe dos clíticos também estaria condicionada a esse fator encontra respaldo em autores brasileiros contemporâneos. Nesse sentido,

verificar-se-á se, nos *corpora* analisados, se confirma a hipótese de que as formas verbais **oxítonas** seriam mais favoráveis que as **paroxítonas** à colocação pós-verbal dos clíticos, e ainda a hipótese de que, com as **proparoxítonas**, os clíticos ocupariam quase categoricamente a posição pré-verbal (cf. capítulo 4, A Colocação dos Clíticos).

VARIAVEIS EXPLANATORIAS EXTRALINGÜÍSTICAS:

Variáveis Extralingüísticas Consideradas para o Século XX:

Do conjunto dos fatores sociais que podem influir sobre o uso da língua, os estudos de sociolingüística têm destacado, como categorias mais atuantes, o nível sócio-econômico, o nível de escolaridade, o sexo e a faixa etária dos falantes. Os dois primeiros fatores estão, como se sabe estreitamente relacionados: em geral, os falantes com nível mais alto de escolaridade têm historicamente pertencido às classes sociais mais privilegiadas.

Tendo-se definido como um dos objetivos deste trabalho descrever a norma de colocação pronominal no português brasileiro culto contemporâneo, na constituição de um *corpus* lingüístico que atendesse a esse objetivo, neutralizou-se a interferência da variável formação escolar (e, conseqüentemente, classe social), selecionando-se apenas informantes com formação escolar superior.

Por outro lado, devido a limitações do *Corpus* Compartilhado (cf. Capítulo 2, *Os Corpora*), também não foi considerada nessa análise a variável **sexo**. Essa decisão apóia-se em observações feitas em estudos anteriores que indicaram a não interferência dessa variável sobre o padrão lingüístico de colocação dos clíticos⁹. Portanto, das variáveis extralingüísticas do Projeto NURC mantiveram-se na análise da

⁹ Vejam-se, a esse respeito, Lobo, Lucchesi e Rapp, 1986 e Lucchesi e Mota, 1991.

colocação dos clíticos apenas a faixa etária dos informantes e o seu local de origem.

Para além dessas variáveis extralingüísticas, que tradicionalmente se utilizam nos estudos sociolingüísticos, considerar-se-á ainda na análise da colocação dos clíticos no português do Brasil uma variável que diria ser menos ortodoxa: a interferência dos modelos lingüísticos que definem a norma padrão da língua sobre o comportamento lingüístico dos falantes cultos brasileiros.

Em síntese, portanto, são três as variáveis extralingüísticas consideradas na análise da colocação dos clíticos no português brasileiro culto contemporâneo: a norma padrão, a faixa etária e o local de origem dos informantes.

Por outro lado, partindo da idéia de que se pode estabelecer uma correlação entre o contínuo estilístico e o contínuo das classes sociais, de modo que se possa integrar a dimensão social aos estudos históricos através da reconstrução de contínuos estilísticos (cf. Romaine, 1985)¹⁰, considere-se, na análise da colocação dos clíticos no século XVI, a interferência de duas variáveis de natureza estilística: (i) a natureza dos textos analisados, distinguindo-os em prosa epistolar - as cartas - e prosa legal - o testamento e o memorando; (ii) em relação aos documentos da prosa epistolar, os diferentes remetentes e destinatários das cartas. Todavia, a consideração dessas variáveis estilísticas foi abandonada por não se ter mostrado produtiva para a explicação dos padrões de colocação dos clíticos no século XVI, na medida em que se pôde observar que as regras de colocação do clítico naquela sincronia eram bastante regulares e definidas basicamente por fatores de natureza estrutural.

¹⁰ Ou seja, a observação de que um fenômeno lingüístico estudado em uma sincronia passada apresentasse, do ponto de vista estilístico, comportamento variável permitiria supor, por um processo de extrapolação, que essa variação estilística refletisse ainda que palidamente a estruturação sociolingüística da língua naquela sincronia passada.

4. A Colocação dos Clíticos

4.0. Introdução

No âmbito da língua portuguesa, os trabalhos que se realizaram, dentro de uma abordagem tradicional, sobre a colocação dos clíticos podem, de um modo geral, ser agrupados segundo duas linhas principais de abordagem do fenómeno, que se distinguem por explicarem os padrões variáveis de ordem dos clíticos na estrutura frasal, ora a partir de fatores morfossintáticos, ora a partir de fatores fonológicos.

Compreendendo que a resenha dos inúmeros trabalhos, desenvolvidos em ambas as direções mencionadas, pouco pode acrescentar ao entendimento da questão, inclusive porque, em sua grande maioria, são trabalhos de carácter prescritivista, optei antes por fazer a apresentação de algumas propostas que se pudessem considerar ilustrativas de uma e outra hipótese.

4.1. A Explicação Morfossintática

4.1.1. Cândido de Figueiredo

Considerando inicialmente a linha que privilegia fatores morfossintáticos na explicação da colocação dos clíticos em português, o primeiro nome a se referir é o de Cândido de Figueiredo.

A proposta de explicação de Cândido de Figueiredo para a ordem dos clíticos baseia-se na idéia de uma suposta "atração" que certas palavras exerceriam sobre os pronomes átonos, atração esta determinada por sua classe gramatical ou por seu significado. ~~Tal proposta,~~ denominada por Monteiro (1991:286) teoria da atração lexical, é apresentada como se pode ver a seguir (Figueiredo, 1944 [1909]:129):

Sempre que não ocorram determinados vocábulos, locuções ou frases, que atraem ou arrastam consigo, para antes ou depois do verbo, os pronomes pessoais objetivos e terminativos, estes pronomes são naturalmente enclíticos: a mãe deu-LHE um beijo; os pais sacrificam-SE pelos filhos; achei-ME só no mundo

Como se sabe, Cândido de Figueiredo é considerado um dos principais representantes de uma fase que, em matéria lingüística, teria ficado marcada, no Brasil, pelo que Celso Cunha (1968:27) designou como o "terrorismo purista". Considerando a finalidade estritamente prescritivista com que foi produzido, pode-se dizer o seu principal trabalho sobre o assunto, intitulado *O Problema da Colocação Pronominal* (1944 [1909])¹ assume hoje o caráter de uma espécie de *Appendix Probi* da colocação dos clíticos, útil não apenas pelo que apresenta sobre a deriva do português no Brasil, mas também em Portugal.

Em relação ao Brasil, segundo informa Gonçalves Viana, em seu "Juízo Crítico" sobre a obra em questão (1944 [1909]:06), o objetivo principal do trabalho de Cândido de Figueiredo teria consistido em determinar "se é legítima e portuguesa a colocação que lá dão aos pronomes pessoais com relação ao verbo a que pertencem", considerando sobretudo os seguintes casos:

¹ Cândido de Figueiredo trata ainda da colocação dos clíticos em dois trabalhos anteriores intitulados *Lições práticas da língua portuguesa* e *O que se não deve dizer* (Cf. Figueiredo, 1944 [1909]:21).

- 1g) A ocorrência de pronome átono em posição inicial:
 Me diga, em lugar de Diga-me;
- 2g) A posposição do pronome em oração subordinada:
 O homem que viu-me, por O homem que me viu.

Na opinião de Gonçalves Vianna (1944 [1909]:107), no que aliás, concorda com o próprio Cândido de Figueiredo, tais construções sintáticas jamais teriam sido portuguesas, mas sim crioulas. De acordo com Cândido de Figueiredo, a preferência, no Brasil, pela anteposição do clítico ao verbo explicaria-se por uma influência de substrato, já que uma das principais características das línguas banto seria igualmente a anteposição e não a posposição dos clíticos ao verbo. Da mesma forma, as "indevidas" posposições dos clíticos aos verbos, verificadas na fala dos brasileiros, também se deveriam atribuir ao substrato africano, pois, segundo afirma, "à parte os pronomes, a disposição das palavras numa língua africana é de somenos importância para quem a fala" (Figueiredo, 1944 [1909]:122).

Verdadeira ou não qualquer influência de substrato africano no comportamento dos clíticos no português do Brasil, não se pode deixar de notar, contudo, a incoerência da argumentação de Cândido de Figueiredo. Para explicar a ocorrência da colocação pré-verbal do clítico, no português brasileiro, em contextos em que esse tipo de colocação não se verifica no português europeu, considera relevante o fato de esta ser a variante de colocação dos clítico característica das línguas banto. Tratando-se, todavia, da situação oposta, isto é, de contextos em que, no português brasileiro, a colocação pós-verbal se verifica, apesar de, no português europeu, ocorrer a variante pré-verbal de colocação do clítico, o que importa já não é o fato de nas línguas banto o clítico ocupar uma posição fixa, pré-verbal, mas a ordem livre das palavras na frase.

Quanto às "incoerções" que se cometeriam, em Portugal, em relação à colocação dos clíticos, Cândido de Figueiredo

obras de escritores brasileiros e portugueses contemporâneos e também de "mestres antigos", para que, segundo afirma, não houvesse dúvida de que "os antigos mestres pouco mais [faziam] do que corroborar a prática dos mestres modernos" (*idem, ibidem:137*).

Contudo, a realidade apresentou-se mais complexa. A rigor, pode-se dizer que, na quase totalidade dos contextos arrolados, não se verificaram regras categóricas de colocação pronominal, havendo, portanto, "exceções" em grande número. A atitude de Cândido de Figueiredo diante dos fatos pode ser, *grosso modo*, caracterizada da seguinte maneira:

(i) havendo divergências entre a colocação pronominal portuguesa e a brasileira, esta era sempre reprovada, desde que não coincidissem com a dos escritores antigos;

(ii) quando, porém, a colocação portuguesa se afastava da brasileira e da antiga, não era explicitamente condenada, mas apresentada como linguagem corrente, familiar;

(iii) nos casos em que os usos brasileiro e português eram divergentes entre si e entre os antigos escritores também havia variação, indicava-se, como uso *normal*, o português;

(iv) a intenção (ênfase) e a entoação (pausa) aparecem como explicação *ad hoc* para usos em princípio condenados;

(v) finalmente, nos casos em que registrou variação mesmo entre os escritores portugueses, optou pela variante mais conservadora.

Passemos, então, às regras apresentadas por Cândido de Figueiredo:

I. Fatores Determinantes da Colocação Pré-Verbal^{*}:

a) Adjetivos:

- os adjetivos numerais;
- o determinativo dual **ambos**;
- o adjetivo **mesmo**, considerado como tal ou substantivado pronominalmente - o mesmo;
- os adjetivos indefinidos **todo, muito, pouco, cada, cada qual**;
- as formas adjetivas **tanto, quanto, outro, tal, tamanho**;

b) Vocábulos de Negação: **não, nem, nunca, jamais, ninguém, nenhum**;

c) Pronomes:

- os pronomes relativos;
- os pronomes indefinidos **tudo, alguém**;
- as locuções pronominais: **por isso, com isso**;

d) Advérbios:

- os advérbios de tempo;
- os advérbios de lugar;
- os advérbios de modo;
- os advérbios de quantidade;
- outros advérbios como **talvez, acaso, porventura**;
- as locuções adverbiais;

e) Conjunções:

- as alternativas;
- as explicativas;
- as conclusivas;
- as subordinativas;
- a colocação pré-verbal se verificaria mesmo nos casos de elipse da conjunção integrante **que**;
- locuções conjuntivas;

f) Preposições:

- para, por, de, com, em, sem, até

^{*} Optei por manter a nomenclatura gramatical utilizada pelo autor, embora distinta da vigente no Brasil.

g) Predicado Composto:

Se o predicado composto é precedido de partícula ou locução que influi na disposição do pronome átono, indica a colocação pré-verbal: *o que se deve dizer e não o que deve dizer-se*;

Em todos os casos apresentados a seguir, a colocação indicada é também a pré-verbal. Todavia o autor faz uma distinção entre o uso que seria próprio da linguagem corrente, familiar - a colocação pós-verbal - e o característico da linguagem culta - a colocação pré-verbal. Normalmente, o primeiro coincide com a prática dos escritores portugueses, e o segundo, com a dos brasileiros e dos clássicos.

h) Adjetivos:

- os adjetivos possessivos;
- os adjetivos demonstrativos *este, esse, aquele*;

i) Pronomes:

- os pronomes pessoais subjetivos;
- os pronomes pessoais demonstrativos *este, esse, aquele, isto, isso, aquilo*;

j) Conjunções:

- a conjunção copulativa e

II. A Interpolação:

Quando, em uma proposição negativa, o pronome átono e o advérbio não são precedidos por elemento que influiria na disposição dos pronomes, é indicada a interpolação do advérbio de negação entre o clítico e o verbo:

"São anormais, excepcionais, ou irrelevantes as formas como estas: *O que não se diz; Por que não me falas? (...)* Normal, regular e coerente é, pois, *dizer-se e escrever-se: O que se não diz; Por que me não falas?*" (*idem, ibidem:201-202*).

III. Fatores que Permitem Variação na Ordem dos Clíticos:

k) O verbo pronominal, no modo infinitivo, pode exercer "uma espécie de *disjunção* entre os respectivos pronomes e certas partículas que os atraem." (*idem, ibidem*:319);

l) "O pronome pessoal atônico não pode abrir um período (...), mas pode abrir a proposição principal de um período, se este é aberto por outra, subordinada" (*idem, ibidem*:384);

m) A distância é considerada um atenuante na atração que certas palavras exerceriam sobre os pronomes.

IV. Fatores Determinantes da Colocação Pós-Verbal:

- n) Verbo em posição inicial absoluta;
- o) Verbo precedido por sujeito nominal;
- p) Gerúndio não regido pela preposição *em*;
- q) Pausa depois de advérbio;
- r) Conjunções adversativas;
- s) Verbo no infinitivo impessoal regido da preposição *a*.

4.2. A Explicação Fonológica

4.2.1. Said Ali

A hipótese de que a ordem dos clíticos na estrutura frasal deva ser explicada por **fatores de natureza fonológica** encontra em Said Ali um dos seus primeiros defensores. Distinguindo-se dos seus contemporâneos, conforme enfatiza Serafim da Silva Neto, pelo caráter *interpretativo* e não *prescritivo* da sua sintaxe, Said Ali analisa as divergências de colocação pronominal entre Portugal e o Brasil como resultantes da não identidade de pronúncia entre os dois países (1963:205):

A pronúncia brasileira diversifica da lusitana; daí resulta que a colocação pronominal em nosso

falar espontâneo não coincide perfeitamente com a do falar dos portugueses

Os estudos descritivos que fez do sinclitismo pronominal (Said Ali, 1957; 1963) limitaram-se, contudo, a tratar mais detidamente os fatos comuns à variante culta europeia, cujos clíticos, afirma, seriam sempre pospositivos, portanto, *enclíticos* e teriam na *posição pós-verbal* a sua forma *normal* de colocação⁵. Julga que a *posição pós-verbal* do clítico é a sua forma *normal* de colocação por ser a que usualmente compete ao complementos verbais em português.

Considerando, pois, a colocação pós-verbal a forma normal de colocação dos clíticos, explicá os casos de anteposição do clítico ao seu termo regente, o verbo, como decorrentes de um deslocamento, que seria motivado por uma "atração puramente fonética". Mantém-se, assim, a idéia da "atração" que, no entanto, não derivaria de uma força interna, inerente aos vocábulos, nem da sua categoria gramatical e menos ainda da sua função lógica ou sintática.

Assim, no português europeu, a passagem do clítico da condição de *enclítico verbal* a *enclítico de vocábulo* anterior efetuar-se-ia para valorizar a pronúncia do termo deslocante, geralmente uma palavra átona⁶, ou uma palavra a

⁵ Observa-se que Said Ali distingue claramente *cliticização*, conceito de natureza fonológica, de *colocação* do clítico em relação ao verbo, noção pertinente à sintaxe. Tal distinção nem sempre é feita, do que resulta a utilização dos termos *próclise* e *ênclise* como sinônimos, respectivamente, de *anteposição* e *posposição* do clítico ao verbo.

⁶ Cumpre notar que Carvalho (1989:406), distinguindo, como Said Ali, *posição de cliticização*, afirma que no português europeu os clíticos seriam sempre *enclíticos* e, no português brasileiro, sempre *proclíticos*. Como uma das maiores evidências para esse fato, apresenta a impossibilidade de, no português europeu, o pronome ocupar *posição inicial absoluta*, já que nessa *posição* seria necessariamente *proclítico*. Diverge, porém, de Said Ali quando afirma que, no português europeu, "the sole exception to EP enclisis occurs when THE PRECEDING MORPHEME IS ITSELF UNSTRESSED: for example, *ao lhe darem as boas noites, se me dessem, que lhe disse, etc*" (*idem, ibidem:435*).

que se quisesse dar ênfase, mesmo tendo entonação própria, como, por exemplo, as palavras interrogativas. Condição, todavia, para que uma palavra pudesse funcionar como termo deslocante era que entre ela e o verbo não houvesse pausa. Por outro lado, o deslocamento do clítico persistiria mesmo nos casos em que entre o termo deslocante e o verbo houvesse expressões intercaladas. Em relação a esse último caso, afirma que a interpolação, ou seja, a possibilidade, verificada no português antigo, de o clítico ser levado para junto do primeiro termo, separando-se do verbo, já estaria bastante atenuada no século XVI e, no século XVII, só se verificaria nas orações negativas.

E de se notar ainda que Said Ali atribui a um fator de natureza morfológica papel relevante na ordem dos clíticos; assim, apresenta claramente uma distinção entre a colocação dos pronomes pessoais regidos de formas não finitas do verbo - infinitivo e gerúndio - e a colocação dos pronomes pessoais regidos de formas verbais finitas.

Do confronto entre a colocação dos clíticos no português europeu e no português brasileiro, o aspecto enfatizado por Said Ali (1957:54) é o de que a chamada **regra de anteposição do pronome**, pressupondo pronúncia lusitana nos pronomes nas partículas e na frase em geral, não teria aplicação no Brasil. Tal regra, ditada, portanto, no português europeu, por razões de natureza fonológica, consistiria no seguinte:

em orações de verbo finito, o pronome átono antepõe-se ao verbo nas frases negativas, nas interrogativas que comecem por pronome de interrogação ou partícula interrogativa, e nas subordinativas

Assim, considera que palavras que no português europeu funcionariam como termos deslocantes - palavras negativas, interrogativas e conjunções subordinativas - não teriam, no Brasil, o poder de "atrair" o pronome, já que apresentariam pronúncia mais forte que a lusitana (1957:52):

O pronome, liberto da peia regressiva de outra palavra átona, procura com freqüência colocar-se para diante do verbo, na vizinhança da idéia relevante que vem no fim da oração. Esta nossa colocação progressiva, se assim podemos dizer, estende-se, até, a orações negativas, e é usada quando a ela se aliam motivos de sonoridade e melodia da frase. Não se trata de fenômeno isolado que se observa aqui e acolá; aparece na linguagem da população inteira desde os homens iletrados até os nossos primeiros escritores?

Um fenômeno que em Said Ali é explicado por fatores prosódicos, teria, contudo, segundo Carvalho (1989:434), motivação histórica. Para esse autor, a colocação pós-verbal que se verifica no Brasil em orações subordinadas e negativas, não corresponderia a um traço nativo do português brasileiro, sendo, antes, uma tendência à hipercorreção. Essa tendência explicar-se-ia pelo que Labov (1985) definiu como sentimento de "insegurança lingüística", motivado, nesse caso, por um processo de estigmatização da colocação pré-verbal por parte dos gramáticos e da escola. Assim, buscando aproximar-se da norma lingüística de maior prestígio social, identificada à língua *standard* europeia, os falantes brasileiros fariam uso da colocação pós-verbal inclusive nos contextos em que, no português europeu, o pronome antecederse o verbo.

Não obstante a explicação desse fato como resultante de uma tendência à hipercorreção ser bastante plausível, não se pode deixar de atentar para a afirmação de Said Ali de que esse fenômeno "aparece na linguagem da população inteira, desde os homens iletrados, até os nossos primeiros escritores". Se não se trata de uma generalização inadequada, a hipótese da hipercorreção torna-se pouco sustentável.

? O grifo é meu.

4.2.2. Mattoso Câmara e Brandão de Carvalho

Segundo Mattoso Câmara (1979:254), a colocação do pronome átono "é um traço distintivo entre o português arcaico e o português moderno, de um lado, e, de outro lado, entre o português moderno europeu e o brasileiro".

Em relação ao português moderno, considera haver em Portugal um favorecimento à posição pós-verbal do pronome, enquanto que, no Brasil, este ocuparia preferencialmente a posição pré-verbal. Essa divergência seria particularmente notada em início de frase, que no Brasil se pode abrir por um clítico e, em Portugal, não.

Considera ainda que no Brasil, a colocação pós-verbal do clítico só seria espontânea em se tratando "da partícula pronominal se em perífrase verbo-pronominal para indicar uma atividade sem sujeito determinado" (*idem, ibidem*), como, por exemplo, em *vende-se o livro*, cuja interpretação seria *o livro está à venda*. Observa, por outro lado, que "a anteposição da partícula se ao verbo, associada à anteposição de um nome substantivo paciente, dá a esse nome substantivo uma função de sujeito ativo" (*idem, ibidem*); este seria o caso de *o livro se vende*, correspondente a *o livro sai*, *o livro tem boa aceitação do público*. Ainda de acordo com Mattoso Câmara, o contraste entre essas duas construções já teria sido assinalado anteriormente por Said Ali, que, contudo, só o teria atribuído à anteposição/posposição do nome substantivo, sem atentar para a importância da posição ocupada pelo clítico se.

A explicação proposta por Mattoso Câmara para as divergências de colocação pronominal verificadas entre Portugal e o Brasil apóia-se na idéia de que haveria no Brasil uma maior diferença prosódica entre as sílabas átonas dos vocábulos que em Portugal. Ou seja, apóia-se no fato de que na pronúncia brasileira, a distinção entre sílabas pretônicas e pós-tônicas seria mais marcada que na pronúncia lusitana.

Com base nesse fato, a sua proposta de explicação para as divergências na sintaxe dos clíticos consistirá, então, no que se apresenta a seguir:

Funcionando como sílabas átonas de vocábulos fonológicos que se definiriam pela acentuação do verbo, os clíticos corresponderiam, em posição pré-verbal, a sílabas pré-tônicas e, em posição pós-verbal, a sílabas pós-tônicas; a preferência pela colocação pré-verbal, no Brasil, resultaria da possibilidade de se pôr em relevo o pronome proclítico, uma vez que, na pronúncia brasileira, as sílabas pré-tônicas seriam destacadas por uma intensificação especial, o que não se verificaria no português europeu, em que a distinção entre as sílabas pré-tônicas e pós-tônicas seria menos marcada.

A par das sílabas átonas finais, consideradas de *atonicidade máxima*, afirma ainda que as sílabas pré-tônicas se distinguiriam segundo dois graus de atonicidade: *atonicidade média* - as pré-tônicas não iniciais ou iniciais começadas por vogal - e *atonicidade mínima* - as pré-tônicas iniciais começadas por consoante (Cf. Câmara Jr., 1953:61). Assim, considerando as distinções de atonicidade, estabelecidas com base na diversidade dos padrões silábicos, afirma que a valorização à próclise, no Brasil, seria particularmente observada com os clíticos que, ocupando a posição pré-verbal, constituíssem sílabas de *atonicidade mínima*. Tais clíticos seriam, portanto, os que apresentassem o padrão silábico CV, ou seja, *me, te, se, nos, vos, lhe e lhes*. Por outro lado, acrescenta que "a valorização dada à próclise não aparece com o pronome complemento *o* (e suas variantes *a, os, as*), porque esta partícula não é mais que sílaba vocálica sem consoante pré-vocálica" (Câmara Jr., 1975:51).

Um aspecto do problema, para o qual Mattoso Câmara chama a atenção, diz respeito à pressuposição geralmente feita por alguns autores de que, no Brasil, os ditos pronomes átonos seriam na verdade tônicos. Tal pressuposição, segundo Mattoso Câmara (1953:62), denotaria uma apreensão

equivocada dos fatos. Veja-se, a esse respeito, a passagem a seguir:

E a situação de átona mínima (...) que dá certa ênfase à variação pronominal átona em próclise e tem levado alguns gramáticos brasileiros à afirmação de que as variações pronominais adjuntas ao verbo (me, te, se, nos, vos, lhe, lhes) são tônicas no português do Brasil. É uma noção inadequada do fenômeno real, porque não leva em apreço a circunstância de que a variação pronominal continua proclítica e átona, sem ascender a sílaba tônica ou vocábulo autônomo, embora tenha valorização intensiva de sílaba átona inicial

Brandão de Carvalho (1989:411) também destaca o fato de que, alguns autores, baseando-se nas diferenças observadas no vocalismo átono entre o Brasil e Portugal, passaram a definir os clíticos na pronúncia brasileira como partículas 'levemente tônicas' ou 'semitônicas', e, em Portugal, como partículas que teriam o seu timbre bastante reduzido. A seguir, teriam inferido que, no Brasil, os clíticos seriam preferencialmente atraídos para uma posição mais forte, pré-tônica, devido a sua condição de partículas 'semitônicas' e, em Portugal, para uma posição mais fraca, pós-tônica, em virtude de aí o seu timbre ser mais reduzido².

² As diferenças entre o vocalismo átono do Brasil e de Portugal, referidas por Mattoso Câmara e Brandão de Carvalho são apresentadas abaixo. No Brasil, faz-se uma distinção entre vogais pré-tônicas e pós-tônicas que não se verifica em Portugal; na pronúncia lusitana, o processo de redução vocálica deu-se de maneira (quase) uniforme nas diversas sílabas átonas, independentemente da sua distribuição:

Brasil	
Tônica	[i] [e] [ɛ] [a] [o] [] [u]
Pré-tônica	[i] [e]~[ɛ] [a] [o]~[] [u]
Pós-tônica	[¹] [] [] [] [] [] []
Portugal	
Tônica	[i] [e] [ɛ] [a] [α] [o] [] [u]
Átona	([¹]) [] [] [] [] [] []

Partidário dessa opinião é, por exemplo, Celso Cunha (1981a:225), conforme se pode ver na seguinte passagem:

Em Portugal, esses pronomes se tornaram extremamente átonos, em virtude do relaxamento e ensurdecimento de sua vogal. Já no Brasil, embora os chamemos átonos, são eles, em verdade, semitônicos. E essa maior nitidez de pronúncia, aliada a particularidades de entoação e a outros fatores (de ordem lógica, psicológica, estética, histórica, etc.), possibilita-lhes uma grande variabilidade de posição na frase, que contrasta com a colocação mais rígida que têm no português europeu

Afirma Brandão de Carvalho, concordando, portanto, com Mattoso Câmara, que não é por serem 'semitônicos' que os clíticos no Brasil, ocupariam a posição pré-verbal; antes, pelo contrário, a sua 'semitonicidade' "seria uma ilusão criada pela qualidade vocálica e pré-tonicidade"⁷. Como ilustrações para essa afirmação, apresenta os seguintes exemplos (*idem, ibidem*: 412):

- (i) ele a prende
- (ii) ele prende-a
- (iii) ele aprende

Assim, o fato de a vogal clítica a ser mais forte em (i) que em (ii) decorreria, segundo esse autor, do fato de ocupar posição pré-tônica, no primeiro caso, e pós-tônica, no segundo. Por outro lado, a inexistência de distinção entre (i) e (iii) iria mais uma vez corroborar a idéia de que a redução vocálica não se verifica em posição pré-tônica.

Observe-se que, no português do Brasil, em posição pré-tônica, neutraliza-se a oposição entre as vogais médias abertas e fechadas, ficando o quadro das vogais reduzido a cinco fonemas nessa posição. Observe-se ainda que, no português europeu, o [i] não ocorre em posição átona final (Cf. Mateus et alii, 1989:351).

⁷ "The so-called 'semitonicity' of BP object pronouns would be an illusion created by vowel quality and pretonicity" (Carvalho, 1989:411).

Também na parte que toca ao português europeu, Brandão de Carvalho critica a proposta de explicar as divergências de colocação pronominal entre Portugal e o Brasil como uma consequência das distinções entre o vocalismo átono dos dois países. Nesse caso, o problema seria exatamente o oposto ao que se apresentou para o português do Brasil; ou seja, se, no português europeu, em virtude da sua forte atonicidade, os clíticos seriam atraídos para uma posição mais fraca, como explicar a sua suposta preferência pela posição pós-tônica, uma vez que tanto o contexto pré-tônico quanto o pós-tônico implicariam redução vocálica?

Há, porém, um aspecto da questão, relativo ao vocalismo dos proclíticos no Brasil, não mencionado por esse autor, mas notado por Mattoso Câmara. Embora seja verdade, ao menos no que tange aos exemplos acima apresentados, que, na pronúncia brasileira, a vogal clítica a não se reduz em posição pré-tônica, o mesmo não se pode dizer em relação ao vocalismo dos demais pronomes átonos quando proclíticos. Nestes, ao contrário, portanto, do que seria de esperar da sua situação de pré-tônica inicial, /e/ se reduz a /i/ (...) e /o/ a /u/. Daí oposições como entre Olavo /olavu/, nome próprio, e -... o lavo /ulavu/, verbo lavar com pronome, ou entre sessenta, nome de número, /sese(n)ta/, e -... se senta /sise(n)ta/, verbo 'sentar' com pronome" (Câmara Jr., 1979:46).

Como se vê, o vocalismo desses pronomes, quando proclíticos, não se subordina ao quadro geral do vocalismo das sílabas pré-tônicas observado para o português do Brasil. A explicação sugerida por Mattoso Câmara para esse fenômeno não estaria, entretanto, em contradição com a argumentação desenvolvida para explicar a ordem dos clíticos. No português europeu, o vocalismo dos clíticos em posição pré-verbal segue em regra o vocalismo das sílabas pré-tônicas. No Brasil, todavia, os proclíticos distinguem-se das demais sílabas pré-tônicas, apresentando um vocalismo próprio. Sugere Mattoso Câmara que esse traço idiossincrático do

vocalismo dos proclíticos no Brasil seja interpretado como um recurso suplementar de valorização do clítico quando em posição pré-verbal (1979:38).

4.2.4. Lemos Monteiro

Também se inserindo na linha que busca explicar a ordem dos clíticos na estrutura frasal em termos fonológicos, afirma Lemos Monteiro (1991:307) que a colocação dos pronomes átonos em português estaria subordinada a uma "constatação simples e irrefutável: os enunciados que proferimos instituem um padrão de ritmo binário, associado a uma pauta acentual paroxitonizante".

A proposta desenvolvida por esse autor para explicar a colocação dos clíticos baseia-se no seguinte raciocínio: os clíticos agregam-se a formas verbais, funcionando como sílabas pré-tônicas - quando se situam à esquerda do verbo - ou como sílabas pós-tônicas - quando se situam à sua direita. Verificando-se, na língua portuguesa, uma preferência geral pela acentuação paroxitona e, ao mesmo tempo, uma tendência a se evitar a formação de vocábulos exdrúxulos, a posição dos clíticos estaria, então, condicionada à tonicidade da forma verbal. Assim sendo, diante de formas verbais paroxítonas, o fenômeno da próclise seria mais geral e explicar-se-ia como uma estratégia para o impedimento da formação de vocábulos fonológicos proparoxítonos. As formas verbais oxítonas, por sua vez, poderiam favorecer a ênclise, na medida em que promoveriam a formação de vocábulos fonológicos paroxítonos, seguindo, pois, o padrão geral da língua.

Segundo Lemos Monteiro (*idem, ibidem*:311), uma das razões para que, no português do Brasil, os alomorfes *lo(s)*, *l(a)s* continuem vivos, enquanto os clíticos *o(s)*, *a(s)* são formas em extinção, seria justamente a tendência da língua a uma pauta acentual paroxitonizante. Ou seja, os alomorfes

lo(s), (a)s se manteriam, no português do Brasil, por ocorrerem à direita de infinitivos, formas verbais oxítonas, produzindo vocábulos fonológicos paroxítonos. Sobre a explicação fornecida por esse autor para o comportamento especial do clítico acusativo de terceira pessoa em relação aos infinitivos verbais, pode-se, todavia, fazer a seguinte indagação: se de fato as formas de infinitivo, por serem oxítonas, favorecem a colocação pós-verbal do clítico, por que o fariam preferencialmente com o clítico acusativo de terceira pessoa - o(s), a(s) -, uma vez que, com os demais clíticos, também se produziriam vocábulos fonológicos paroxítonos?

A idéia de que a colocação dos clíticos é também condicionada à tonicidade das formas verbais é, contudo, uma idéia de longa data na tradição gramatical portuguesa, o que pode ser ilustrado com a passagem a seguir, em que Jerônimo Soares Barbosa (1881:35) discute o problema da colocação dos clíticos diante de formas verbais proparoxítonas:

"Outra propriedade d'estas enclíticas é não se poderem ajuntar depois dos verbos, senão quando elles tem accento na ultima ou na penultima. Se elles porem o tem na antepenultima, de necessidade os devem então preceder, para o accento não ficar para traz da antepenultima, como ficaria se dissessemos: amáramos-te, amariamos-o, louváramos-lhes".

O autor observa, contudo, que não se trata de uma regra categórica e dá como exemplo os casos em que dois clíticos se juntam a formas de gerúndio (ensinando-se-lhes).

A apresentação dessas propostas de tratamento da colocação dos clíticos teve como objetivo central informar sobre as duas principais linhas de abordagem do fenômeno, dentro de uma ótica tradicional. Contudo os aspectos aqui referidos poderão ser retomados sempre que se mostrarem relevantes para a explicação dos padrões de ordem dos clíticos nos *corpora* que serão descritos neste trabalho.

5. O Português Quinhentista

5.0. Introdução ,

Na amostra lingüística considerada para o português do século XVI, verificaram-se 1925 ocorrências de clítico em orações constituídas por formas verbais simples. Nessas estruturas, a posição do clítico, portanto, a variável dependente analisada, apresentou, para cada uma das suas variantes, as seguintes freqüências relativas:

- . posição pré-verbal: 1618 ocorrências, 84%;
- . posição pós-verbal: 261 ocorrências, 14%;
- . posição intraverbal: 46 ocorrências, 02%.

A análise quantitativa desses dados será feita considerando-se, em primeiro lugar, cada uma das variáveis explanatórias estruturais independentemente, a fim de que seja observada a interferência exercida por cada fator *per se* sobre a realização da variável dependente. A segunda fase da descrição será caracterizada pela apresentação do efeito produzido pelo cruzamento de variáveis explanatórias duas a duas.

O que se pretende fundamentalmente com a análise da interferência de cada variável explanatória em separado, que se fará em um primeiro momento, é identificar os fatores que em si mesmos seriam responsáveis por regras categóricas de colocação do clítico, ou seja, aqueles fatores em que uma determinada variante apresenta uma freqüência equivalente a cem por cento das ocorrências.

Já os fatores que não determinarem um padrão categórico de colocação serão objeto de uma reanálise, no cruzamento das variáveis, que se fará a seguir.

5.1. Variáveis Explanatórias Estruturais

5.1.1. TIPO DE ORAÇÃO

Das 1925 ocorrências de clíticos em orações constituídas por formas verbais simples, 309 (16%) apresentaram-se em *orações principais/absolutas*, 398 (21%) em *orações coordenadas* e 1218 (63%) em *orações subordinadas desenvolvidas e reduzidas*.

Fasso a apresentar e a discutir, a seguir, as tabelas com os valores percentuais e os números de ocorrências das variantes em cada fator, dando, para cada caso, os exemplos pertinentes.

a) *(Orações Principais ou Absolutas)*

	pré-verbal	pós-verbal	intraverbal	TOTAL
N	217	65	27	309
%	70	21	09	

. Joã Mõteyro me dixe oye pola manhã que tynha vystos e em^edados os apomtã^etos 4,34(?)

. Peço lhe que por vos me mãde escrever 26,34-35(?)

. Agradeceryosey muito por elle me mãdardes dizer como estaes 6,35

Considerando apenas as frequências referentes ao comportamento das variantes nas *oração principais ou absolutas*, dir-se-ia, quanto a esse fator, que se observa uma preferência pela colocação pré-verbal em relação às demais. Contudo, nos diversos contextos possíveis nas *orações principais ou absolutas*, a colocação do clítico é determinada pela interação de pelo menos três variáveis: tipo da criação, elemento que antecede o verbo e tempo e modo do verbo.

Chamo inicialmente atenção para esse aspecto apenas como forma de ilustrar o tipo de leitura enviesada que se pode fazer de certos resultados percentuais, desde que não

se tenha em conta o fato de que o contexto em que ocorre uma forma lingüística qualquer sob enfoque é sempre produto de uma conjunção de fatores diversos.

Assim, na análise das freqüências que traduzem a interferência da variável explanatória em questão, bem como das demais a serem vistas, sobre a variável dependente, há de se considerar sempre que os resultados refletem apenas o efeito dessa variável. Assim, só se poderá obter uma idéia mais precisa acerca do peso da interferência desses fatores nos contextos em que a colocação do clítico é variável, quando se fizer o cruzamento das variáveis explanatórias.

b) Orações Coordenadas

b.1) Aditivas

b.1.1) Introduzidas pelo Coordenante E

	pré-verbal	pós-verbal	intraverbal	TOTAL
N	191	65	15	271
%	70	24	06	

Como se esclareceu no Capítulo 3 (A Metodologia), sempre que uma oração se apresentou introduzida pelo elemento e - independentemente do fato de esse elemento desempenhar a função de uma conjunção coordenativa ou de um elemento de encadeação do discurso -, foi classificada como uma oração coordenada aditiva. O que motivou essa opção foi a constatação de que tanto em face do e coordenante, quanto do e encadeador, a colocação do clítico na estrutura frasal apresentou padrão variável, conforme os exemplos a seguir o demonstram:

E coordenante:

. a primeira parte de Reposta que lhe dey foy lançarme a seus pees e beijarlhe a mão; e lhe Respondii ho que Deus me ensinou 136,33

. Bernardo Peixoto, escudeiro da casa d'elRey, meu senhor, que vos esta dara, foy meu criado e servio me tantos anos 64,42

. eu averey d'isso prazer e volo gradecerei 53,35

E encadeador:

. E lhe dezei que eu vos escrevi 46,48

. E perdoayme tanto ~effadamento 101,31

. E agradecervosey muyto, quando embora vyerdes, me trazerdes asynados dos mercadores com que asentardes que ajaam de fazer os ditos paguam~etos 50,33

Da mesma forma que para as *orações principais ou absolutas*, podem-se supor outros fatores intervindo nos resultados percentuais apresentados acima. Assim, apesar de os resultados até então obtidos apontarem para um comportamento semelhante entre as *orações principais e absolutas* e as *coordenadas aditivas introduzidas por e*, como se verá adiante, com o cruzamento das variáveis, esses dois tipos de oração apresentarão padrões diferenciados quanto à colocação dos clíticos.

b.1.2) Introduzidas pelo Coordenante Nem

	pré-verbal	pós-verbal	intraverbal	TOTAL
N	08	-	-	08
%	100	-	-	

. Bem vejo eu que fazer muyta poeyra sobre h~ua verdade, camdo aas vezes hom~e acerta de a falar, he muito de m~etirossos; e por isso me corro ja de falar nisto; n~e o fizera, se me vossa merce nã dissera que soubera 158,59

As *orações coordenadas aditivas, introduzidas pelo coordenante nem*, despontam como o primeiro fator da variável explanatória *tipo de oração* a definir um padrão categórico de colocação do clítico. Nesse caso, a colocação pré-verbal foi a única forma de colocação atestada.

b.2) Alternativas

	pré-verbal	pós-verbal	intraverbal	TOTAL
N	04	-	-	04
%	100	-	-	

. Porque ficar na praia de Barcelona sera muy grãde desõrra ou m'obligara a meter ~u navio a Risco 18, 35

. ou lha mãdara ou nã, vossa merce a veja e a Rompa 158,59

A seguir às aditivas, introduzidas pelo coordenante nem, apresentam-se as orações coordenadas alternativas como o segundo fator em que a colocação do clítico é categoricamente pré-verbal. Deve-se, todavia, fazer uma ressalva sobre qualquer afirmação mais definitiva acerca do papel desse fator quanto à definição do padrão de ordem do clítico, em virtude de sua baixa ocorrência no corpus analisado (apenas quatro ocorrências).

b.3) Adversativas

	pré-verbal	pós-verbal	intraverbal	TOTAL
N	13	04	-	17
%	76	24	-	

. mas pareceome que era necessário 46,48

. todavia me tratou bem mall este pensam~eto 106,31

. com tall reposta com Razão eu me devya d'aveer por desenganado. Com tudo me pareceo 83,30

O resultado de 76 pontos percentuais favoráveis à colocação pré-verbal obtido nas orações adversativas deve ser reanalisado, em função dos tipos de conectores que encetam essas orações, para que se tenha uma idéia mais precisa do padrão de colocação do clítico nesse contexto.

No corpus analisado, as orações coordenadas adversativas que se destacaram pela presença do clítico apresentaram-se introduzidas pelos elementos *mas*, *todavia* e *contudo*.

Vale, entretanto, mencionar o fato de que *todavia* e *contudo* não têm sido incluídos sem controvérsia no conjunto das conjunções adversativas em português. De acordo com Said Ali (1964:223), "a tendência de incluí-los na categoria das partículas adversativas em atenção a terem sentido semelhante ao da palavra *mas*, objeta-se que a sinonímia é imperfeita, e tanto que se usam ou se podem usar, concomitantemente, com essa partícula. Parece antes acharem-se na fronteira indecisa que medeia entre o advérbio e a conjunção".

Embora os tenha tratado como conjunções adversativas, vale destacar que o comportamento dos clíticos face a esses elementos diferiu do que se observou em relação ao coordenante *mas* (cf. 5.1.3.).

Por outro lado, o fato de *todavia* e *contudo* poderem estar precedidos de *e*, embora seja relevante quanto à questão de os considerar como advérbios ou conjunções, não apresentou interferência, no que tange à colocação dos clíticos.

b.4) Conclusivas

	pré-verbal	pós-verbal	intraverbal	TOTAL
N	15	01	01	17
%	88	06	06	

. E por isso o acha ondequer que vai 45,48

. E *porem*, se ffrey Dioguo me trouxer dillações, comprimehaa hirme 101, 31

As orações coordenadas conclusivas mostraram-se como um fator favorecedor da colocação pré-verbal, que apresentou nesse contexto uma frequência relativa de 88% dos casos, independentemente de que conectores introduzissem essas orações. Essas orações foram introduzidas pelos coordenantes *por isso* e *porém*; esse último, em suas 5 ocorrências, não com o valor adversativo que posteriormente veio a expressar,

mas ainda com o valor de *por isso*, conforme demonstra o exemplo a seguir:

. Eu, o duque de Bragança e de Guimarães, faço saber a vos, meu caseyro de Almeirim, que eu emprestey essas casas a dom Antonio d'Atayde. E **porem** vos mando que lhas despejees e entreguees sem nehu~ua duvida que a ello ponhaaes 91,30

Sobre *e portanto*, *e poren-e poren-de e e pero*, atestados na versão trecentista dos *Diálogos de São Gregório*, afirma Mattos e Silva (1989:680), que "poderiam ser considerados não conjunções conclusivas, mas a expressão de uma coordenação aditiva, expressa pelo *e*, que contém em si uma explicação conclusiva, expressa por *portanto*, *poren* ou *poren-de e pero* (= *por isso*"). De acordo, portanto, com Said Ali (cf. b.3, *Orações Adversativas*), a autora atribui a esses elementos o estatuto de advérbios e os classifica como conclusivos-explicativos.

No corpus analisado, atestaram-se ocorrências de *e por isso* e *e porém*. Não podendo, nos limites desse trabalho, decidir sobre a natureza desses elementos a partir de uma análise sistemática do seu comportamento no corpus adotado, considerej-os, a partir do tratamento mais geral que hoje se lhes atribui, como conjunções conclusivas e, pelas mesmas razões apresentadas para as adversativas, desprezei o fato de poderem estar precedidos do coordenante *e*.

b.5) *Explicativas/Causais*

	pré-verbal	pós-verbal	intraverbal	TOTAL
N	75	04	01	80
%	94	05	01	

. trabalharey de ser la sabado ou dom~igo pela manhã a mais tardar, **porque** me diz~e que o bautismo a de ser a tarde 126,3

. e **pois** elRei, meu senhor, lho chama no padrão 110,32(?)

. porque, como vos escrevy, offerecem se cousas que me poderiã vyr b^oe 83,30

. porque, querendo de maneira que pareça que eu Recebo nisso merce (como me tem mandado dizer per vos), avellohey por muito boa ventura 89,30

O grupo constituido por *orações coordenadas explicativas e subordinadas causais* é considerado como um grupo de orações que se situariam em zona limítrofe entre a coordenação e a subordinação (cf. Capítulo 3). Tem em comum com as orações coordenadas, à exceção das *aditivas introduzidas por nem* e das *alternativas*, o fato de permitir um padrão variável de ordem do clítico; por outro lado, é o grupo em que a preferência pela colocação pré-verbal se aproxima do limiar do categórico (94% das ocorrências), o que o assemelha às *orações subordinadas desenvolvidas*, conforme se verá a seguir.

Xc) *Orações Subordinadas*

c.1) *Desenvolvidas*

c.1.1) *Com a Posição do Subordinante Preenchida*

	pré-verbal	pós-verbal	intraverbal	TOTAL
N	838	-	01	839
%	100	-	-	

. elle deseja muito que se faça a emquysyçã 20,35

. E este sou eu, p^oitado pollo natural; e creio que acharaa vossa alteza em vosso Reino poucas pinturas que se pareça cõ esta 86,30

. acabo a carta, e deixo o mais para quando nos virmos 9,35

Como demonstram os exemplos acima, quer se trate de substantivas, adjetivas ou adverbiais, as *orações subordinadas desenvolvidas encabeçadas por nexos subordinativos apresentaram o clítico categoricamente em posição pré-verbal.*

Na única exceção observada (o que, em função do universo dos dados analisados, se pôde considerar irrelevante), o clítico se colocou em posição intraverbal, e, entre o subordinante e o verbo, observou-se a intercalação de uma oração:

. E porque eu anteparey pollo Récado que sua alteza e vos, senhor, me mandastes por meu filho que se tardar, desmancharsemehaa tudo, Relleva me a vida ser Francisco de Mello comigo dentro nesta semana com boa Reposta, ou com maa, ou sem ella 77,31

O caráter "acidental" dessa ocorrência fica atestado por duas razões: 1) em *orações subordinadas desenvolvidas*, houve 76 ocorrências de formas verbais no futuro do presente ou do pretérito do indicativo, e, apenas na ocorrência acima, o clítico não seguiu a regra geral de posicionar-se à esquerda do verbo; 2) verificaram-se ainda 21 casos de intercalação de uma oração entre o subordinante e o verbo, sendo o exemplo mencionado a única exceção à regra geral.

c.1.2) Com a Posição do Subordinante Vazia

	pré-verbal	pós-verbal	intraverbal	TOTAL
N	08	-	-	08
%	100	-	-	

. Peçovos, senhor, por merce ho ajais por recom^edado 129,32

. As joyas de pedraria aja sua senhoria por bem se partam antre meus filhos 119,32

Observa-se a regra de colocação categoricamente pré-verbal também nas orações subordinadas desenvolvidas em que a posição destinada ao elemento subordinante não se encontra lexicalmente preenchida.

c.2) Reduzidas

c.2.1) De Infinitivo

c.2.1.1) Sem Termo Regente

	pré-verbal	pós-verbal	intraverbal	TOTAL
N	08	47	-	55
%	15	85	-	

. ~Ecom~edarvolo mais nesta parece me escusado
.29,32

. E para isto convem, primeiro que tudo, dar-se
conta ao Reitor da rrezão d'esta mudança 46,48

Nas orações reduzidas de infinitivo, não regidas por preposição, o clítico ocupou com larga preferência a posição pós-verbal, mesmo nos casos em que, conforme o segundo exemplo acima indica, a oração reduzida não introduziu o período e se fez preceder da principal.

c.2.1.2) Regidas por Preposição

	pré-verbal	pós-verbal	intraverbal	TOTAL
N	160	07	-	167
%	96	04	-	

Situação praticamente inversa à anterior é a que se observa quando a oração reduzida de infinitivo está regida por preposição; nesse caso, é amplamente majoritária a colocação pré-verbal do clítico:

. ellRey, meu senhor, lhe tomara hum officio
d'escrivão da feitoria da Ilha de Cabo Verde, que
tinha por seis annos, polo dar a Luis Allvarez
2,33 per dar - 80

Desse modo, a preposição atua como um elemento altamente favorecedor da anteposição do clítico, desempenhando um papel semelhante ao dos conectores subordinantes nas orações subordinadas desenvolvidas. E a natureza da preposição também deve ser considerada na definição do padrão de colocação do clítico nas orações reduzidas de infinitivo.

Nas 7 ocorrências em que a ordem do clítico na frase foi pós-verbal, as orações reduzidas de infinitivo foram introduzidas pelas preposições senão, a, em e de. Seguem-se as observações feitas sobre o comportamento dos clíticos nas orações introduzidas por essas preposições:

1) Só houve 3 ocorrências de *orações subordinadas reduzidas de infinitivo* introduzidas pela preposição senão, não se observando variação na colocação do clítico, que, em todas elas, esteve sempre à direita do verbo:

. não ha que fazer senõ conformarse 6,35

. ja nom posso all fazer senom falar~~hes~~ craro 11,31

. não faça hamdeyras n~e outra cousa alg~ua senão meterse nela 17,35

2) Das seis ocorrências de orações introduzidas pela preposição a apenas em duas, a colocação do clítico foi pós-verbal: nesses casos, os clíticos em questão foram lhe e o. Sobre o comportamento dos clíticos lhe e o, em relação à totalidade das *orações subordinadas reduzidas, introduzidas pela preposição a*, observou-se que:

a. A posição do clítico lhe é variável:

. dom Antonio chegar ao emperador a dar~~he~~ conta de tudo 106,31

. Isto me obriga a lhe m~adar h~ua carta 158,59

b. Só houve uma ocorrência do clítico o em oração subordinada reduzida, introduzida pela preposição a (e quãto a tomallo eu pera minha casa 141,33), daí não se poder tirar nenhuma ilação. Como se sabe, todavia, a norma padrão do português contemporâneo indica que "a ENCLISE é mesmo de rigor quando o pronome tem a forma o (principalmente no feminino a) e o INFINITIVO vem regido da preposição a" (Cunha e Cintra, 1985:303).

3) Foram 16 as ocorrências de orações subordinadas reduzidas, introduzidas pela preposição *em*. Na única em que a posição do clítico é pós-verbal, o clítico em questão é *lhe*. Observou-se, contudo, que a relação entre *em* e *lhe* não favorece à opção categórica por qualquer tipo de colocação:

. e meu filho nõ perde em darlho 119,32

. muito prazer me fareys em lho lembrar 26,34-35(?)

4) Houve 56 ocorrências de orações subordinadas reduzidas, introduzidas pela preposição *de*, sendo apenas uma marcada pela posposição do clítico *o(a)* ao verbo. A posição do clítico *o(a)*, nesse contexto, é, todavia, variável:

. a vos dou muitas graças polo cuydado de a lembrar 24,34-35(?)

. o comẽdador moor de Avys lhe deu esperança de casalla com dõ Jorge seu filho 86,30

Conclui-se, então, que do conjunto de preposições analisadas, só a preposição *senão* favorece a posposição do clítico.

c.2.2) De Infinitivo Flexionado

c.2.2.1) Sem Termo Regente

	pré-verbal	pós-verbal	intraverbal	TOTAL
N	02	13	-	15
%	13	87	-	

Nas orações reduzidas de infinitivo flexionado, o clítico comportou-se praticamente de maneira idêntica à que se observou para as reduzidas de infinitivo não flexionado, verificando-se, portanto, uma larga preferência pela colocação pós-verbal:

. Eu tomo a muy boa dyta vyrem me cartas do governador da Yndia 39,38

c.2.2.2) Regidas por Preposição

	oré-verbal	pós-verbal	intraverbal	TOTAL
N	31	01	-	32
%	97	03	-	

O paralelo traçado para o comportamento dos clíticos nas *reduzidas de infinitivo e de infinitivo flexionado, sem termo regente*, também se pode estabelecer quando essas estruturas são regidas por preposição, sendo que, nesse caso, o clítico estará situado quase que categoricamente à esquerda do verbo:

. a melhor festa que hi ha, he fazer homem cousas
pera se rirem d'elle 151,37

A única ocorrência que constitui exceção a essa regra caracteriza-se pela presença da preposição *senão*, confirmando-se, portanto, o que já se havia constatado para as *reduzidas de infinitivo*; ou seja, a tendência de o clítico, diferentemente do que se verifica com as demais preposições, posicionar-se à direita do infinitivo, quando este é regido pela preposição *senão*:

. eu não vejo outro Remedyo *senã* vyr^{ve} me cavalos
da cydade ao barco de Sacav^{ve} 12,35(?)

Digo tendência, porque, também nesse caso, a regra não será categórica, desde que outros fatores estejam em jogo, como no exemplo a seguir, em que, apesar de se tratar de uma *oração recuzida introduzida por senão*, o clítico não está em posição pós-verbal, devido à presença de um *SAdv de negação* (cf. 5.1.2.; f.1.):

. Nam teve outro labeo esta cousa pera meu
contemtam^{eto} *senão* nam vos achardes, senhor,
nella

c.2.3) *De Gerúndio*c.2.3.1) *Sem Termo Regente¹*

	oré-verbal	pós-verbal	intraverbal	TOTAL
N	04	34	-	38
%	11	89	-	

Para concluir a descrição do comportamento sintático dos clíticos nas *orações subordinadas reduzidas*, resta dizer que as *reduzidas de gerúndio*, não regidas por preposição, se alinham às reduzidas de infinitivo (com ou sem flexão), quando não regidas por preposição, na larga preferência pela colocação pós-verbal do clítico:

. Dona Isabel Freire me escreveo, pedindome que pedise por merce a elRei, meu senhor, que a mandase viir 143,34

d) *Orações Subordinadas em Estrutura de Coordenação²*d.1) *Desenvolvidas*

d.1.1) *Desenvolvidas em Estrutura de Coordenação (com a Posição de Subordinante Preenchida no Primeiro Membro do Par Coordenado)*

	pré-verbal	pós-verbal	intraverbal	TOTAL
N	31	-	01	32
%	97	-	03	

. Praza a Nosso Senhor que se vos nã apegue isto, e se vos gaste a de qua 159,s.d.

Observa-se, nesse contexto, uma predominância quase absoluta das ocorrências em que o clítico se situa à esquerda do verbo. Na única exceção, o clítico ocorre em posição intraverbal:

¹ Não houve ocorrências de clítico em orações subordinadas reduzidas de gerúndio, introduzidas por preposição.

² Na maioria dos casos, trata-se de coordenação aditiva. Qualquer exceção será devidamente identificada.

. E porque a duquesa t~e algu~uas joyas d'ouro e assy prata de servir que nã he muita quantidade, e serlhehaa necessaria pera seu serviço 119,32

Diante das 6 formas de futuro do indicativo atestadas nesse contexto, esta foi, todavia, a única vez em que o clítico deixou de seguir a regra geral de situar-se à esquerda do verbo, conforme o exemplo a seguir o demonstra³:

. avendo por certo que Receberey nisso prazer e volo agradecerey 64,42

Confrontando os resultados acima com os que se obtiveram para as ocorrências de clíticos em *orações subordinadas desenvolvidas, encabeçadas por nexos subordinativos* (cf. 5.1.1.; c.1.1.), verifica-se que a regra categórica de anteposição do clítico das *orações subordinadas* é ligeiramente atenuada quando essas orações figuram como segundo membro de uma estrutura de coordenação, ou seja, a frequência relativa da colocação pré-verbal de 100% nas *subordinadas* passa a 97% nas *subordinadas coordenadas*.

d.2) Reduzidas

d.2.1) De Infinitivo

	pré-verbal	pós-verbal	intraverbal	TOTAL
N	09	16	-	25
%	36	64	-	

. E como Deus seja muy cioso, (...), quis me logo pagar com se esquecer S.A. tanto de tudo ysto e se aver tã sequam~ete comigo 89,30

. e da gente ter a mal tirar vosa alteza seu irmão de cleriguo e fazerlhe merce 86,30

Comparando-se os resultados aqui obtidos com os apresentados para as *reduzidas de infinitivo* que não figuram em estrutura de coordenação, (cf. 5.1.1.; c.2.1.1.), observa-se

³ Sobre a possível influência da morfologia de futuro nesse caso, ver 1.3.

que, não obstante a preferência pela colocação pós-verbal manter-se quando esse tipo de oração ocorre em estruturas de coordenação, ela apresenta um razoável decréscimo em sua frequência relativa, passando de 85 a 64 pontos percentuais.

d.2.2) De Infinitivo Flexionado

	pré-verbal	pós-verbal	intraverbal	TOTAL
N	02	03	-	05
%	40	60	-	

. muito prazer me fareys em lho lembrar e m'õ escreverdes muy largo 26,34-35(?)

. Agradecervosey muito terdes esta lembrança sem embargo de vosas muitas hocupações e escreverdesme 51,33

O paralelo traçado no item anterior também se verifica entre *orações reduzidas de infinitivo flexionado*, na medida em que, quando essas orações figuram em estrutura de coordenação, a frequência relativa da colocação pós-verbal sofre uma redução de 27 pontos percentuais em relação ao número observado para esse mesmo tipo de oração, quando não coordenada. Note-se que o número de ocorrências de clítico em *orações reduzidas de infinitivo flexionado em estrutura de coordenação* foi bastante reduzido.

d.2.3) De Gerúndio

d.2.3.1) Em Oração Coordenada e Introduzida pelo Coordenante Nem

	pré-verbal	pós-verbal	intraverbal	TOTAL
N	01	-	-	01
%	100	-	-	

Ella [a minha maa disposição] he tanta, e a paixão tam grãde que, nã comprindo a serviço de S.A., n'õ me importando tanto como me ysto importa, que eu

ho deixaria antes perder que com tam maa
disposição hir a a corte 101,31

d.2.3.2) *Em Oração Coordenada Introduzida pelo
Coordenante Ou*

	pré-verbal	pós-verbal	intraverbal	TOTAL
N	-	01	-	01
%	-	100	-	

. pareciam que era Razão nã deixar caminho aberto
per por ventura por alg~ua via, ou damdovos sua
alteza algu~uas villas mais honrradas, ou por
qualquer outro modo, viesem a sua alteza 90,30

Nas únicas ocorrências de orações reduzidas de gerúndio em estrutura de coordenação, essas orações são relacionadas pelos coordenantes *nem* e *ou*. Observa-se a anteposição do clítico, em se tratando do coordenante *nem*, e a sua posposição, com o coordenante *ou*. Embora o número reduzido de ocorrências nesses contextos não permita que se chegue a conclusões definitivas, é interessante verificar que nas *reduzidas de gerúndio* coordenadas por *nem*, o clítico se comporta como nas orações finitas também relacionadas por esse coordenante (cf. 5.1.1.; b.1.2.); contudo, o seu comportamento se altera, quando se trata do coordenante *ou*; nesse caso, nas orações finitas (cf. 5.1.1.; b.2.), ocorre apenas a colocação pré-verbal, enquanto que, nas *reduzidas de gerúndio*, o clítico figura à direita do verbo.

Síntese Parcial 1: Resultados Apresentados em 5.1.1.

Apresenta-se, a seguir, uma síntese dos resultados obtidos na análise da colocação do clítico segundo a variável tipo de oração.

Contextos em que a colocação do clítico é categórica:

Nos fatores analisados até aqui, só foram depreendidas regras categóricas de anteposição do clítico, não se observando nenhum fator em que o clítico se situasse categoricamente à direita do verbo. Assim, a colocação pré-verbal é categórica nos seguintes contextos:

- (i) orações subordinadas desenvolvidas, encabeçadas ou não por nexos subordinativos;
- (ii) orações coordenadas aditivas introduzidas pelo coordenante *nem*;
- (iii) orações coordenadas alternativas.*

Contextos que apresentam um padrão variável quanto à colocação dos clíticos:

Preferência pela colocação pré-verbal:

- (i) orações principais ou absolutas (70%);
- (ii) orações coordenadas aditivas, introduzidas por *e* (70%);
- (iii) orações coordenadas adversativas (76%);
- (iv) orações coordenadas conclusivas (88%);
- (v) orações coordenadas explicativas/subordinadas causais (94%).

Observou-se que, nessas orações, a posição do clítico é bastante sensível ao fato de o verbo estar ou não precedido por algum elemento; daí, portanto, só se poder tirar qualquer conclusão mais definitiva acerca do comportamento sintático do clítico, nessas estruturas, no momento em que se analisar a interferência cruzada das variáveis *tipo de oração* e *elementos que antecedem o verbo*. Entretanto, os resultados obtidos já indicam um contínuo, em que a frequência relativa da regra de anteposição do clítico

* Esses dois últimos contextos, todavia, apresentam um número reduzido de ocorrências (oito e quatro, respectivamente).

crece, à medida que se vai das principais/absolutas às explicativas/causais. Ao que parece, os conectores que se aproximam de uma natureza subordinante favorecem a colocação pré-verbal.

(vi) *orações subordinadas reduzidas de infinitivo, regidas por preposição (96%).*

Nesse contexto, o clítico situa-se quase categoricamente à esquerda do verbo. Todavia, dentre as diversas preposições que introduzem as orações reduzidas, a preposição *senão* destaca-se das demais por favorecer a que o clítico se posicione à direita do verbo.

(vii) *orações subordinadas desenvolvidas, em estrutura de coordenação (97%).*

O clítico também está quase categoricamente situado em posição pré-verbal, aproximando-se, portanto, do padrão de colocação observado para as *orações subordinadas* fora de estrutura de coordenação.

Preferência pela posição pós-verbal:

(i) *orações subordinadas reduzidas, não introduzidas por preposição (87%);*

(ii). *orações subordinadas reduzidas, em estrutura de coordenação (63%).*

As orações reduzidas revelaram uma larga preferência pela colocação pós-verbal. Contudo, quando coordenadas, essas orações, apesar de ainda exibirem um percentual favorável à colocação pós-verbal, apresentaram um decréscimo da frequência relativa desse padrão de colocação do clítico, em relação ao percentual observado quando não figuraram como segundo membro em uma estrutura de coordenação.

5.1.2. ELEMENTOS QUE ANTECEDEM IMEDIATAMENTE O VERBO

No universo dos 1925 dados analisados, em 887 (46%) ocorrências de clítico em orações constituídas por formas verbais simples, o verbo não se apresentou precedido por qualquer elemento. Nas 1038 (54%) ocorrências restantes, figuraram, em posição pré-verbal, elementos de natureza variada, que passo a enumerar e a relacionar com as variantes posicionais do clítico. A mesma relação será também estabelecida para os casos em que nenhum elemento antecede o verbo.

a) Nenhum Elemento

	pré-verbal	pós-verbal	intraverbal	TOTAL
N	700	151	36	887
%	79	17	04	

Considera-se haver ausência de elemento em posição pré-verbal não apenas quando o verbo ocupa a posição inicial absoluta, mas também quando está precedido apenas por conectores ou preposições (cf. Capítulo 3, A Metodologia):

- . Dise me que nõ tem outro dinheiro 38,38
- . mostrou cõsolação cõ elle, e cõfesou se mui bõe seg~undo o padre me dise 132,32
- . Chegãdo agora a esta vyla, achey ~u cryado vosso que me deu vossa carta 12,35(?)

Nesse sentido, embora os resultados acima expressem que a ausência de elemento antes do verbo favorece à colocação pré-verbal do clítico (79% dos casos), a interferência desse fator sobre a variável dependente só será devidamente avaliada quando se considerarem simultaneamente outros

fatores, o que, de resto, como já se esclareceu, é um princípio que se aplica à quase generalidade das situações.

b) SN Sujeito

b.1) SN Sujeito sem Constituinte Adjunto

	pré-verbal	pós-verbal	intraverbal	TOTAL
N	250	01	-	251
%	100	-	-	

Considerou-se *SN* sujeito não apenas o *SN* que tivesse como núcleo o nome, mas também o pronome:

- . e dō Jeronimo me falou tantos lat^{vis} 43,48
- . Eu o vi em Coimbra 43,48

No *corpus* analisado, estando o verbo precedido por *SN* sujeito, o clítico situa-se categoricamente em posição pré-verbal. Apenas em uma ocorrência o clítico figurou em posição pós-verbal, o que, contudo, dado o conjunto dos dados analisados, não foi considerado significativo na análise desse fator²:

- . E quando S.A. ouvindome, lhe nom parecese bem minhas Razões, abrimhaa os olhos, se estou cego, pera conhecer ho que he mais seu serviço 94,30

b.2) SN Sujeito com Constituinte Adjunto

	pré-verbal	pós-verbal	intraverbal	TOTAL
N	60	-	-	60
%	100	-	-	

Foram classificados como *constituíntes adjuntos* termos como o *aposto* e as *orações relativas*:

² Observe-se, contudo, que essa exceção ocorre exatamente em uma oração reduzida de gerúndio, o que comprova a interpretação de que esse fator favoreça a regra de posposição do clítico.

. Eu, a Rainha, vos envio muito saudar 53,35

. E a Reposta que sua alteza vos deu ao de Mart~y de Crasto me parece que e seg~udo o tempo justa 24,34-35

Ao se considerar distintamente *SN sujeito com constituinte adjunto* e *SN sujeito sem constituinte adjunto*, procurou-se verificar se uma pausa maior separando o *SN sujeito com constituinte adjunto* do verbo não favoreceria a regra de posposição do clítico. Tal fato, entretanto, não se verificou, situando-se o clítico categoricamente à esquerda do verbo, sendo esse precedido por um *SN sujeito, com ou sem constituinte adjunto*.

c) *SN Objeto Direto*

c.1) *SN Objeto Direto sem Constituinte Adjunto*

	pré-verbal	pós-verbal	intraverbal	TOTAL
N	27	-	-	27
%	100	-	-	

. e aquilo lhe Respondeo duas ou tres vezes 114,31

. Peçovos, senhor, por merce que a mão alhea me perdoees 131,32

c.2) *SN Objeto Direto com Constituinte Adjunto*

	pré-verbal	pós-verbal	intraverbal	TOTAL
N	04	-	-	04
%	100	-	-	

. A pousada que me ofereeis vos tenho, senhor, mil vezes ~e merce 126,31

. E toda boa ordem em que isto poserdes vos agradecerei 50,33

Estando o verbo precedido por *SN objeto direto, com ou sem constituinte adjunto*, o clítico situa-se invaria-

velmente em posição pré-verbal, observando-se assim o mesmo padrão verificado com os SN's sujeitos.

c.3) SN Objeto Direto Recuperado pelo Clítico

	pré-verbal	pós-verbal	intraverbal	TOTAL
N	01		01	02
%	50		50	

. Peço vos, senhor, por merce que tudo o que nisto poderdes ajudar, o façais 155,38

. e este daloyamos a Antonio de Sousa 141,33

Apesar de o número infimo de ocorrências não permitir afirmações mais conclusivas, a relação especial que o clítico mantém, nesse caso, com o SN objeto direto parece interferir na sua colocação na estrutura frasal. Das duas ocorrências em questão, uma delas deve ser de pronto descartada por situar-se o clítico em uma oração subordinada desenvolvida, contexto em que a sua anteposição ao verbo é categórica. A outra situa-se em uma oração coordenada aditiva introduzida pelo coordenante e, em que a posição do clítico é variável. É interessante notar que houve 8 ocorrências com anteposição do SN objeto direto em orações coordenadas aditivas introduzidas por e e que, em sete delas, o clítico ocupou a posição pré-verbal; na única ocorrência em que, sendo o verbo precedido por um SN objeto direto, o clítico se situa em posição pós-verbal, verifica-se entre ambos uma relação de co-referência; do que se pode inferir que essa situação favoreça a colocação pós-verbal do clítico.

d) S'prep Objeto Indireto

d.1) S'prep Objeto Indireto sem Constituinte Adjunto

	pré-verbal	pós-verbal	intraverbal	TOTAL
N	11	-	-	11
%	100	-	-	

. e d'elle me avisai logo 43,48

. E porque Rodrigo Sanchez vos dira o mais de
minha parte, a ele me Remetto 65,48

d.2) *SPrep Objeto Indireto com Constituinte Adjunto*

	pré-verbal	pós-verbal	intraverbal	TOTAL
N	01	-	-	01
%	100	-	-	

. Folgara de vos dar larga comta de tudo o que ca
passey despoys que vos deyxey de ver, mas o tempo
nã me da lugar; a elRey, meu senhor, o escrevo
19,35

d.3) *SPrep Objeto Indireto Recuperado pelo Clítico*

	pré-verbal	pós-verbal	intraverbal	TOTAL
N	05	01	-	06
%	83	17	-	

. A sua alteza lhe pareceo que nã era bem
escusarse Lopo de Brito 143,34

. E a sua alteza lhe aprouve d'iso 146,35

. E assi ao ditto meu filho fiquarlhe a ditto
metade da fazenda 119,32

O que se observou acerca do comportamento sintático do clítico, quando o verbo é precedido por um *SN objeto direto*, repete-se, quando o elemento em questão é um *SPrep objeto indireto*. Ou seja, em sendo o verbo antecedido por um *SPrep objeto indireto*, com ou sem *constituinte adjunto*, o clítico ocupa categoricamente a posição pré-verbal. Em se tratando, todavia, de um *SPrep objeto indireto recuperado pelo clítico*, verifica-se uma variação no comportamento sintático do clítico, podendo este figurar em posição pós-verbal; isso reforça a observação, já feita em 5.1.2.;c.3., de que a relação de co-referência entre o clítico e o complemento verbal anteposto pode interferir na sua colocação.

e) *Redobro Clítico*

	pré-verbal	pós-verbal	intraverbal	TOTAL
N	06	01	-	07
%	86	14		

. e lhe pareça isto bem como a nos nos parece 146,35

. E por iso o guardava, porque arreceo que Duarte de Paaz tenha modo de o fazer perdidiço; porque a m'y Relevame muito nõ se perder 103,31

O clítico, em função de objeto direto ou indireto, pode ser enfatizado através do uso da sua forma tônica regida da preposição a. Em sendo o verbo antecedido por um SPrep dessa natureza, a posição do clítico na estrutura frasal não é categoricamente pré-verbal, como quando um SPrep objeto indireto, mas variável; do que se pode inferir que essa situação também favoreça a colocação pós-verbal.

f) *SAdv's ou SPrep's Circunstanciais*f.1) *SAdv de Negação*

	pré-verbal	pós-verbal	intraverbal	TOTAL
N	158	-	-	158
%	100	-	-	

. Nam vos Respondi por Luis Afonso por nam se deter em quanto eu escrevia 131, 32

. Estive hu~u grãde pedaço com papel e tinta com ele; nunca me disse nada 131,32

f.2) *Outros SAdv's ou SPrep's Circunstanciais*

	pré-verbal	pós-verbal	intraverbal	TOTAL
N	265	07	-	272
%	97	03	-	

. Tamb~e me lembra agora aquy outra Razã 101,31

. Por derradeiro pedio lhe a mão pera lhe tomar a menag~e 114,31

f.3) *SN com Valor Adverbial*

	pré-verbal	pós-verbal	intraverbal	TOTAL
N	15	-	-	15
%	100	-	-	

. O proprio dia de pascoa me derão Recado da enfermidade do cardeal 47,50

. com aquelle solido que o anno pasado se asentou Joham Lopez 69,51

No grupo dos *SAdv's* ou *SPrep's* circunstanciais, os *SAdv's* marcados pelo traço [+ negativo] destacam-se como elementos que levam o clítico a situar-se categoricamente à esquerda do verbo.

O mesmo se verificou com os *SN's* com valor adverbial, mantendo-se, portanto, o padrão de colocação do clítico já atestado para *SN's* de outra natureza, ou seja, a colocação pré-verbal categórica.

Sendo, todavia, o verbo precedido por outros *SAdv's* ou *SPrep's* circunstanciais, observou-se uma variação na ordem do clítico, apesar da larga margem de preferência pela colocação pré-verbal configurar quase uma regra categórica. As poucas ocorrências de colocação pós-verbal se dão tanto quando o verbo é precedido por *SAdv's* (duas vezes), como quando é precedido por *SPrep's* (cinco vezes).

Os advérbios que admitiram a posposição do clítico foram *agora* e *somente*:

E agora compre lhe pera nam fazer huã desmancho, como seu avoo fez duas vezes, e seu tio dom Joham 146,35

. mandey huãua posta a saber se vynha frey Diogo; e nam avya d'isso memoria, somente escreveome Gonçallo Machado que dezia frey Diogo que nam avya de ffallar a S.A. 101,31

Contudo, também com esses advérbios registram-se casos de colocação pré-verbal (4 ocorrências com *agora*⁶ e 3 com *somente*), sendo a frequência relativa dessa colocação com esses advérbios da ordem de 80 e 75%, respectivamente:

Se agora vos quizerdes servir d'ellas, ahi estam;
somente me fares merce que se agsalhe Gonçallo
Machado 92,30

Mas *agora* me disserom que nã era a vosa duvida
senã que nã avia de dizer que erom d'asentamento
118,32

Os advérbios com os quais só se verificou a colocação pré-verbal foram⁷: *assim* (17/20), *muito* (13/16), *então/entonces* (6/8), *bem* (3/7), *também* (6/6), *sempre* (3/6), *ainda* (5/5), *já* (4/5), *lá* (2/5), *antes* (4/4), *mais* (2/4), *logo* (1/4), *verdadeiramente* (3/3), *melhor* (1/3), *ai* (2/2), *depois* (1/2), *aqui* (1/2), *tanto* (0/2), *ali* (0/2), *ontem* (0/2), *só* (1/1), *apenas* (1/1), *pacificamente* (1/1), *fora* (0/1), *ca* (0/1), *ora* (0/1), *acima* (0/1), *quase* (0/1), *caso* (0/1), *continuadamente* (0/1) -- além das seguintes locuções adverbiais: *muito mais* (1/1), *tanto mais* (1/1), *muito claramente* (1/1), *tão depressa* (1/1), *já agora* (0/1), *bem pouco* (0/1), *tão mal* (0/1), *mais vivamente* (0/1). O número total de ocorrências em que o verbo é imediatamente precedido por um advérbio é de 90, sendo a frequência relativa da colocação pré-verbal nesse contexto de 98%⁸.

⁶ Em realidade, houve oito ocorrências de colocação pré-verbal com o advérbio *agora*, mas quatro não foram consideradas, porque se situavam em orações subordinadas desenvolvidas, contextos previamente definido como de anteposição categórica do clítico.

⁷ Entre parênteses, são dados: o número de ocorrências nas orações (que admitem um padrão variável de colocação (principais/absolutas e coordenadas, etc.)) e o número total de ocorrências, separados pela barra.

⁸ Em realidade, houve 139 ocorrências em que o verbo é imediatamente precedido por um advérbio ou locução adverbial, mas as ocorrências situadas em oração subordinada não foram consideradas na aferição das frequências, por se tratar de um contexto já definido previamente como de colocação pré-verbal categórica.

Portanto, a colocação pré-verbal nesse contexto situa-se no limiar do categórico.

Em 61 das 66 ocorrências em que o verbo foi imediatamente precedido por um *SPrep* de valor circunstancial[¶], o clítico antecedeu o verbo, e em apenas cinco o sucedeu; sendo, portanto, a frequência relativa das colocações pré e pós-verbal de 92% e 8%, respectivamente. Os *SPrep*'s circunstanciais com os quais ocorreu a colocação pós-verbal foram introduzidos pelas preposições *sobre*, *em*, *e* e *por* (duas vezes):

E sobre grandes arengas feitas parece-me 136,33

E em tal caso que a terça fica à duquesa, tome esse ~e cousa junta 119,32

e, a meu ver, sabem no bem familiarmente 106,31

. Por derradeiro pedio lhe a mão pera lhe tomar a menag~e 114,31

Contudo, verifica-se também a posposição do clítico com *SPrep*'s de estruturas semelhantes:

No vosso parecer que me dais me fazeis muita amizade 46, 48

e niso e u~ua romaria que ei de fazer, que e ir a Guadalupe; me parece que gastarei o tempo 153, 37

. Por amor de Deus lho peço e pollas suas chagas lho Requeiro 98,31

e ao outro dia seguinte me dirã trinta e hu~u missas Rezadas 119, 32

e cõ meu parecer lhe deu a licemça 146, 35

È sobre tudo vos peço por merce 88, 30

Portanto, pode-se dizer que, tanto com *SAdv*'s, quanto com *SPrep*'s de valor circunstancial, observa-se um padrão

[¶] Das 132 ocorrências em que o verbo é precedido por um *SPrep* circunstancial 66 foram retiradas, por se encontrarem em contexto de regra categórica de anteposição de clítico (cf. nota anterior).

variável de colocação do clítico, com uma larga preferência pela posição pré-verbal; sendo, contudo, a frequência relativa da regra de posposição ligeiramente superior com os *SPrep's* circunstanciais.

g) *Sldj* *Predicativo do Sujeito*

	pré-verbal	pós-verbal	intraverbal	TOTAL
N	04	-	-	04
%	100	-	-	

. Tam desapassionado vos parece a vos, senhor 101,31

. bem claro me foy o fim que ysto avia d'aver 86,30

No reduzido número de ocorrências em que o verbo é precedido por um sintagma adjetival com função de predicativo do sujeito, observou-se o mesmo padrão geral atestado para os sintagmas nominais, ou seja, a categórica anteposição do clítico ao verbo.

h) *SPrep* *Complemento Nominal*

	pré-verbal	pós-verbal	intraverbal	TOTAL
N	09	-	-	09
%	100	-	-	

. De mim vos dou novas 151,37

. No mais do descarrego de Bastião de Sousa vos mando dentro nesta o meu parecer e de letrados 152,37

. na doação que d'ella me fez elrei d' Manuel 119,32

Nos enunciados em que *SPrep's* com valor de complemento nominal antecede o verbo, não se verifica a possibilidade de variação na ordem do clítico, que se situa

categoricamente à esquerda do verbo, o que já se observou para os SFrep's que desempenham a função sintática de objeto direto.

i) *Vocativo*

	pré-verbal	pós-verbal	intraverbal	TOTAL
N	12	-	-	12
%	100	-	-	

. E quanto ao que, senhor, me dizees que S.A. vos disse 101,31

Não deixa de ser surpreendente que, com o vocativo, se apresente o padrão observado com os demais SN's, em função da situação especial desse elemento na estrutura do enunciado. Será necessário, como veremos adiante, considerar conjuntamente outros fatores intervenientes para se poder chegar a uma conclusão acerca da interferência do vocativo sobre a colocação do clítico na frase.

j) *Elementos topicalizados para além dos limites da sua sentença*

	pré-verbal	pós-verbal	intraverbal	TOTAL
N	02	01	-	03
%	67	33	-	

. Da vossa desposição vos peço, senhor, por merce me mãdeis fazer saber 123,31

. O humor malenconico que, senhor, dizees, confesso vos eu que ho devo de ter

. corrã elles esta lebre que eu levãto, que no correr d'ella muita caça me parece que se poderaa alevãtar 106,31

No corpus analisado, verificaram-se ocorrências em que o verbo era precedido por um elemento com o qual não mantinha nenhuma relação sintático-semântica direta; tratava-se de complementos de outros verbos, deslocados para aquela

posição. Como se pode ver, no primeiro exemplo, o constituinte em questão (*Da vossa desposição*) é complemento indireto do verbo *saber*, e não do verbo *pedir*, ao qual se liga o clítico aqui analisado. O mesmo sucede nos outros dois casos, sendo os constituintes em questão complementos diretos dos verbos *alevantar* e *ter*.

O fato de se tratar de SN's e SPrep levaria a se esperar a colocação pré-verbal; já a sua não relação com o verbo deveria induzir à posposição do clítico. E é variável o padrão que se observa nesse contexto. Contudo, deve-se observar que a ocorrência de colocação pós-verbal se dá exatamente com o termo que apresenta uma oração relativa adjunta, o que aumenta a clivagem sintática e, talvez, a pausa correspondente.

k) Oração

k.1) Subordinada

	pré-verbal	pós-verbal	intraverbal	TOTAL
N	89	25	09	123
%	73	20	07	

Em um período composto por subordinação, a *oração subordinada* tanto pode preceder, como suceder a principal. Sendo a oração principal antecedida pela *oração subordinada*, a posição do clítico na estrutura frasal é variável, com preferência pela colocação pré-verbal:

. Quando de qua fostes vos fallei e encomendei que, ante de vyrdes d'esa cidade, asentes cõ hos mercadores 50,33

. Se dom Garcia for partido, e ouver de hir alg~ua caravela pera lla apos ell, peço vos 143,34

. Se sua alteza aynda por minha maa ventura ho mais dilatar, abastarmehaa qualquier escrito vosso 97, 31^{to}

Existem, por outro lado, alguns períodos, em que a oração principal é também uma oração coordenada ou subordinada. Também nesses períodos, a oração principal pode estar antecedido pela subordinada, figurando esta entre o coordenante/subordinante e o verbo. Observem-se, a esse respeito, os exemplos a seguir:

- . mas por vos nã importunar ho deixo
- . porque, como vos escrevy, oferecem se cousas que me poderid vyr b^{ve} e 83, 30
- . Tristão Vaaz da Veiga me dixee que quando ora elRey, meu senhor, o mandou a Tunez, lhe despachara duzentos mill reis da fazenda 21, 35

Nos contextos em que o elemento que antecede o verbo é uma oração subordinada, sendo a oração principal uma oração assindética, coordenada ou subordinada, a posição do clítico na estrutura frasal, apesar de variável em todos os casos, apresenta distintos padrões de colocação (cf. 5.1.3.).

k.2) Principal

	pré-verbal	pós-verbal	intraverbal	TOTAL
N	01	74	-	75
%	01	99	-	

As orações subordinadas reduzidas podem ocorrer em posição inicial de período, ou estar precedidas pela oração principal. Estando precedidas pela principal, avaliou-se a interferência desse elemento sobre a posição do clítico, o ¹⁰ Como os exemplos fazem notar, os editores não usam sistematicamente a vírgula para marcar o deslocamento da oração subordinada para a posição inicial do período. A utilização da vírgula parece, antes, estar relacionada ao fato de o clítico ocupar as posições pós-verbal ou intraverbal.

que, contudo, foi feito apenas para as reduzidas sem termo régente, pois, para as reduzidas introduzidas por preposição, só se consideraram como elementos antecessores do verbo os que se situaram entre este e a preposição.

Nesse contexto, a única exceção que se verifica à regra de o clítico posicionar-se à direita do verbo pode-se considerar irrelevante, não apenas em termos percentuais, mas principalmente em função da própria estruturação do enunciado, cujo sentido não é claro:

. No que passa no mudo, todavia, nã ha tanta confiança na obra, ou no siso quero dizer, como no intemdimeto; que elle pidia me Rir e calar ou chorar, e a fraqueza e desconfiança mãda bradar e escutar 158,59

Assim, considera-se ser esse um contexto em que a posição do clítico é categoricamente pós-verbal:

. Roguei que o fizesseis de minha parte, e lhe desseis as Rezões por onde convem fizesse esta mudãça 46,48

. E o prazme¹¹ de sua alteza abastaraa escreverdesme por vosa carta 99,31

¹¹ A forma *prazme*, como se pode ver a seguir, significa *consentimento* e resulta da substantivação da terceira pessoa do singular do verbo *prazer*, seguida do clítico:

Quando Bastiã de Sousa faleceo, eu vos pidi por merce que pediseis a elRey, meu senhor, certa parte da Remda que de sua comveda ficou, pera ajuda de descarrego de sua comciencia, porque nã tinha pago a mea anata. E vos, senhor, vos vistes de nã e com tudo me ouvestes o prazme de sua alteza 99,31

Além desse caso, atestaram-se também dois exemplos de substantivação de infinitivos verbais, seguidos de clítico:

este meterse tanto nas lanças nom me parece que he às cogas 116,31
e a cousa esta tão publica que o callarme nella podia dar presução a Marti Afonso de meu não

Síntese Parcial 2: Resultados Apresentados em 5.1.2.

Considerando a variável explanatória *elementos que antecedem imediatamente o verbo*, podem-se fazer as seguintes observações acerca do comportamento sintático dos clíticos:

. Nos enunciados em que o verbo está antecedido por um SN - seguido ou não de constituinte adjunto -, a posição do clítico é categoricamente pré-verbal, nas principais funções que esse SN desempenha (sujeito, objeto direto, adjunto circunstancial). O único tipo de SN diante do qual se observa um padrão de colocação variável é o *SN objeto direto recuperado pelo clítico*.

. Quando o elemento que ocorre antes do verbo é um *SPrep objeto indireto - com ou sem constituinte adjunto -*, o clítico também se situa categoricamente em posição pré-verbal. Entretanto, nota-se, como no item anterior, que, quando o verbo é antecedido por um *SPrep objeto indireto recuperado pelo clítico*, ou por um *SPrep redobro clítico*, o padrão de colocação é variável.

. A posição do clítico é variável ainda quando o verbo está antecedido por um *SAdv* (diferente de *SAdv de negação*)/*SPrep circunstancial* ou por uma *oração subordinada*. Embora aspectos de ordem fonológica envolvidos com a problemática da ordem dos clíticos não sejam aqui discutidos, não se deve ignorar que a explicação para a possibilidade de o clítico situar-se à direita do verbo, quando este é precedido por *SAdv/SPrep circunstancial* ou *oração subordinada*, pode estar no fato de que esses elementos não estando relacionados à predicação verbal, muitas vezes, se separam do verbo por uma pausa. Seguindo-se a esse raciocínio, observa-se que:

(i) com *SAdv's/SPrep's circunstanciais* - que muitas vezes não implicam pausa, ou apenas uma pausa ligeira -, a

aver portanto parte neste negocio como sou 31,34-
35

preferência pela colocação pré-verbal é quase categórica (98% para os SAdv's e 92% para os SPrep's);

(ii) quando o verbo é precedido por uma outra oração, o que implica quase sempre uma pausa maior, a frequência relativa da colocação pre-verbal se reduz para 73%.

5.1.3. CRUZAMENTO: Tipo de Oração X Elemento que Antecede o Verbo

Ao longo da análise do comportamento sintático dos clíticos, em função das variáveis *tipo de oração* e *elementos que antecedem imediatamente o verbo*, observou-se que, em muitos casos, a posição ocupada pelo clítico na frase não se explica apenas considerando-se cada uma dessas variáveis isoladamente, e sim o seu efeito conjugado. A consideração da inter-dependência desses dois grupo de fatores na análise da colocação do clítico pode levar, portanto, a uma redefinição das conclusões tiradas acima, redefinição esta que passa por se verificar se as regras estabelecidas como categóricas e as regras definidas como variáveis de fato o são.

No que respeita à confirmação ou infirmação das regras estabelecidas, deve-se observar, ao se definir um fator como sendo favorável à realização de uma *regra de tipo X*, se esta definição não teria sido determinada pela influência de um outro fator, também favorecedor à realização desse mesmo tipo de regra.

Consideremos inicialmente as regras definidas como categóricas. Segundo a variável *tipo de oração*, o principal fator que se estabeleceu como um contexto em que a regra de colocação do clítico é categórica foram as *orações subordinadas desenvolvidas*, ocupando o clítico, nesse caso, a posição pré-verbal. Considerando que, na variável *elementos que antecedem imediatamente o verbo*, a maioria dos fatores foram definidos como contextos em que o clítico também se posiciona categoricamente em *posição pré-verbal*,

não se pode, por exemplo, descartar a possibilidade de que esses elementos, distribuídos nas *orações subordinadas desenvolvidas*, tenham interferido nos resultados obtidos.

Todavia, a prova de que as *orações subordinadas desenvolvidas* são realmente um contexto em que o clítico está categoricamente à esquerda do verbo nos é dada pelo fato de que, nesse tipo de oração, ocorreram todos os elementos definidos em 5.1.2. como fatores que permitem a variação do clítico na estrutura frasal e, à exceção de um único caso, já discutido em 5.1.1.; c.1.1., a colocação pré-verbal do clítico continuou a ser categórica.

Quanto às regras categóricas definidas a partir da variável *elementos que antecedem imediatamente o verbo*, a única observação a ser feita diz respeito ao *vocativo*. Apesar de os resultados apresentados em 5.1.2.; i indicarem que, estando o verbo antecedido por esse elemento, a posição do clítico na frase é categoricamente pré-verbal, deve-se dizer que, de fato, não se pode tirar nenhuma ilação sobre a interferência do vocativo na posição do clítico na estrutura frasal, pois só se atestou a ocorrência desse elemento em *orações subordinadas desenvolvidas*, contexto em que o clítico também está categoricamente em posição pré-verbal. Os demais elementos, exceto, evidentemente, aqueles com apenas uma abonação, distribuem-se por diversos tipos de oração; esse fato, portanto, autoriza a considerar as regras estabelecidas sobre o comportamento do clítico face a esses elementos como não distorcidas pela influência de um outro fator qualquer.

A consideração da interdependência entre as variáveis *tipo de oração* e *elementos que antecedem imediatamente o verbo* pode levar também, como disse anteriormente, a uma redefinição das regras estabelecidas como *variáveis*. Um exemplo que ilustra bem essa situação é o das *orações principais ou absolutas e coordenadas aditivas introduzidas pelo coordenante e*.

Os resultados iniciais apresentados em 5.1.1.; a e b.1.1. indicam que, nas *orações principais/absolutas* e nas *coordenadas aditivas introduzidas pelo coordenante e*, a ordem do clítico na estrutura frasal apresenta padrões semelhantes: variável, sendo a colocação pré-verbal majoritária.

Mas, ao se considerar o efeito conjugado das duas variáveis explanatórias aqui tratadas sobre o comportamento sintático dos clíticos, observar-se-á uma situação bastante distinta. Ou seja, em *orações principais/absolutas*, a posição do clítico será categoricamente pós-verbal (ou intraverbal), se o verbo estiver em posição inicial absoluta; por outro lado, será categoricamente pré-verbal ou variável, a depender da natureza do elemento que antecede o verbo, conforme 5.1.2.

Considerando-se exclusivamente as orações em que nenhum dos elementos definidos em 5.1.2. figura à esquerda do verbo, enquanto, nas *orações principais/absolutas*, a posição do clítico passa a ser categoricamente pós-verbal, nas *coordenadas aditivas introduzidas pelo coordenante e*, o padrão continua a ser variável, deixando a colocação pré-verbal, contudo, de ser majoritária.

Como se vê, é necessário proceder-se, a seguir, a uma reanálise das regras estabelecidas como variáveis. Essa reanálise se fará atentando-se para o efeito que o cruzamento dos fatores do grupo 1 (*tipo de oração*) e do grupo 2 (*elemento que antecede imediatamente o verbo*) pode provocar sobre a ordem dos clíticos na frase. Do conjunto dos fatores do grupo 2 que determinaram regras variáveis, considerar-se-ão apenas os seguintes: nenhum elemento à esquerda do verbo, *oração subordinada* e *SAdv* ou *SPrep* circunstancial. Os demais - *SN objeto direto recuperado pelo clítico*, *SPrep objeto indireto recuperado pelo clítico*, *redobro clítico* e *elementos topicalizados para além dos limites da sua sentença* - não serão considerados, uma vez que o seu número de ocorrências é bastante reduzido.

em *orações principais/absolutas* a posição do clítico será categoricamente pós-verbal (ou intraverbal), se o verbo estiver em posição inicial absoluta; por outro lado, será categoricamente pré-verbal ou variável, a depender da natureza do elemento que antecede o verbo, conforme 5.1.2.

VI

na

Reanálise das Regras Variáveis

a. Tabulação Cruzada I: Orações Principais/Absolutas e Coordenadas versus Elemento que Antecede o Verbo

Elemento antes do verbo	Colo- cação	Tipo de Oração				
		princ. ou abs.	aditivas com e	advers.	concl.	explic. causais
nenhum	pré verbal não ¹²	0% 100%	27% 73%	50% 50%	88% 12%	100% 0%
oração sub.	pré verbal não	78% 22%	67% 33%	100% 0%	50% 50%	20% 80%
SAdv/ SPrep	pré verbal não	93% 07%	95% 05%	100% 0%	- -	100% 0%

Entre as orações principais/absolutas e as orações coordenadas explicativas/subordinadas causais, não sendo o verbo precedido por nenhum elemento, pode estabelecer-se um contínuo, em que a regra de colocação do clítico na estrutura frasal passa, de forma gradativa, de categoricamente pós-verbal (ou intraverbal) a categoricamente pré-verbal.

Passando do pólo de posposição categórica do clítico, as orações principais/absolutas, para o contexto adjacente, as orações aditivas introduzidas por e, a regra de posposição deixa de ser categórica, mantendo-se, contudo, majoritária (frequência relativa = 73%). Em seguida, no ponto equidistante do contínuo, aparecem as orações adversativas, que não favorecem, em princípio, nenhuma das variantes de colocação do clítico. Aproximando-se da outra margem do contínuo, encontram-se as orações conclusivas, em que a regra de anteposição passa a ser majoritária (frequência relativa = 88%). Finalmente, no outro extremo do contínuo, o das orações coordenadas explicativas/subordinadas causais

¹² O não corresponde às colocações pós-verbal e intraverbal.

reunidas, o padrão de colocação dos clíticos já é tipicamente o das *orações subordinadas desenvolvidas*, sendo a regra de anteposição categórica.

Quando o verbo está precedido por uma *oração subordinada*, a posição do clítico é variável em todos os tipos de *oração* acima referidos. Todavia, de forma curiosa, verifica-se, nesse contexto, um quadro quase proporcionalmente inverso ao anterior. Ou seja, nas *orações principais/absolutas* - contexto em que, com nenhum elemento antes do verbo, a colocação do clítico é categoricamente pós-verbal - prefere-se a colocação pré-verbal, quando, à esquerda do verbo, ocorre uma oração subordinada. A medida que se avança das *orações principais/absolutas* às *orações coordenadas explicativas/subordinadas causais*, essa inversão se mantém, passando, assim, a ser gradativamente majoritária a colocação pós-verbal do clítico.

Quando um *SAdv* ou *SPrep* circunstancial o elemento que antecede o verbo, o comportamento do clítico nos diversos tipos de *oração* analisados é quase uniforme. Pode-se dizer que, com esse elemento antecedendo o verbo, o clítico tende a posicionar-se categoricamente em posição pré-verbal.

Por fim, devem-se fazer algumas observações acerca das *orações coordenadas adversativas*. Nessas estruturas, quando o verbo segue imediatamente o coordenante, a posição do clítico é variável; contudo, essa variação parece estar condicionada ao tipo de coordenante que introduz a *oração*; sendo *mas*, a posição do clítico é pós-verbal; sendo *todavia* e *contudo*, pré-verbal. A diversidade de comportamento dos clíticos face a esses elementos parece, assim, corroborar a interpretação de Said Ali de que, enquanto *mas* é um coordenante adversativo, *todavia* e *contudo* são advérbios.

Em todos os casos em que, nas *orações coordenadas adversativas*, o verbo se apresenta precedido por *SAdv/SPrep* circunstancial ou *oração subordinada*, o elemento introdutor da *oração* é o coordenante *mas*. Nesse sentido, sobre o comportamento dos clíticos em *orações coordenadas*

adversativas introduzidas pelo coordenante mas, pode-se dizer em síntese que:

(i) quando o verbo segue imediatamente o coordenante, a posição do clítico é pós-verbal;

(ii) quando entre o coordenante e o verbo existe algum elemento, a posição do clítico será pré-verbal ou variável, a depender da natureza do elemento que ocorra à esquerda do verbo.

b. Tabulação Cruzada II: Orações Subordinadas Reduzidas, Regidas ou não por Preposição versus Elemento que Antecede o Verbo

Elemento antes do verbo	Colocação	Tipo de Oração				
		inf. sem p.	inf. flex. sem p.	gerúnd. sem p.	inf. com p.	inf. flex. com p.
nenhum ou oração princ.	pré verbal	0%	0%	0%	95%	96%
	pós verbal	100%	100%	100%	05%	04%

Não ocorrendo nenhum dos elementos apresentados em 5.1.2., o padrão de ordem dos clíticos nas orações subordinadas reduzidas não introduzidas por preposição e nas reduzidas regidas por preposição é extremamente diverso.

Enquanto, nas orações subordinadas reduzidas não introduzidas por preposição, se o verbo figurar em posição inicial absoluta ou estiver precedido pela oração principal¹³, a posição do clítico na frase é categoricamente pós-verbal, nas orações subordinadas reduzidas de infinitivo e infinitivo flexionado, regidas por preposição, não

¹³ Reuniram-se as ocorrências em que as orações subordinadas reduzidas se apresentam precedidas pela oração principal e não antecidas por qualquer elemento.

ocorrendo qualquer elemento entre a preposição e o verbo, a colocação do clítico é quase categoricamente pré-verbal.

Foram muito poucas as ocorrências em que, nessas estruturas, o verbo se apresentou precedido por uma oração subordinada ou por um *SAdv/SPrep circunstancial*, daí porque a interferência desses elementos não é aqui analisada. De oração subordinada, por exemplo, só houve duas atestações e, em ambos os casos, esse elemento antecedeu uma reduzida de infinitivo flexionado:

. E agradecervosey muyto, quando embora vyerdes,
me trazerdes 50,333

. merce me fares, se vos asy parecer,
amostrardeslhe esoutra carta 108,31

c. Tabulação Cruzada III: Orações Subordinadas em Estrutura de Coordenação versus Elemento que Antecede o Verbo

Elemento antes do verbo	Colocação	Tipo de Oração		
		sub. des.	red. inf.	red. inf. flex.
nenhum	pré verbal	97%	22%	40%
	pós verbal	03%	78%	60%

As orações subordinadas desenvolvidas e as orações subordinadas reduzidas, não regidas por preposição, apresentam um padrão de ordem do clítico categórico, e oposto, sendo pré-verbal, nas primeiras, e pós-verbal, nas últimas. Todavia, quando essas orações ocorrem em estrutura de coordenação, o padrão de colocação do clítico torna-se variável, mesmo não havendo qualquer elemento entre o coordenante e o verbo. Em realidade, o que ocorre é uma atenuação da regra categórica de colocação do clítico. Nas

orações subordinadas desenvolvidas, a regra de anteposição passa de categórica a preferencial, quando a *oração subordinada* figura como segundo membro em uma estrutura de coordenação. Processo essencialmente análogo é o que se verifica quanto à regra de posposição do clítico nas subordinadas reduzidas, devendo-se dizer, contudo, que a atenuação do caráter categórico da regra de posposição quando essas orações figuram em estrutura de coordenação é bem mais intensa do que a verificada para a regra de anteposição nas subordinadas desenvolvidas (nas reduzidas em coordenação, a frequência relativa da regra de anteposição do clítico chega a atingir os 40 pontos percentuais, enquanto que as subordinadas desenvolvidas em coordenação apresentam apenas 3 pontos percentuais para colocação pós-verbal).

Também aqui não se analisam os casos em que o verbo se apresenta precedido por uma *oração subordinada* ou por um *SAdv/SPrep circunstancial*, pois são pouquíssimas as ocorrências desse tipo.

SINTESE FINAL: Tipo de Oração x Elemento que Antecede o Verbo

Na síntese que se apresenta a seguir, depreendem-se as regras de colocação do clítico na estrutura frasal, considerando-se em conjunto os resultados da análise da colocação dos clíticos a partir das variáveis explanatórias *tipo de oração e elementos que antecedem imediatamente o verbo*.

MT

COLOCAÇÃO POS-VERBAL CATEGORICA:

1. Oração principal ou absoluta, com o verbo em posição inicial; VI
2. Oração coordenada adversativa, introduzida pelo coordenante mas;¹⁴
3. Orações subordinadas reduzidas de gerúndio ou infinitivo;¹⁵

COLOCAÇÃO PRE-VERBAL CATEGORICA:

a) Segundo o tipo de oração:

1. Oração coordenada aditiva, introduzida pelo coordenante (nem)
2. Oração coordenada alternativa; ✓
3. Oração coordenada adversativa, introduzida pelos coordenantes todavia e contudo; *por, ou*
4. Orações coordenadas explicativas e subordinadas causais;
5. Oração subordinada desenvolvida, introduzida ou não pela conjunção subordinativa;

b) segundo os elementos que antecedem imediatamente o verbo:

1. SM (sujeito, objeto direto, com valor adverbial);
2. Sprep (objeto indireto, complemento nominal);
3. Sfdv de negação;
4. Sfdj predicativo do sujeito.

¹⁴ Todas as regras relativas as orações coordenadas apresentadas nesta Síntese Final referem-se, exclusivamente, aos casos em que o coordenante antecede imediatamente o verbo.

¹⁵ Também no caso das reduzidas, essa regra só é válida quando o verbo não antecedido por qualquer dos elementos arrolados em 5.1.2.

5.1.4. TEMPO E MODO DO VERBO

Os resultados relativos a esta variável explanatória podem ser esquematizados como se segue no quadro abaixo:

Colo- cação	Formas Finitas			Formas Não-Finitas		
	Futuros	Imperativo	Outras	Inf.	Inf. Flex.	Gerúndio
pré- verbal	77% 158	22% 05	91% 1238	72% 177	67% 35	13% 05
pós- verbal	- -	78% 18	09% 121	28% 70	33% 17	88% 35
intra- verbal	23% 46	- -	- -	- -	- -	- -

Consideremos inicialmente as Formas Finitas do verbo:

1) Formas do Futuro do Indicativo:

Em sendo as formas do futuro do indicativo originárias de perífrases, constituídas pelo infinitivo do verbo principal mais o presente, ou o pretérito imperfeito do indicativo do verbo *haver*, há historicamente motivação para se considerar a colocação intraverbal como um tipo particular de colocação pós-verbal.

Observando os resultados acima obtidos, essa interpretação se justifica, pois se verifica que, com as formas do futuro do indicativo, jamais ocorre a colocação pós-verbal do clítico. Na amostra lingüística considerada para o século XVI, portanto, as colocações pós-verbal e intraverbal estão em distribuição complementar, atestando-se a última sempre que, em contextos definidos como de colocação pós-verbal, ocorrem formas de futuro do indicativo.

Um exemplo ilustrativo do que se acabou de afirmar pode ser dado com as orações principais ou absolutas, com verbo em posição inicial. Como já se definiu, trata-se de um contexto em que o clítico se situa categoricamente em

posição pós-verbal. Ocorrendo, todavia, nesse contexto, formas do futuro do indicativo, a posição do clítico será categoricamente intraverbal:

. Farneys muyto prazer em asemtardes cõ elles como ysto aja efeyto 3,33

A não ocorrência da colocação pós-verbal com formas de futuro do indicativo nos documentos que integram essa amostra lingüística do século XVI distingue-os de documentos pertencentes à fase antiga da língua em que esse fato se verifica. Esse é o caso, por exemplo, dos *Diálogos de São Gregório*¹⁶ e de *O Livro do Esopo* (Leite de Vasconcellos, 1906)¹⁷, ambos traduções de original latino, cujas cópias são datadas, respectivamente, do século XIV e do século XV.

Se as colocações pós-verbal e intraverbal estão em distribuição complementar, é de se supor então que:

(i) ocorrendo formas de futuro em contextos definidos como de colocação pré-verbal, essa regra não se altere;

(ii) ocorrendo formas de futuro em contextos definidos como de colocação variável, o clítico possa estar tanto em posição pré-verbal, quanto em posição intraverbal.

De fato, as suposições feitas acima se confirmam na grande maioria dos casos. Contudo, observa-se também que as formas do futuro do indicativo favorecem, em certa medida, o uso da colocação intraverbal. Três casos corroboram essa afirmação:

- Nas oração subordinadas desenvolvidas encabeçadas por nexos subordinativos, a colocação do clítico é pré-verbal (cf. 5.1.1.; c.1.1.); a única exceção observada, em um total de 839 ocorrências analisadas, se deu justamente em uma ocorrência em que o verbo se apresentou no futuro do presente¹⁸:

¹⁶ Edição de Mattos e Silva (1971).

¹⁷ Cf. Mattos e Silva, 1989 e Lobo, 1991, respectivamente.

¹⁸ Nesse contexto, ocorreram ao todo 76 formas do futuro do indicativo.

. E porque eu anteparey pollo Recado que sua alteza e vos, senhor, me mandastes por meu filho que se tardar, desmancharsemehaa tudo, Rellva me a vida ser Francisco de Mello comigo dentro nesta somana com boa Reposta, ou com maa, ou sem ella 97,31

- Situação paralela é a das orações subordinadas desenvolvidas em estrutura de coordenação (cf. 5.1.1.; d.1.1.). Em um total de 32 estruturas desse tipo, a única exceção observada à regra de colocação pré-verbal do clítico foi também com uma ocorrência em que o verbo estava no futuro do presente¹⁷:

. E porque a duquesa t~e algu~uas joyas d'ouro e assy prata de servir que nã he muita quantidade, e serlhehaa necessaria pera seu serviço 119,32

- Finalmente, em orações coordenadas aditivas, introduzidas pelo coordenante e, observou-se haver variação na ordem do clítico, situando-se este preferencialmente em posição não pré-verbal (cf. Tabulação Cruzada I). Nota-se, porém, que quando nesse contexto ocorrem formas do futuro do indicativo, a preferência pela colocação não pré-verbal é maior que com as demais formas finitas. Com as formas de futuro do indicativo, a colocação intraverbal atinge 79% das ocorrências; com as demais formas finitas, esse índice cai, ocorrendo o clítico em posição pós-verbal em 67% dos casos.

2) Formas do Imperativo:

De acordo com os resultados acima apresentados, as formas do imperativo afirmativo parecem destacar-se, dentre as demais formas finitas do verbo, por apresentarem um índice expressivo de colocação pós-verbal do clítico.

Conforme referência feita na Metodologia, de acordo com Cegalla (1979:346), em orações imperativas afirmativas, o

¹⁷ Nesse contexto, ocorreram ao todo 06 formas do futuro do indicativo.

português padrão contemporâneo apresentaria o clítico categoricamente em posição pós-verbal, enquanto, no português clássico, o padrão de ordem dos clíticos seria variável. Em princípio, portanto, os resultados acima confirmam a informação acerca do português clássico.

Contudo, parece-me que, mais apropriado que dizer que o imperativo afirmativo favorece a um ou outro tipo de padrão de ordem do clítico, é observar que as regras de colocação deste, quando a forma verbal se encontra no imperativo, não diferem substancialmente das que se observam para as demais formas finitas do verbo e, portanto, derivam sobretudo da inter-relação entre as variáveis *tipo de oração* e *elementos que antecedem o verbo*. E, partindo dessa constatação, vamos notar que as formas de imperativo afirmativo ocorrem majoritariamente em contextos em que a colocação do clítico na frase ou é categoricamente pós-verbal - como é o caso das orações principais ou absolutas, com verbo em posição inicial -, ou é preferencialmente pós-verbal - como é o caso das orações coordenadas aditivas, introduzidas pelo coordenante *e*.

3) Outras Formas:

Não obstante se ter constatado que, tanto com as formas do futuro do indicativo, quanto com as formas do imperativo, a colocação do clítico se mostra dependente da inter-relação entre as variáveis *tipo de oração* e *elementos que antecedem o verbo*, comparando os resultados obtidos para ambas com os que se obtiveram para as outras formas finitas do verbo, não se pode deixar de observar que, nos três casos, os padrões de ordem do clítico são significativamente distintos.

Quando das formas finitas do verbo se excluem as do imperativo e as do futuro do indicativo, obtém-se o índice mais expressivo de colocação pré-verbal do clítico, 91%. As formas do imperativo, sendo de todas as mais restritivas quanto ao contexto sintático em que podem ocorrer, acabam por apresentar um índice bastante elevado de colocação pós-

verbal do clítico, 78%. As formas de futuro do indicativo, por sua vez, apesar de se distribuírem de forma equivalente à das demais formas finitas do verbo (exceto as do imperativo), são mais favoráveis que estas à colocação não pré-verbal (23% de casos de colocação não pós-verbal, com as formas do futuro, contra 09%, com as outras).

Passemos, a seguir, às considerações acerca do comportamento sintático dos clíticos junto às formas não-finitas do verbo:

4) Infinitivo (Flexionado ou não):

Nas orações reduzidas de infinitivo, distinguiram-se os casos em que o infinitivo apresentou marcas flexionais, a fim de se observar se a colocação do clítico era ou não sensível a esse fator. A partir dos resultados apresentados no quadro acima, pode-se constatar, contudo, que a posição ocupada pelo clítico nas reduzidas de infinitivo é indiferente ao fato de o verbo apresentar marcas flexionais, sendo a diferença das freqüências relativas entre um caso e outro de apenas cinco pontos percentuais, com a colocação pré-verbal atingindo 72%, junto as formas do infinitivo, e 67%, junto as formas do infinitivo flexionado.

Contudo, como se observou na análise da variável tipo de oração (c.f. 1.1.), o fato da forma verbal do infinitivo ser regida por uma preposição se constitui em um fator bastante favorecedor da anteposição do clítico. Essa influência da preposição em favor da colocação pré-verbal do infinitivo, flexionado ou não, são regidas por preposição, a anteposição é praticamente categórica, ao passo que, quando essas mesmas formas não são regidas por preposição, o clítico se situa categoricamente em posição pós-verbal.

Assim, a alta freqüência da colocação pré-verbal junto às formas do infinitivo, flexionado ou não, pode ser explicada pela alta freqüência das ocorrências em que essas

formas são regidas por preposição. No conjunto dessas formas verbais, 48% do total de formas do infinitivo são regidos por preposição; o mesmo acontecendo em 62% das formas do infinitivo flexionado.

2) Gerúndio:

Os resultados obtidos acerca da colocação dos clíticos junto às formas do gerúndio apontam, em princípio, em sentido exatamente contrário ao que se verificou para o infinitivo, sendo a frequência relativa da colocação pós-verbal junto a essas formas do verbo de 88%.

Contudo, deve-se considerar o fato, relevante para a análise da colocação do clítico, de a forma verbal infinita ser regida ou não por preposição. Como se observou no item anterior, a presença de uma preposição regente se constitui em um fator bastante favorecedor da colocação pré-verbal do clítico. Dessa forma, a baixa frequência relativa da anteposição junto às formas do gerúndio pode ser explicada, entre outras coisas, pelo fato de que, no *corpus* observado, não se encontrou nenhuma forma do gerúndio regida por preposição.

Portanto, pode-se propor a seguinte regra geral de colocação do clítico junto às formas não finitas do verbo: quando essas formas verbais vêm regidas por preposição, a anteposição é largamente majoritária (quase categórica); quando essas formas não são regidas por preposição, a colocação pós-verbal é categórica²⁰.

²⁰ Essa regra só é válida para os contextos em que a forma verbal não é precedida por nenhum elemento que determine a colocação pré-verbal (SN sujeito, objeto direto, Adv's de negação, etc.)

5.1.5. O CLITICO

Apresentam-se abaixo os resultados obtidos para a colocação dos clíticos, considerando-se como variável explanatória o próprio clítico. Referem-se inicialmente as formas isoladas - com destaque para o clítico *se*, em virtude da sua plurifuncionalidade - e, a seguir, as combinações de clíticos - destacando-se as combinações monossilábicas das dissilábicas.

a) Formas Isoladas

Clítico	Colocação			TOTAL
	pré-verbal	pós-verbal	intraverbal	
ME	85% 564	13% 86	03% 17	667
O(S)/ A(S) ²¹	85% 247	12% 36	02% 06	289
LHE(S)	83% 211	16% 40	01% 02	253
NOS	92% 11	08% 01	0% 0	12
VOS	77% 254	17% 56	06% 19	329

A primeira observação a ser feita é que, na amostra lingüística do século XVI, não se atestou nenhuma ocorrência da forma relativa à segunda pessoa do singular, o que é um índice bastante expressivo da natureza formal dos documentos analisados.

No conjunto total das 1925 orações analisadas, em 84% (1618), o clítico situa-se em posição pré-verbal e, em 16%,

²¹ Foram também computadas neste total as formas *lo(s)*, *la(s)*, *no(s)*, *na(s)*.

em posição não pré-verbal (em 14%, 261 ocorrências, em posição pós-verbal e, em 02%, 46 ocorrências, em posição intraverbal). Comparando os resultados apresentados no quadro acima com esses resultados gerais, nota-se que, enquanto os clíticos *me*, *o(s)* e *lhe(s)* se mantêm dentro da média geral (com 85% de freqüência relativa da anteposição do clítico, para ambos), *nos* e *vos* se afastam dela, mostrando-se *nos* bastante mais favorável à colocação pré-verbal que *vos* (com 92% para aquele, contra 77% para este).

Todavia, considerando-se a diversidade de contextos sintáticos analisados, observou-se que os clíticos que apresentam o padrão de comportamento mais próximo da média geral são também os que, de maneira mais uniforme, se distribuem pelos vários contextos. O clítico *nos*, além de distanciar-se largamente dos demais por apresentar um número bastante reduzido de ocorrências, concentra-se exatamente em contextos em que a colocação pré-verbal é categórica ou largamente preferida. Nesse sentido, é preciso referir que das 12 ocorrências do clítico *nos*, 8 acontecem em orações subordinadas desenvolvidas e 2 em orações subordinadas reduzidas introduzidas por preposição, o que corresponde a 83% do total.

8 a.1) Valores do SE

Valor	Colocação				TOTAL
	pré-verbal	pós-verbal	intraverbal		
reflexivo/ inerente	88% 86	12% 12 = 98	0% -	46%	98
índice de indeterm.	83% 15	17% 03 = 18	0% -	7,3%	18
apassiv.	87% 113	13% 17 = 130	0% -	53%	130

86
113
113
214
214

246

228/

Pode-se dizer que o clítico *se*, independentemente da função desempenhada, não apresenta em relação às demais formas isoladas um padrão de ordem especial, mantendo-se, pois, dentro da média geral.

b) *Combinações*

Clítico	Colocação			
	pré-verbal	pós-verbal	intraverbal	TOTAL
MO(S)/ MA(S)	94% 29	06% 02	0% -	31
LHO(S)/ LHA(S)	85% 29	12% 04	03% 01	34
VOLO(S), VOLA(S)	89% 25	11% 03	0% -	28
SE ME	93% 27	03% 01	03% 01	29
SE LHE(S)	100% 04	0% -	0% -	04
SE VOS	100% 3	0% -	0% -	3

O número de ocorrências de orações com mais de dois clíticos foi muito reduzido, não chegando a perfazer 10% do total da amostra considerada. Confrontando os resultados obtidos para a colocação das formas isoladas com os que se obtiveram para a colocação das formas combinadas, observa-se que estas últimas apresentam, em seu conjunto, um percentual de colocação pré-verbal mais elevado. Das 1925 ocorrências, 1796 correspondem a formas isoladas do clítico, sendo que, destas, 82% (1475) se situam em posição pré-verbal, e 129 correspondem a formas combinadas, cujo percentual de colocação pré-verbal se eleva, atingindo 91% (117). Esse resultado aponta, pois, no sentido de que as formas compostas favoreceriam a colocação pré-verbal.

1796
1129

306

5.1.6. A TONICIDADE DAS FORMAS VERBAIS

Tonicidade	Colocação			TOTAL
	pré-verbal	pós-verbal	intraverbal	
oxítonas	83% 785	12% 117	05% 45	947
paroxítonas	85% 833	15% 144	0% 01	978

Não se atestaram ocorrências de clíticos com *formas verbais proparoxítonas*. Assim, não foi possível observar se, nessa fase, a acentuação do verbo na antepenúltima sílaba implicaria na colocação quase categoricamente pré-verbal do clítico, como uma estratégia de impedimento de formação de vocábulos fonológicos, cujo acento incidisse em sílaba anterior à antepenúltima, conforme supuseram e ainda supõem alguns autores que trataram do assunto.

Em relação às *formas verbais oxítonas e paroxítonas*, o quadro acima revela, contrariando as expectativas iniciais, que o comportamento sintático dos clíticos não se distingue em função desses dois tipos de acentuação - nem as *formas verbais oxítonas* são mais favorecedoras à colocação pós-verbal, nem as *paroxítonas*, à pré-verbal.

5.2. Interpolação de Elementos entre o Clítico e o Verbo

Ao analisar a ordem dos clíticos em textos do português antigo e do português quinhentista, o investigador depara-se com estruturas desconhecidas do falante comum do português brasileiro contemporâneo: trata-se da possibilidade de se intercalar entre o verbo e o clítico anteposto um ou mais constituintes.

Em análise da colocação dos clíticos no português trecentista, tomando por base amostra extraída de *A mais antiga versão portuguesa dos Quatro Livros dos Diálogos de São Gregório*, afirma Mattos e Silva (1989:841):

Sendo a próclise constante nos enunciados subordinados, é a liberdade de intercalar, entre o pronome complemento e o seu verbo, elementos de natureza diversa que torna variada a estruturação dos enunciados subordinados com complemento pronominal.

Afirma ainda essa autora (*idem, ibidem*:842):

Na amostra analisada, a estrutura mais usual é aquela constituída do relacionante subordinador seguido do pronome complemento e do verbo. Quando ocorrem outros elementos antecedendo o verbo, em geral, eles se intercalam entre pronome e verbo.

A situação acima descrita, para o século XIV, contrasta com a situação que Said Ali (1957:22) refere para o século XVI, em que estruturas desse género seriam menos frequentes, e para o século XVII, quando já apareceria "estabelecido e aceito o *modus vivendi*". Ou seja: "o pronome solicitado por certos vocábulos, não podendo vir depois do verbo, não ficará tão pouco muito aquém dele. O seu lugar passa a ser, na linguagem literária, imediatamente antes do verbo. De então para cá não se tolera mais a interposição de outro vocábulo. Apenas às orações negativas se permite o uso da velha regalia".

Assim sendo, pode-se inferir que os séculos XV e XVI se definem, quanto a esse fato, como um período de mudança em curso na língua, de uma situação em que a interpolação de constituintes entre o clítico anteposto e o verbo é largamente utilizada, para uma outra situação, em que esse fenômeno é praticamente vedado. E, nesse sentido, as estruturas marcadas pela não adjacência do clítico ao verbo constituem, nessa fase, a variante mais conservadora.

Verificando-se, na amostra lingüística do século XVI aqui considerada, estruturas com interpolação de elementos entre o clítico e o verbo - ou a apossinclise, como é referida por alguns (cf. Monteiro, 1991) -, procurarei analisar nessa amostra o processo de mudança referido, considerando as seguintes questões:

- (i) que elementos são interpolados entre o clítico e o verbo;
- (ii) em que tipo de estruturas há interpolação, e, dentre estas, as que mais a favoreceriam;
- (iii) ocorrendo os elementos que podem ser interpolados nas estruturas anteriormente mencionadas, se é mais freqüente a sua interpolação ou não.

5.2.1. Elementos Interpolados

Diferentemente do que se passará a observar na língua literária dos séculos subsequentes ao XVI, a partir de quando a possibilidade de interpolação de elementos entre o clítico e o verbo estará limitada ao advérbio de negação *não*, na amostra do português quinhentista aqui analisada, quase todos os tipos de constituintes que podem figurar à esquerda do verbo ainda podem ser interpolados. Por outro lado, o fenômeno da interpolação pode atingir não apenas o primeiro, mas também o segundo elemento à esquerda do verbo, do que resultam estruturas com um ou dois termos interpolados, conforme se pode ver a seguir.

5.2.1.1. Interpolação de elementos imediatamente à esquerda do verbo

Enumero abaixo os constituintes que, na amostra analisada, figuraram em estruturas de interpolação; estruturas estas que seguem o seguinte esquema:

Clítico + Elemento Interpolado + Verbo

a) *SN* sujeito (+ *constituente adjunto*):

. por ellas poderemos travar outras que forã bem de servyço de ssua alteza e assy do negocyo da emquysyçã, em que m' o emperador falou alg~uas vezes 20,35

. que praza a Nosso Senhor sejã sempre como as vos e eu desejamos 26,34-35(?)

. Senhor, as cousas que me elrey, nosso senhor, mãdou que dysese a vossa alteza 17,35

b) *SII* objeto direto:

. E Gaspar de Cisneiros, que m' esta nova trazer, polas postas, hiraa logo a Requerilas 110,31

c) *Redobro clítico*:

. o que me a mim parece mui bem 146,35

d) *SAdv* de negação:

. E eu volo tyvera escryto dias a, se me nã parecera crueza dar ocasyã que em tal tempo vos apartareys da cõdessa 16,35(?)

e) *Outros SAdv's* ou *SPrep's* circunstanciais:

. Soube do falecimento de vossa filha, de que me muito pesou 6,35

. e se vossa alteza bem olhou ho que eu Respondy a dõ Antonio quãdo me de vossa parte fallou, bem divera de ver que eu nã avia de dar a minha filha cousa que me ouvesse de desfazer n~e de destruir 86,30

5.2.1.1. Interpolação de elementos imediatamente à esquerda do verbo

Enumero abaixo os constituintes que, na amostra analisada, figuraram em estruturas de interpolação; estruturas estas que seguem o seguinte esquema:

Clítico + Elemento Interpolado + Verbo

a) *SN* sujeito (+ *constituente adjunto*):

. por ellas poderemos travar outras que forã bem de servyço de ssua alteza e assy do negocyo da emquysyçã, em que m' o emperador falou alg~uas vezes 20,35

. que praza a Nosso Senhor sejã sempre como as vos e eu desejamos 26,34-35(?)

. Senhor, as cousas que me elrey, nosso senhor, mãdou que dysese a vossa alteza 17,35

b) *SII* objeto direto:

. E Gaspar de Cisneiros, que m' esta nova trazer, polas postas, hiraa logo a Requerilas 110,31

c) *Redobro clítico*:

. o que me a mim parece mui bem 146,35

d) *SAdv* de negação:

. E eu volo tyvera escryto dias a, se me nã parecera crueza dar ocasyã que em tal tempo vos apartareys da cõdessa 16,35(?)

e) *Outros SAdv's* ou *SPrep's* circunstanciais:

. Soube do falecimento de vossa filha, de que me muito pesou 6,35

. e se vossa alteza bem olhou ho que eu Respondy a dõ Antonio quando me de vossa parte fallou, bem divera de ver que eu nã avia de dar a minha filha cousa que me ouvesse de desfazer n~e de destruir 86,30

f) *Sprep* complemento nominal:

. sem l^{he} d'iso far [sic] conta 90,30

g) *Vocativo*:

. sobre aquele negocio do meu asemtam^{eto} que vos,
senhor, escrevi 129,32

Do conjunto dos elementos que ocorreram imediatamente à esquerda do verbo, os únicos que não foram interpolados foram:

(i) SN objeto direto e *SPrep* objeto indireto recuperados pelo clítico;

(ii) Elemento topicalizado para além dos limites da sua sentença;

(iii) predicativo do sujeito;

(iv) SN com valor adverbial;

(v) oração subordinada.

5.2.1.2. Interpolação de elementos em segunda posição à esquerda do verbo

Apresento a seguir todos os constituintes que figuraram como segundo elemento na estrutura de interpolação, enumerando todas as combinações atestadas com o primeiro elemento interpolado, ou seja com o elemento imediatamente à esquerda do verbo. O esquema dessas estruturas de interpolação é então o seguinte:

Clítico + 2^o Elemento + 1^o Elemento + Verbo

5.2.1.2.1. SN SUJEITO + 1^o ELEMENTO:

a) SN sujeito (+ constituinte adjunto) + SN objeto direto:

. nom posso achar nenh^{ua} Razão pera me S.A. ysto tolher 116,31

.. se me a Rainha, minha senhora, tal disera 157,59

b) *SI* sujeito + *SAdv* de negação:

. Ela sera embora, e emtà vos dyrey o mays que nesta fyca por dezer, por m' o tempo nã dar lugar a mays 1,31(?)

c) *SN* sujeito + outros *SAdv's* ou *SPrep's* circunstanciais:

. as cousas de ca sam muy defer~etes do que as om~e la pynta 19,35

d) *SI* sujeito + redobro clítico:

. que me elle a m~y contou 103,31

e) *SI* sujeito + vocativo:

. se vos eu, senhor, disse que, sem sabeer que sua alteza dava a seu irmaão cousa que me parecesse conforme ao que de sua parte me dissestes, eu nã averia que Recebia merce 83,30

5.2.1.2.2. *SPREP* OBJETO INDIRETO + 1o ELEMENTO:

a) *SI'prep* objeto indireto + *SAdv* de negação:

. se se d'elle nã lembrar 103,31

5.2.1.2.3. *SADV'S/SPREP'S* CIRCUNSTANCIAIS + 1o ELEMENTO:

a) *SAdv's/SPrep's* circunstanciais + *SAdv* de negação:

. se os jaa nã tiver avidos em casam~eto 119,32

b) *SAdv's/SPrep's* circunstanciais + *SN* sujeito + *constituente adjunto*:

. h~u credyto de c~e myl cruzados, o qual me por ele elrey, meu senhor, m~dou para que nesta jornada me aproveytase d'ele 17,35

c) *SAdv's/SPrep's* circunstanciais + *SAdv's/SPrep's* circunstanciais:

. que se neste caso por meu mandado fizerão 74,61

5.2.1.2.4. REDOBRO CLÍTICO + 1^o ELEMENTO:

a) Redobro clítico + SAdv de negação

. E a~ida que m'õ a m~i nã parecera 134,33

5.2.2. Estruturas com Interpolação

Não apenas os elementos que podem figurar interpolados entre o clítico e o verbo constituem uma lista extensa, como também são vários os tipos de enunciados em que, no *corpus* analisado, a interpolação ocorre. Análise a seguir, a partir da **variável explanatória tipo de oração**, quais as estruturas oracionais que favorecem ou desfavorecem a ocorrência da **interpolação**, que é tomada aqui como a **variável dependente**.

Do total de ocorrências considerado na análise dessa **variável dependente**, que perfaz o número de 918 ocorrências¹, a interpolação ocorreu em 205; sendo, portanto, de 23% a média geral de sua frequência relativa.

Nos quadros a seguir, apresentam-se os fatores da **variável tipo de oração**, com a frequência relativa da interpolação em cada um deles.

¹ Deve-se esclarecer que, para essa análise, se retiraram todas as ocorrências em que a posição do clítico foi pós-verbal ou intraverbal, já que, apenas quando se situa em posição pré-verbal, o clítico pode não estar adjacente ao verbo. Por outro lado, não se consideraram também as ocorrências em que nenhum dos elementos definidos em 5.1.2. figurou em posição pré-verbal, pois, com as estruturas em que nenhum elemento ocorre em posição pré-verbal, jamais se pode observar a interpolação de elementos entre o clítico e o verbo. Assim, do conjunto das 1925 ocorrências analisadas, apenas 918 são tidas em conta para a interpolação.

I. Orações Principais/Absolutas e Coordenadas

Colo- cação	Tipo de Oração			
	princ./ absolutas	coord. intr. por e	concl.	explic. causais
com interp.	0% 01	02% 03	22% 02	19% 10
sem interp.	100% 214	98% 168	78% 07	81% 44

Exemplos:

a) Orações principais ou absolutas:

. Eu me não apartarei ja do senhor cardeal 23,34-35

b) Coordenadas Aditivas Introduzidas por E:

. E verdadeiramente, se encubara em m^{hi} minhas paixões e as nã declarara a sua alteza 94,30(?)

c) Coordenadas Conclusivas:

. As novas de qua sabereys por outros; por isso as nã dou mays que de my 20,35

d) Coordenadas Explicativas/ Subordinadas Causais:

. Parece que se pod^{ve} fazer sem prejoyzo dos negocyos e dos proppyos, por que me sua alteza escreveo que deixava de fazer ho camynho 12,35(?)

Em orações principais ou absolutas, apenas em uma ocorrência se verificou a não adjacência do clítico ao verbo, o que, face ao conjunto dos dados analisados, foi tomado como irrelevante, podendo-se considerar quase uma regra categórica a não interpolação de elementos entre o clítico e o verbo nessas estruturas. A razão para esse fato não pode ser outra que não a já atestada impossibilidade de.

no português do século XVI, o clítico ocorrer em posição inicial absoluta.

Na amostra linguística considerada para esse trabalho, em 54% dos dados analisados, ocorreu um elemento imediatamente à esquerda do verbo e, em apenas 08%, um segundo elemento. Por outro lado, o número de ocorrências de *orações principais ou absolutas* com dois elementos em posição pré-verbal foi muito reduzido. Como o exemplo acima o demonstra, em *orações principais ou absolutas*, para não violar a regra que proíbe o clítico de ocorrer em posição inicial, a interpolação só pode acontecer quando, ocorrendo dois elementos à esquerda do verbo, um é interpolado e o outro, não. O número reduzido de ocorrências de *orações principais ou absolutas* com dois elementos em posição pré-verbal talvez possa ser considerado a razão para a quase inexistência de interpolação nessas estruturas.

As *orações coordenadas aditivas introduzidas por e* destacam-se por apresentarem um comportamento muito próximo ao das *principais ou absolutas*. O percentual de apenas 02% de ocorrências de interpolação autoriza a interpretar essas estruturas como quase categoricamente desfavoráveis à interpolação.

Situação já bastante distinta é a das *coordenadas conclusivas* e também a do grupo que reúne *coordenadas explicativas e subordinadas causais*, tendo a interpolação, em ambos os casos, alcançado o índice razoavelmente significativo de cerca de 20% das ocorrências, o que se aproxima bastante da média geral de 23%, obtida pela regra de interpolar constituinte entre o clítico e o verbo.

II. Orações Subordinadas

Colo- cação	Tipo de Oração	
	subordinada desenvolvida	reduzida de inf. e de inf. flex. introduzida por preposição
com interp.	42% 162	51% 23
sem interp.	58% 224	49% 22

Exemplos:

a) Orações Subordinadas Desenvolvidas:

. não tome outro lugar senão o que lhe o operador der 17,35

b) Orações Subordinadas Reduzidas de Infinitivo e de Infinitivo Flexionado Introduzidas por Preposição:

. E agora insisto eu mais no meu parecer e se vossa alteza vinguar de todos 142,33

. averia prazer de o asy fazerdes 59,37

A comparação entre os dois quadros acima apresentados mostra claramente que é nas orações subordinadas desenvolvidas e nas reduzidas regidas por preposição que o fenômeno da interpolação de elementos entre o clítico e o verbo encontra a sua maior expressão, atingindo, em ambos os casos, cerca de 50% das ocorrências.

No caso das orações subordinadas desenvolvidas, deve-se destacar o papel do conectivo subordinante como elemento favorecedor da interpolação, de modo que a regra de interpolação de constituintes entre o clítico e o verbo nesses contextos deva ser melhor interpretada como uma regra de adjunção do clítico ao conectivo subordinante.

Por outro lado, essa interpretação corrobora uma outra interpretação, já apresentada, segundo a qual a preposição

nas orações reduzidas desempenha um papel semelhante ao do conectivo subordinador nas subordinadas desenvolvidas.

Para além das estruturas já referidas, a interpolação foi observada ainda em *orações subordinadas desenvolvidas e reduzidas em estrutura de coordenação*:

a) **Orações Subordinadas Desenvolvidas em Estrutura de Coordenação:**

. na do duque pousarey ~e quãto elle nõ vay e outra se nõ acha 126,31

b) **Orações Subordinadas Reduzidas de Infinitivo em Estrutura de Coordenação:**

. Mas faço eu por nõ negar a verdade, e me nõ livrar com mentira 157,59

O percentual de interpolação nessas estruturas alcançou os índices de 67% e 20%, respectivamente. Contudo, devem-se relativizar esses percentuais, em função do número reduzido de ocorrências sobre os quais se apóiam: 03 ocorrências de *orações subordinadas desenvolvidas* e 05 de *reduzidas, em estrutura de coordenação*.

Finalmente, atestou-se também uma ocorrência de interpolação em *oração subordinada reduzida não regida por preposição*. Trata-se, todavia, de uma passagem de interpretação pouco clara:

. E posto que por muy certo aja que, se a elle tem, nom he necesario encomendarvolla, m'õ elle pedir por merce e eu follguar de lhe a² fazer pello muito serviço que me tem feito e faz, me nom quis escusar de o fazer, e vos Roguo muito que sua justiça lhe seja per vos muito inteiramente guardada e feita com toda brevidade 56,37

² Essa foi a única vez, no corpus analisado, em que a co-ocorrência dos clíticos dativo *lhe* e acusativo *o(a)* não resultou na forma contracta *lho(a)*.

5.2.3. Elementos Mais Frequentemente Interpolados

Passo a utilizar agora a variável explanatória elemento que antecede o verbo, buscando observar em que medida a natureza dos elementos que antecedem o verbo favoreceria, ou não, a interpolação. Em um primeiro momento, são analisadas as freqüências relativas da interpolação, considerando-se apenas o elemento que antecede imediatamente o verbo. Em seguida a análise é estendida para os casos em que um segundo elemento figura à esquerda do verbo.

5.2.3.1. Elementos imediatamente à esquerda do verbo:

Do conjunto dos elementos que, situados imediatamente à esquerda do verbo, foram interpolados, destaca-se dos demais, com um percentual de interpolação de 63% (82/130)³, o advérbio de negação *não*. Esse percentual, já bastante alto, cresce ainda para 81% e 83%, quando esse advérbio de negação ocorre, respectivamente, em *orações subordinadas desenvolvidas e reduzidas de infinitivo e infinitivo flexionado introduzidas por preposição*. Podem-se, assim, definir as *orações subordinadas desenvolvidas e reduzidas de infinitivo e infinitivo flexionado introduzidas por preposição, em sua forma negativa*, como os contextos em que, no século XVI, a interpolação atinge a sua maior força.

Surge então a necessidade de explicar a razão pela qual é especialmente o advérbio de negação *não* o termo que com mais freqüência se interpõe entre o clítico e o verbo. Não será, decerto, apenas pela alta freqüência com que esse termo ocorre, pois outros elementos mais frequentes - como o *SN* sujeito e *Outros SAdv's* ou *SPrep's* circunstanciais -

³ Apresentam-se, entre parênteses, o número de vezes em que o elemento analisado foi interpolado e o total de ocorrências desse elemento, nos contextos que admitiram a interpolação.

apresentam percentuais de interpolação bem mais baixos e o contrário também se observa, como se verá a seguir. Essa explicação deve ser buscada talvez na estreita relação entre essa partícula e o verbo, figurando o advérbio *não* quase como um afixo aspectual do verbo. Essa seria também uma explicação para o fato de que, tendo a interpolação praticamente desaparecido na história da língua, dela só haja ainda algum resquício na variante padrão escrita do português europeu, sendo justamente o *não* o único elemento possível de aí se interpor entre o clítico e o verbo. Ou seja, é na natureza especial da relação entre o advérbio de negação e o verbo que se deve buscar a explicação para a vitalidade da interpolação desse elemento entre o clítico e o verbo⁴.

Logo a seguir ao SAdv de negação *não*, com percentuais de 60% (03/05) e 58% (07/12) de interpolação encontram-se, respectivamente, o *redobro* clítico e o vocativo. Cumpre observar, todavia, que as ocorrências desses elementos não estão distribuídas entre as várias estruturas em que há interpolação, mas concentram-se todas nas orações *subordinadas desenvolvidas*, que, sendo uma das duas estruturas que mais favorecem a interpolação, talvez estejam contribuindo de forma enviesada para a elevação desses percentuais.

Com um índice também bastante expressivo de interpolação - 47% (07/15) - apresenta-se o SN *objeto direto*. Já o comportamento do SN *sujeito*, face ao fenômeno da interpolação, mostra uma variação notável a depender do fato de estar esse SN seguido ou não de constituinte adjunto. Ocorrendo o SN *sujeito* isoladamente, o seu índice de interpolação chega a 34% (60/178). Esse percentual reduz-se drasticamente a quase a metade - 18% (03/17) -, quando, todavia, o SN *sujeito* vem seguido de um constituinte adjunto.

⁴ Antes de apresentar uma explicação para o fato descrito, o que se pretende aqui é sugerir uma hipótese de trabalho.

Também atingem a ordem dos 18% (41/223) as ocorrências em que outros *SAdv's* (diferentes da negação)/*SPrep's* circunstanciais estão interpolados entre o clítico e o verbo.

Finalmente, com um percentual de 20% (01/05) de interpolação, está o *SPrep* complemento nominal.

3.2. Elementos em segunda posição à esquerda do verbo:

O único elemento que, em segunda posição à esquerda do verbo, atingiu um índice de interpolação significativo foi o *SN* sujeito: em 47% (18/38) das suas ocorrências, esse elemento se apresentou interpolado. Observando o conjunto das 18 ocorrências em que o *SN* sujeito em segunda posição é interpolado, vamos notar que, em 50% (09/18) dos casos, esse *SN* sujeito está acompanhado de um *SAdv* de negação. Desse modo, nos casos em que a interpolação chega a atingir o segundo elemento à esquerda do verbo, os termos mais frequentemente interpolados são *SN* sujeito + *SAdv* de negação². Nesses casos, a interpolação do *SN* sujeito como 2º elemento pode ser explicada, tanto pela relação argumental que esse constituinte mantém com o verbo, quanto pela presença do advérbio *não*, altamente favorecedora da interpolação.

Pode-se, portanto, inferir que a interpolação de um segundo elemento depende também do fato de o primeiro elemento imediatamente à esquerda do verbo ser mais, ou menos, favorável à interpolação.

Deve-se notar ainda que o *SAdv* de negação não ocorre em segunda posição à esquerda do verbo, o que reforça a idéia da sua estreita ligação com o verbo, referida acima.

² Ocorreram ainda: *SN* sujeito + outros *SAdv's*/*SPrep's* circunstanciais - 27%; *SN* sujeito + *SN* objeto direto - 11%; *SN* sujeito + redobro clítico - 6% e *SN* sujeito + vocativo - 6%.

A diferença notada anteriormente, em função do fato de estar o *SN* sujeito seguido ou não de constituinte adjunto, não pode ser aqui avaliada, pois o índice de 100% (01/01) de interpolação do *SN* sujeito com constituinte adjunto em segunda posição à esquerda do verbo deriva de apenas uma ocorrência desse elemento nessa distribuição.

A seguir, porém bem abaixo do *SN* sujeito, estão *SAdv's*/*SPrep's* circunstanciais, com apenas 13% (04/32) de interpolação.

Por fim, foram também interpolados o *SPrep* objeto indireto e o redobro clítico. Em ambos os casos, o percentual de interpolação de 50% deve ser, todavia, relativizado, já que resulta da interpolação de uma ocorrência sobre um total de duas.

6. O Português do Brasil

6.0. Introdução

O português brasileiro contemporâneo, quanto à colocação dos clíticos, destaca-se frente aos demais momentos da história do português e frente ao português europeu contemporâneo, em virtude da sua preferência largamente majoritária pela colocação pré-verbal. Pode-se dizer que, em suas variedades populares e nos registros informais, a presença da colocação pós-verbal é insignificante. Mesmo em sua norma culta, o português do Brasil apresenta uma preferência pela anteposição do clítico, da ordem de cerca de 90 por cento¹, apesar de manter a colocação pós-verbal em níveis superiores aos encontrados em suas outras variedades, para o que concorre a ação do sistema escolar, que ainda indica a colocação pós-verbal, em contextos sintáticos bem definidos.

Na análise que se fará, a seguir, da colocação dos clíticos na norma culta do português brasileiro contemporâneo, serão feitas referências às diferenças mais relevantes entre o padrão encontrado e o que se depreendeu na análise do português do século XVI; do mesmo modo que também se indicará em que medida esse padrão se afasta daquele prescrito pelas gramáticas normativas brasileiras.

A análise da colocação dos clíticos no português brasileiro culto contemporâneo revela-nos, também, uma outra característica que o distingue bastante do português qui-

¹ Sobre esse percentual, vejam-se Lobo, Lucchesi e Rapp (1986); Lobo e Lucchesi (1988); Lobo, Lucchesi e Mota (1991) e Lucchesi e Mota (1991).

6. O Português do Brasil

6.0. Introdução

O português brasileiro contemporâneo, quanto à colocação dos clíticos, destaca-se frente aos demais momentos da história do português e frente ao português europeu contemporâneo, em virtude da sua preferência largamente majoritária pela colocação pré-verbal. Pode-se dizer que, em suas variedades populares e nos registros informais, a presença da colocação pós-verbal é insignificante. Mesmo em sua norma culta, o português do Brasil apresenta uma preferência pela anteposição do clítico, da ordem de cerca de 90 por cento¹, apesar de manter a colocação pós-verbal em níveis superiores aos encontrados em suas outras variedades, para o que concorre a ação do sistema escolar, que ainda indica a colocação pós-verbal, em contextos sintáticos bem definidos.

Na análise que se fará, a seguir, da colocação dos clíticos na norma culta do português brasileiro contemporâneo, serão feitas referências às diferenças mais relevantes entre o padrão encontrado e o que se depreendeu na análise do português do século XVI; do mesmo modo que também se indicará em que medida esse padrão se afasta daquele prescrito pelas gramáticas normativas brasileiras.

A análise da colocação dos clíticos no português brasileiro culto contemporâneo revela-nos, também, uma outra característica que o distingue bastante do português qui-

¹ Sobre esse percentual, vejam-se Lobo, Lucchesi e Rapp (1986); Lobo e Lucchesi (1988); Lobo, Lucchesi e Mota (1991) e Lucchesi e Mota (1991).

nhentista. Enquanto no século XVI a colocação do clítico apresenta padrões bastante regulares em cada contexto sintático, na amostra do português do Brasil analisada, a situação é bem distinta, caracterizando-se por uma grande variabilidade dos padrões de ordem do clítico em praticamente todos os contextos sintáticos, como se pode ver a partir dos exemplos a seguir:

(i) Orações Principais ou Absolutas, com Verbo em Posição Inicial:

- . Me impressionou notadamente uma...uma série de artigos do historiador e sociólogo Oliveira Viana SP, III, M²
- . Chama-se esta mastectomia de mastectomia alargada SSA, II, F

(ii) Orações Subordinadas Desenvolvidas:

- . vamos dizer que o progresso se deve a todos RE, I, F
- . E temos visto, de fato, que a UNESCO ligou-se SSA, III, M

(iii) Orações Subordinadas Reduzidas de Gerúndio:

- . se, na mulher, se retiram os ovários, se retirando, portanto, a fonte prod...eh...eh...elaboradora de hormônio feminino, o...as glândulas mamárias, elas se atrofiam SSA, II, F
- . colocam uma interpretação nas suas sentenças, fundamentando-se em conhecimentos RE, II, F

(iv) Orações Subordinadas Reduzidas de Infinitivo, não Introduzidas por Preposição:

- . precisa se manter a...a cor da tez SP, II, F
- . nesse clima, não seria possível estabelecer-se o desejo de uma contratação razoável RJ, III, M

Nos poucos exemplos acima, pode-se observar que, em contextos sintáticos, nos quais o padrão de colocação do clítico no século XVI é categoricamente pré ou pós-verbal, se encontra uma situação de variação no português brasileiro culto contemporâneo.

Portanto, a realidade observada para o século XX, no que diz respeito ao português do Brasil, é marcada justa-

² A seguir a cada ocorrência referida, apresenta-se a sua identificação, dada através da cidade de origem do informante, a sua faixa etária e o seu sexo (cf. Capítulo 2, Os Corpora).

mente pela instabilidade, ou variabilidade dos padrões de colocação do clítico na estrutura frasal. Assim, a análise que se fará a seguir terá que se pautar por esse fato, e, antes de buscar regras categóricas, deverá indicar, através das freqüências relativas, a interferência de cada fator nesse quadro de variação.

Poder-se-ia argumentar ainda que a maior variabilidade encontrada no português do Brasil decorreria da natureza oral dos textos analisados. Porém, como se verá a seguir, tal afirmação não é verdadeira, já que a variação é, em grande parte, decorrente de uma intenção estilística de preservação da colocação pós-verbal, que contrasta com o predomínio da colocação pré-verbal em praticamente todos os contextos analisados. Ao invés de desaparecer na escrita, nela tal preocupação estilística seria ainda maior, aprofundando talvez o nível de variação. Por outro lado, pode-se buscar também na análise dos fatores estruturais, aqueles em que tal preocupação estilística seria mais nítida, determinando uma elevação da freqüência relativa da regra de posposição do clítico.

6.1. Variáveis Explanatórias Estruturais:

6.1.1. TIPO DE ORAÇÃO

Fatores	pré-verbal		pós-verbal	
	N	%	N	%
Principais / absolutas	166/199	83	33/199	17
Adit. introd. por e	28/38	74	10/38	26
Alternativas	03/03	100	-	-
Adversativas	08/15	53	07/15	47
Conclusivas	03/05	60	02/05	40
Explicativas / causais	12/12	100	-	-
Subordinadas desenvolv.	254/258	98	04/258	02
Interrogativas	03/03	100	-	-
Red. infinitivo	06/08	75	02/08	25
Red. gerúndio	04/13	31	09/13	69
R. inf. introd. por prep.	38/53	72	15/53	28
R. inf. flex. introd. por prep.	04/04	100	-	-
Sub. Desenv. em estrut. de coordenação	15/18	83	03/18	17
Red. infinitivo em estrut. de Coordenação	04/06	67	02/06	33
Total	548/635	86	87/635	14

A partir de uma observação inicial do conjunto de fatores que compõem o grupo de fatores *tipo de oração*, pode-se identificar que, na maioria dos casos, a posição dos clíticos na estrutura frasal é variável, havendo uma

preferência sensível por sua anteposição ao verbo. Os únicos fatores que fogem a essa regra geral de comportamento são, por um lado, as orações alternativas, *explicativas/causais, interrogativas e reduzidas de infinitivo flexionado, introduzidas por preposição* e, por outro, as *reduzidas de gerúndio*. Enquanto as primeiras destoam das demais por não apresentarem um padrão variável de colocação, mas sim o clítico situado categoricamente em posição pré-verbal, a última, como a maioria, apresenta um padrão variável de colocação, mas constitui o único caso de preferência majoritária pela posposição do clítico ao verbo.

Em relação ao primeiro grupo de orações acima referido, não se pode deixar de notar que, à exceção das *explicativas/causais*, os fatores que apresentaram o clítico categoricamente em posição pré-verbal reúnem um número significativo de ocorrências, podendo-se supor que a invariabilidade da colocação do clítico, atestada nessas estruturas, antes de refletir uma característica geral do português brasileiro culto, resulta da escassa ocorrência dessas estruturas no corpus analisado.

Nas orações *coordenadas explicativas/subordinadas causais*, também se verificou a regra categórica de anteposição do clítico ao verbo, apesar de o número de ocorrências dessas estruturas já se poder considerar expressivo. Contudo, vale ressaltar que, em todas as atestações desse tipo de oração, o verbo não se apresentou imediatamente antecedido pelo elemento coordenante/subordinante que enceta a oração, mas por elementos que, como se verá a seguir, em 6.1.2., são dos mais favoráveis à colocação pré-verbal do clítico, ou seja: *SAdv de negação* (5 ocorrências); outros *SAdv's/SP.rep's circunstanciais* (5 ocorrências) e *SN sujeito nominal* (1 ocorrência). Houve ainda uma ocorrência em que o elemento à esquerda do verbo foi um *SN sujeito pronominal pessoal*, elemento diante do qual não houve sequer uma exceção à regra de anteposição do clítico ao verbo.

O que, em síntese, se pode dizer acerca dos fatores em que a regra de colocação do clítico foi categórica - *orações alternativas, explicativas/causais, interrogativas e reduzidas de infinitivo flexionado, introduzidas por preposição* - é que esses casos se podem entender como um reflexo da configuração irregular do *corpus* analisado, e não propriamente como exceções à regra de colocação variável do clítico.

Considerando, por outro lado, as frequências relativas obtidas para os fatores que apresentaram regra variável de colocação do clítico, pode-se observar que as *orações subordinadas desenvolvidas* se destacam do conjunto, como as mais favoráveis à colocação pré-verbal, apresentando 98 pontos percentuais, o que situa no limiar do categórico a regra de anteposição do clítico nesse contexto. Todavia, o valor dessa regra cai para 83%, quando as *subordinadas desenvolvidas* ocorrem em *estrutura de coordenação*.

Nas *orações principais/absolutas*, a frequência de anteposição do clítico ao verbo é também de 83%. Nota-se, por outro lado, que esse valor é mais elevado que todos os obtidos para os fatores que integram o grupo das *orações coordenadas*³, que apresentam 74% de colocação pré-verbal para as *aditivas introduzidas por e*; 60% para as *conclusivas* e 53% para as *adversativas*.

Quando ao fator que reúne *orações coordenadas explicativas e subordinadas causais*, não se pode deixar de atentar para o fato de que os 100% de anteposição do clítico ao verbo que aí se verificam (explicáveis, como já disse, em função da configuração do *corpus* analisado) o aproximam muito mais do comportamento observado para as *subordinadas desenvolvidas*, que para as *orações coordenadas* em seu conjunto.

Finalmente, em relação às *orações marcadas por formas verbais não finitas*, já se chamou a atenção para o

³ Excluem-se, pelas razões mencionadas anteriormente, as *orações coordenadas alternativas*.

O que, em síntese, se pode dizer acerca dos fatores em que a regra de colocação do clítico foi categórica - *orações alternativas, explicativas/causais, interrogativas e reduzidas de infinitivo flexionado, introduzidas por preposição* - é que esses casos se podem entender como um reflexo da configuração irregular do corpus analisado, e não propriamente como exceções à regra de colocação variável do clítico.

Considerando, por outro lado, as freqüências relativas obtidas para os fatores que apresentaram regra variável de colocação do clítico, pode-se observar que as *orações subordinadas desenvolvidas* se destacam do conjunto, como as mais favoráveis à colocação pré-verbal, apresentando 98 pontos percentuais, o que situa no limiar do categórico a regra de anteposição do clítico nesse contexto. Todavia, o valor dessa regra cai para 83%, quando as *subordinadas desenvolvidas* ocorrem em estrutura de coordenação.

Nas *orações principais/absolutas*, a freqüência de anteposição do clítico ao verbo é também de 83%. Nota-se, por outro lado, que esse valor é mais elevado que todos os obtidos para os fatores que integram o grupo das *orações coordenadas*³, que apresentam 74% de colocação pré-verbal para as *aditivas introduzidas por e*; 60% para as *conclusivas* e 53% para as *adversativas*.

Quanto ao fator que reúne *orações coordenadas explicativas e subordinadas causais*, não se pode deixar de atentar para o fato de que os 100% de anteposição do clítico ao verbo que aí se verificam (explicáveis, como já disse, em função da configuração do corpus analisado) o aproximam muito mais do comportamento observado para as *subordinadas desenvolvidas*, que para as *orações coordenadas* em seu conjunto.

Finalmente, em relação às *orações marcadas por formas verbais não finitas*, já se chamou a atenção para o

³ Excluem-se, pelas razões mencionadas anteriormente, as *orações coordenadas alternativas*.

comportamento das *reduzidas de gerúndio*, as únicas, em todo o conjunto de fatores considerados na variável *tipo de oração*, em que a colocação pós-verbal é majoritária, atingindo 69% das ocorrências. Ressalve-se, porém, que, no *corpus* analisado, não ocorreram *orações reduzidas de gerúndio, introduzidas por preposição*, contexto em que as gramáticas normativas indicam a anteposição como regra obrigatória⁴.

As *orações reduzidas de infinitivo*, em contrapartida, independentemente do fato de estarem ou não regidas por preposição, apresentaram o mesmo comportamento, conforme se pode atestar através das frequências relativas de 75% e 72%, em favor da colocação pré-verbal, para as *reduzidas de infinitivo* e as *reduzidas de infinitivo, regidas por preposição*, respectivamente. O índice de preferência pela colocação pré-verbal, nas *infinitivas*, cai, porém, para 67%, quando essas *orações* figuram em *estrutura de coordenação*.

Deve-se notar, por fim, que as ocorrências de *orações reduzidas de infinitivo flexionado*, no *corpus*, se limitaram aos quatro casos já referidos, em que a forma verbal se apresenta regida por preposição e o clítico categoricamente em posição pré-verbal.

⁴ Cf., por exemplo, Cunha e Cintra, 1985:302.

6.1.2. ELEMENTOS QUE ANTECEDEM IMEDIATAMENTE O VERBO

Fatores	pré-verbal		pós-verbal	
	N	%	N	%
Nenhum elemento	231/279	83	48/279	17
SN sujeito nominal	87/97	90	10/97	10
SN sujeito pessoal	55/55	100	-	-
SN sujeito indefinido	05/05	100	-	-
SN sujeito lembrete	09/10	90	01/10	10
SN sujeito demonstrativo	06/08	75	02/08	25
SN sujeito + const. adj.	06/08	75	02/08	25
SAdv de Neg.	46/47	98	01/47	02
Outros SAdv's SPrep's	70/81	86	11/81	14
SPrep ob. ind.	03/04	75	01/04	25
Pred. do suj.	01/01	100	-	-
Vocativo	02/02	100	-	-
Elementos topicaliz.	01/03	33	02/03	67
Oração subordinada	06/09	67	03/09	33
Oração intercalada	07/10	70	03/10	30
Hesitação	11/12	92	01/12	08
Auto-correção	02/04	50	02/04	50
Total	548/635	86	87/635	14

Considerando-se o conjunto de fatores dessa variável explanatória, pode-se dizer que o primeiro fator a configurar uma exceção relevante à regra de colocação

variável do clítico é dado pelo total de 55 ocorrências, em que o verbo está precedido por um SN sujeito pronome pessoal. Nesse contexto, a posição do clítico não se mostra variável, mas sim categoricamente pré-verbal, independentemente do tipo de oração em que esse elemento ocorra:

. Eles se classificam em: virgens de tratamento, PS, ou possivelmente sensível, crônico um e crônico dois SSA,I,F

. e nós nos fixamos diante dessa realidade, não é?
RE,I,F

. mas nós nos comprometemos também com o real
RE,I,F

. porque ele nos dá uma visão de totalidade
RE,II,F

. quando você se insere e mergulha no problema
RE,I,F

. Em vez de ele me perguntar ao aluno se ele entende RJ,I,F

Para além desse caso, foram apenas mais três os fatores do grupo elementos que antecedem imediatamente o verbo que não apresentaram variação quanto à ordem do clítico na estrutura frasal:

- SN sujeito pronome indefinido:

. todos se encontram em deficit SSA,III,M

. e todos se retiram POA,III,M

. em que tudo se resolvia no Rio de Janeiro
SSA,III,M

. no momento da repressão, ninguém se arrogava, numa mesa de bar ou então numa sala de aula, a colocar problemas de natureza política RE,I,F

. Nenhum se manifestando, vou então concluir
SSA,III,M

- Vocativo:

. Eduardo, me diga uma coisa RE,II,F

- **Predicativo do sujeito:**

. tão vinculado **me** sinto à Ordem dos Advogados de Pernambuco RE,III,M

Do ponto de vista da colocação do clítico, pouco se pode dizer, a partir do *corpus* analisado, sobre o papel desempenhado por esses elementos, já que o número de ocorrências atestado é não só baixo, como até insignificante, como no caso, por exemplo, do *predicativo do sujeito*, com apenas uma ocorrência. Julgo, porém, que os dados obtidos vêm apenas corroborar a preferência geral pela anteposição do clítico ao verbo, não permitindo afirmar tratar-se de contextos de regra categórica de anteposição do clítico, mesmo em se tratando do caso do fator *SN* *sujeito pronome indefinido*, que, segundo as prescrições gramaticais, obrigaria o clítico a situar-se categoricamente em posição pré-verbal.

Em relação a esse fator, suponho, por outro lado, que, no português brasileiro culto, os *pronomes indefinidos* mereçam tratamento diferenciado, quer estejam marcados ou não pelo traço semântico [+negativo], sendo os *indefinidos negativos* pouco ou nada favoráveis a um padrão variável de colocação do clítico, diferentemente dos demais indefinidos, que permitiriam tal variação, com preferência majoritária pela colocação pré-verbal, seguindo, portanto, o padrão geral de colocação do clítico do português brasileiro culto.

Essa suposição não apresenta respaldo, porém, no *corpus* analisado, em que se atestaram apenas cinco ocorrências de *pronome indefinido*, estando o clítico, em todas elas, situado em posição pré-verbal, independentemente de ser o *pronome indefinido* + ou - negativo. Ainda assim, é de se referir, em particular, como um dado que reforça a mencionada suposição, a ocorrência *Nenhum se manifestando, vou então concluir* SSA,III,M, em que a atuação do *indefinido negativo*, no sentido de promover a anteposição do clítico é evidente, já que, como se observou, em 6.1.1., as orações

reduzidas de gerúndio constituem um fator favorável não à anteposição, mas à posposição do clítico ao verbo.

Do *vocativo*, houve apenas duas ocorrências, e ainda, exatamente iguais e emitidas pelo mesmo informante. Sobre ambas, a única observação a fazer diz respeito ao seu afastamento da norma padrão, que prevê, tanto para o caso de estar o verbo precedido por um elemento externo à oração, como ainda, explicitamente, para o caso de estar a forma verbal no imperativo afirmativo - como é o caso dos enunciados em que o *vocativo* ocorreu no *corpus* analisado -, que o clítico figure em posição pós-verbal. Não há, contudo, como já disse, elementos suficientes para considerar esse contexto como sendo de regra categórica.

Considerando, portanto, inicialmente, o subconjunto de fatores do grupo *elementos que antecedem imediatamente o verbo* que não apresentou variação quanto à ordem do clítico na estrutura frasal - *SN sujeito pronome pessoal, SN sujeito pronome indefinido, Vocativo e Predicativo do Sujeito* -, o único elemento sobre o qual se pode afirmar, com o apoio de um número expressivo de ocorrências, que leva à anteposição categórica do clítico ao verbo é o *SN sujeito pronome pessoal*.

Não se atestou, dentre o conjunto de fatores desse grupo, um sequer diante do qual a colocação do clítico fosse categoricamente pós-verbal. Há, contudo, um fator que se distingue dos demais, pois, embora apresente padrão variável de colocação, a preferência majoritária é pela posposição, e não pela anteposição do clítico ao verbo. Trata-se dos chamados *elementos topicalizados*², que, mesmo tendo ocorrido apenas três vezes, apresentam, em duas das suas ocorrências, portanto em 67% dos casos, comportamento divergente do padrão geral de variação com preferência pela anteposição do clítico:

² Nesta análise, denominam-se topicalizados apenas aqueles elementos que são deslocados para fora da sentença.

- Elementos topicalizados:

. aquele teste que vocês fizeram com aquela outra professora, se lembram? SP,I,F

. Estes tubérculos, que outrora julgavam que fossem glândulas sebáceas, chegou-se à conclusão, depois de diversos estudos, que estes tubérculos nada mais são do que glândulas mamárias SSA,II,F

Feitas essas observações acerca dos fatores que apresentaram desvio quanto ao padrão geral de ordem do clítico, na variável *elementos que antecedem imediatamente o verbo*, passo a considerar, então, o comportamento particular de alguns subconjuntos de elementos, sendo o primeiro deles o subconjunto dos SN's sujeitos, constituído pelos seguintes fatores: SN sujeito nominal, SN sujeito pronome pessoal, SN sujeito pronome indefinido, SN sujeito pronome lembrete, SN sujeito pronome demonstrativo e SN sujeito + constituinte adjunto.

Desse subconjunto, já foram objeto de comentário, por terem apresentado frequência relativa de 100% para a anteposição do clítico ao verbo, os fatores SN sujeito pronome pessoal e SN sujeito pronome indefinido. A conclusão acerca do papel desses dois elementos, quanto à posição dos clíticos, foi que, apenas no primeiro caso, o número de ocorrências era considerado suficiente para se afirmar tratar-se de um contexto de regra categórica de anteposição do clítico ao verbo. Supus, por outro lado, no caso do SN sujeitos indefinidos, dever haver uma diferença de comportamento, quer se tratasse de *indefinidos negativos* - que levariam à anteposição categórica dos clíticos -, quer de *indefinidos não negativos* - que permitiriam variação da posição dos clíticos na estrutura frasal.

Desde o início desta descrição, venho chamando a atenção para o conjunto de 55 ocorrências de SN sujeito pronome pessoal, por constituírem um fator que não apresenta variação na colocação do clítico. Há, porém, 10 outras ocorrências de SN sujeito pronome pessoal, que se destacaram

das demais sob o rótulo de *SN sujeito pronome lembrete*, e, para estas, não se verificou a mesma invariabilidade no padrão de ordem dos clíticos. Foram analisadas como ocorrências de *SN sujeito pronome lembrete* estruturas como as que se referem a seguir, em que o pronome pessoal exerce o papel de elemento recuperador de um *SN sujeito*⁴:

. bom, estas notas significativas, elas se distribuem numa curva SP,I,F

. o ser e o dever ser, na realidade, eles se...ah...complementam RE,II,F

No corpus analisado, portanto, distinguem-se dois tipos de comportamento dos clíticos diante de *SN sujeito pronome pessoal*: *invariável*, para a situação mais comum de utilização desse pronome, e *variável*, com preferência pela anteposição do clítico ao verbo na ordem de 90%, quando o pronome pessoal ocorre como pronome lembrete:

. A glândula mamária, ela se acha constituída SSA,II,F

.então, o homem ele acha-se RE,I,F

Também com o índice de 90% em favor da anteposição do clítico ao verbo, um índice, portanto, bastante elevado, está o fator *SN sujeito nominal*. O fato de esse elemento ter apresentado um número expressivo de ocorrências facilita a que, mais uma vez, se observe a configuração variável das estruturas sintáticas do português brasileiro oral culto, que, tanto nas *orações subordinadas*, como nas *principais/absolutas e coordenadas*, marcadas pela presença de um *SN sujeito nominal*, podem apresentar o clítico em posição pré ou pós-verbal:

⁴ Quando se trata da primeira pessoa, evidentemente, o pronome pessoal ocupa tanto a posição do *SN sujeito*, quanto a do elemento recuperador desse *SN*, conforme se pode ver no exemplo a seguir: e vejam que eu, sempre que eu estou falando, eu me refiro aos autores POA,II,F. É interessante notar ainda que não se atestou uma ocorrência sequer de pronome lembrete na fala dos informantes da terceira faixa etária, ficando esse tipo de construção restrito aos informantes das faixas etárias I e II.

- . O ameninado príncipe se transforma num velho
POA, III, M
- . O povo de Roma levantou-se contra esta decisão
SSA, III, M
- . e o velho se queixa POA, III, M
- . e esta fase chama-se liquidação RJ, III, M
- . mas logo o público se cansou daquilo SP, III, F
- . mas o governo lançou-se através do DIP SP, III, M
- . vamos dizer que o progresso se deve a todos
RE, I, F
- . E temos visto de fato que a UNESCO ligou-se
SSA, III, F

Em relação aos demais tipos de SN's sujeitos analisados, o SN sujeito pronome demonstrativo e o SN sujeito + constituinte adjunto foram os fatores em que a variante pré-verbal de colocação do clítico apresentou o seu mais baixo índice de colocação - 75%. Se, para os enunciados marcados por SN sujeito pronome demonstrativo, a expectativa inicial era de que os resultados não se afastassem dos mais altos obtidos em favor da colocação pré-verbal do clítico, no que tange às ocorrências com SN sujeito + constituinte adjunto, os resultados confirmam, porém, a hipótese inicial de que esse fator poderia favorecer uma queda nos índices de colocação pré-verbal do clítico, em virtude da pausa na elocução (ue a presença de um constituinte adjunto (aposto ou oração relativa) entre o SN sujeito e o verbo implicaria. Deve-se notar ainda que, em se tratando do fator SN sujeito + constituinte adjunto, não se julgou relevante distinguir os diversos tipos de SN sujeito, ressaltando-se, portanto, apenas o fato de vir esse elemento, não importa sob que natureza, seguido de um constituinte adjunto. Como os exemplos a seguir atestam, sendo o SN sujeito seguido de constituinte adjunto, em forma de aposto ou oração relativa, a colocação do clítico é variável:

- . e as próprias figuras mais ambiciosas, Baicon Gonzaga, Carmen Santos, se dedicaram com afinco ao filme culto SP, III, M

. a grande figura do nosso teatro de revista, Margarida Max, preparou-se e tal para...para fazer cinema SP,III,M

. Esse doente crônico, esse doente que é resistente à medicação de primeira linha se divide em crônico um e crônico dois SSA,I,F

. se tudo o que temos para formar juízos entra-nos ao ce...pe...ao cérebro POA,III,M

O segundo subconjunto de fatores que passo a focalizar é formado por SAdv's de negação e Outros SAdv's/SPrep's circunstanciais. Dentre os elementos que apresentaram padrão variável de ordem do clítico, os SAdv's de negação sobressaem aos demais por serem o elemento diante do qual a preferência pela variante pré-verbal de colocação do clítico chega ao seu maior índice, atingindo 98% das ocorrências. No corpus, houve apenas uma exceção ao comportamento geral dos clíticos face a esse elemento:

. se não tiver ela, não recebê-la, ele, o príncipe, vai morrer POA,III,M

Essa ocorrência, que será objeto de discussão mais detalhada no item 6.1.5., apresenta o clítico posposto ao verbo em um contexto em que, segundo os padrões gramaticais vigentes, a colocação pré-verbal seria obrigatória por duas razões: o verbo *receber* está precedido de palavra com sentido negativo e ainda figura em oração subordinada desenvolvida, em estrutura de coordenação.

Em se tratando do fator que reúne outros SAdv's e SPrep's circunstanciais, o índice de anteposição do clítico ao verbo continua ainda bastante expressivo, mas apresenta já uma queda de mais de 10 pontos percentuais em relação ao valor obtido para os SAdv's de negação, chegando a 86%.

Tanto a tradição gramatical, quanto trabalhos que descrevem a colocação dos clíticos sem fins prescritivos, apontam um conjunto de advérbios, cujos limites não estão totalmente definidos⁷, como fator que indica a colocação

⁷ Eijk (83) Duarte (89) Salvi (90) Cunha e Cintra (85)
ainda ainda ainda

pré-verbal do clítico. É comum, por outro lado, que a análise da interferência desse fator sobre a ordem dos clíticos seja ainda associada à presença ou não de pausa na elocução. A esse respeito, afirmam, por exemplo, Cunha e Cintra (1985:303):

a língua portuguesa tende à próclise pronominal quando o verbo vem antecedido de certos advérbios (*bem, mal, ainda, já, sempre, só, talvez, etc*) ou expressões adverbiais e não há pausa que os separe

Da citação acima, infere-se, portanto, que a presença da pausa entre o advérbio ou a locução adverbial e o verbo é tida como fator que levaria à colocação pós-verbal do clítico.

Os resultados obtidos para a colocação dos clíticos segundo o fator *SAdv's/SPrep's* circunstanciais, ainda que não se coadunem exatamente com a prescrição gramatical acima referida, parecem indicar de fato a necessidade de se ter em conta a interferência do fator *pausa*. Em 8 das 11 ocorrências em que, no *corpus*, a colocação do clítico foi pós-verbal, o que corresponde a 73% do total, o verbo está precedido não por *SAdv*, mas por *SPrep* circunstancial, elemento, portanto, diante do qual a *pausa* é mais freqüente que diante da maioria dos *SAdv's*:

- . Naquela [sic] etapa em que tudo se resolvia no Rio de Janeiro, passa-se agora SSA,III,M
- . no prólogo do fi...filme, lia-se: "numa luta entre irmãos não há vencedores nem vencidos" SP,III,M
- . No capítulo sobre fonética, definia-se a disciplina RJ,I,F

apenas	apenas		
até	até		
bem			bem
já		já	já
mal			mal
mesmo	mesmo		
sempre		sempre	sempre
só	só	só	só
talvez			talvez
também	também	também	

Por outro lado, nas três ocorrências em que, estando o verbo precedido por um *SAdv*, o clítico ocupou a posição pós-verbal, não se trata de advérbios, como, por exemplo, *já* e *só*, que não se separam do verbo por pausa, mas de *então* (duas ocorrências) e *já agora* (uma ocorrência):

- . esse novo cinema sonorizado naturalmente era mais complexo e a produção, então, res... restringe-se ao Rio e a São Paulo SP, III, F

- . e, já agora, inclui-se também a proteção aos bens culturais SSA, III, F

Nesse sentido, o que se pode dizer em síntese é que, não sendo a pausa um fator que implique necessariamente a posposição do clítico ao verbo, esta posposição, por sua vez, acortecerá com mais frequência nos enunciados em que, entre o verbo e o *SAdv/SPrep* circunstancial anteposto, houver pausa.

Conforme já salientei, das variáveis prosódicas que poderiam influir sobre a ordem dos clíticos, a única que considerei, de forma sistemática, na análise dos dados relativos às duas sincronias foi a *tonicidade das formas verbais*. Não sendo a pausa um elemento de fácil apreensão em textos escritos, a sua consideração torna-se ainda mais difícil em análises lingüísticas que se baseiam sobre textos cuja pontuação não é original, mas atribuída por editores, como é o caso dos documentos que integram a amostra lingüística do século XVI. Embora uma avaliação sistemática de uma possível interferência desse fator sobre a ordem dos clíticos pudesse ser feita, a partir do *corpus* oral adotado para a análise do português do Brasil, optei por não incluí-lo no conjunto das variáveis estruturais selecionadas, uma vez que pretendia uma homogeneidade nos critérios adotados para a descrição dos dados relativos a ambas as sincronias consideradas neste trabalho.

Não tendo sido por si mesma considerada, a pausa pode ser entendida, contudo, como um reflexo, no plano fonológico, da natureza da relação sintática que se

pré-verbal do clítico. É comum, por outro lado, que a análise da interferência desse fator sobre a ordem dos clíticos seja ainda associada à presença ou não de *pausa* na elocução. A esse respeito, afirmam, por exemplo, Cunha e Cintra (1985:303):

a língua portuguesa tende à próclise pronominal quando o verbo vem antecedido de certos advérbios (*bem, mal, ainda, já, sempre, só, talvez, etc*) ou expressões adverbiais e não há pausa que os separe

Da citação acima, infere-se, portanto, que a presença da *pausa* entre o advérbio ou a locução adverbial e o verbo é tida como fator que levaria à colocação pós-verbal do clítico.

Os resultados obtidos para a colocação dos clíticos segundo o fator *SAdv's/SPrep's circunstanciais*, ainda que não se coadunem exatamente com a prescrição gramatical acima referida, parecem indicar de fato a necessidade de se ter em conta a interferência do fator *pausa*. Em 8 das 11 ocorrências em que, no *corpus*, a colocação do clítico foi pós-verbal, o que corresponde a 73% do total, o verbo está precedido não por *SAdv*, mas por *SPrep circunstancial*, elemento, portanto, diante do qual a *pausa* é mais freqüente que diante da maioria dos *SAdv's*:

- . Naquela [sic] etapa em que tudo se resolvia no Rio de Janeiro, *passa-se* agora SSA,III,M
- . no prólogo do fi...filme, *lia-se*: "numa luta entre irmãos não há vencedores nem vencidos" SP,III,M
- . No capítulo sobre fonética, *definia-se* a disciplina RJ,I,F

apenas	apenas		
até	até		
bem			bem
já		já	já
mal			mal
mesmo	mesmo		
sempre		sempre	sempre
só	só	só	só
talvez			talvez
também	também	também	

Por outro lado, nas três ocorrências em que, estando o verbo precedido por um *SAdv*, o clítico ocupou a posição pós-verbal, não se trata de advérbios, como, por exemplo, *já* e *só*, que não se separam do verbo por *pausa*, mas de *então* (duas ocorrências) e *já agora* (uma ocorrência):

. esse novo cinema sonorizado naturalmente era mais complexo e a produção, então, res... restringe-se ao Rio e a São Paulo SP, III, F

. e, já agora, inclui-se também a proteção aos bens culturais SSA, III, F

Nesse sentido, o que se pode dizer em síntese é que, não sendo a *pausa* um fator que implique necessariamente a posposição do clítico ao verbo, esta posposição, por sua vez, acortecerá com mais frequência nos enunciados em que, entre o verbo e o *SAdv/SPrep* circunstancial anteposto, houver *pausa*.

Conforme já salientei, das variáveis prosódicas que poderiam influir sobre a ordem dos clíticos, a única que considerei, de forma sistemática, na análise dos dados relativos às duas sincronias foi a *tonicidade das formas verbais*. Não sendo a *pausa* um elemento de fácil apreensão em textos escritos, a sua consideração torna-se ainda mais difícil em análises lingüísticas que se baseiam sobre textos cuja pontuação não é original, mas atribuída por editores, como é o caso dos documentos que integram a amostra lingüística do século XVI. Embora uma avaliação sistemática de uma possível interferência desse fator sobre a ordem dos clíticos pudesse ser feita, a partir do *corpus* oral adotado para a análise do português do Brasil, optei por não incluí-lo no conjunto das variáveis estruturais selecionadas, uma vez que pretendia uma homogeneidade nos critérios adotados para a descrição dos dados relativos a ambas as sincronias consideradas neste trabalho.

Não tendo sido por si mesma considerada, a *pausa* pode ser entendida, contudo, como um reflexo, no plano fonológico, da natureza da relação sintática que se

estabeleceu entre o verbo e certos constituintes da oração. Pode-se dizer que os *SPrep's circunstanciais* mantêm com o núcleo oracional uma relação mais tênue que, de modo geral, os *SAdv's*, fato este que fonologicamente se traduziria através da maior ocorrência de pausa entre *SPrep's circunstanciais* e o verbo. Por outro lado, devem-se distinguir ainda, no conjunto dos *SAdv's*, os que apresentariam comportamento idêntico ao dos *SPrep's circunstanciais*, como, por exemplo, *então*, dos que modificariam o núcleo oracional de forma mais intensa, como, por exemplo, *não*, *já*, *só*, etc. A diversidade da natureza das relações entre esses constituintes e o verbo, refletida no plano fonológico, é o fator que deve explicar a variação do comportamento sintático dos clíticos, já que, como se viu, a colocação pós-verbal, no *corpus* analisado, ocorre quando o verbo está precedido por *SPrep's circunstanciais* ou por *SAdv's* que se comportam como *SPrep's circunstanciais*.

Apesar de, como disse, pretender uma homogeneidade nos critérios adotados para a descrição das amostras linguísticas de ambas as sincronias consideradas neste trabalho, o próximo subconjunto de fatores sobre o qual passo a fazer alguns comentários não encontra correspondente entre os fatores analisados no século XVI. Os fatores a que me refiro são os chamados **elementos conversacionais**, definidos por Castilho (1983:41) como "as estruturas gramaticais da conversação, ou melhor, as marcas formais deixadas pela especificidade do discurso oral".

No âmbito da subárea da lingüística designada Análise da Conversação, consideram-se como *elementos conversacionais* os elementos responsáveis pela organização do texto oral, tanto do ponto de vista da expressão das relações interpessoais que se verificam no ato da comunicação, quanto do ponto de vista intratextual, na medida em que os *elementos conversacionais* também participam do desenvolvimento sintagmático do texto: a) estabelecendo conexão entre as *unidades comunicativas*, ou seja, as unidades que

apresentariam a carga mais propriamente informacional do texto ou b) reorganizando o próprio processo de estruturação interna do texto (cf. Lucchesi, 1988).

Para efeito deste trabalho, nem todos os elementos que a Análise Conversacional considera como conversacionais foram aqui tomados como tais⁹. Nesse sentido, mereceram destaque apenas certos elementos ou processos que, na linguagem oral, indicam hesitação ou auto-correção por parte do falante e que não estão presentes na linguagem escrita, em virtude da lógica particular com que esta opera.

A hesitação (ou pausa preenchida) manifesta-se, no corpus através da reduplicação de sons não lexicalizados, como "ah", "eh", etc. Os processos de auto-correção, por outro lado, evidenciam-se através da interrupção do discurso. Vejam-se, para ilustrar cada caso, os exemplos a seguir:

Hesitação:

. na hora de se confeccionar um teste...eh...se estabelece SP,I,F

. de várias amostras de vários grupos que se submeteram a esse teste, não é...ah...verificou-se que uma regularidade desses resultados SP,I,F

Auto-correção:

. essa conclusão se ded...se tira RE,III,M

. essa palavra taxionomia quer...refere-se mais ou menos a classificação POA,II,F

Os resultados percentuais obtidos para uma e outra situação distinguem-se bastante: quando o verbo é antecedido por elemento não lexicalizado, indicador de hesitação na organização do discurso, a preferência pela colocação pré-verbal é bastante alta, atingindo o índice de 92%; porém, quando o que ocorre à esquerda do verbo é um elemento rejeitado no processo de organização do discurso, a preferência por aquele que é o padrão majoritário de

⁹ Para uma classificação dos chamados marcadores ou elementos conversacionais, veja-se Marchuschi, 1987:7-8.

colocação do clítico no *corpus* - a colocação pré-verbal - cai para 50%.

De acordo com Lucchesi (1988), "tanto a hesitação quanto a auto-correção indicam momentos de auto-reflexão sobre a produção textual, que pode ser de natureza cognitivo-ideacional, ou mesmo de influência normativista". Na análise dos dados, o critério adotado para distinguir hesitação de auto-correção foi justamente considerar, para o primeiro caso, as situações em que o informante deixasse transparecer em seu discurso uma reflexão sobre a estruturação do texto do ponto de vista do seu conteúdo, e para o segundo, as situações em que essa reflexão incidisse sobre a forma textual. Sob esse prisma, portanto, os resultados obtidos são interessantes, pois revelam que, em momentos críticos do planejamento do discurso, quando a preocupação do falante é de natureza formal, a colocação pós-verbal - que não reflete o padrão majoritário de colocação do clítico no *corpus* - atinge um índice expressivo, ou seja, 50%. Quando, todavia, a sua preocupação está voltada para o conteúdo do texto, é a forma mais "natural" de colocação, portanto, a colocação pré-verbal, que prevalece, em proporção amplamente majoritária - 92%.

Do conjunto dos elementos que antecedem imediatamente o verbo, destaco, finalmente, o subconjunto constituído pelas orações intercaladas e subordinadas. Considerarei, no *corpus*, como *intercaladas* orações de tipo bastante estereotipado e recorrente que, não contribuindo com informação nova para o desenvolvimento do discurso, servem para pontuá-lo como elementos introdutórios de explicação, ou ainda como elementos fáticos, que cumprem a função de assegurar a manutenção do contato com o interlocutor. No fator *oração intercalada*, reuniram-se, portanto, elementos cuja ocorrência é mais comum, porém não exclusiva, em textos orais - orações que desempenham função fática - e elementos que tanto podem ocorrer em textos orais, como em textos escritos

- orações que introduzem explicação. Observem-se os exemplos a seguir, em que esses elementos estão presentes:

- Orações intercaladas:

. Mas a colocação que a Maria Lúcia faz, e ela faz muito bem, quer dizer, prende-se ao fato POA,II,F

. ou, como disse João, a própria domi...dogmática jurídica, não é, se enquadra RE,II,F

.Ou seja, davam-se informações não só de literatura, mas da realidade brasileira RJ,I,F

. O capelão, repito, nos informou SSA,III,M

Os resultados obtidos para a colocação dos clíticos, nas ocorrências em que o verbo está precedido por oração intercalada ou subordinada, são praticamente idênticos, correspondendo a 70% e 67%, respectivamente, em favor da colocação pré-verbal.

6.1.3. CRUZAMENTO: Tipo de Oração X Elemento que Antecede o Verbo

Na descrição da colocação dos clíticos no século XVI, a partir do momento em que se passou a considerar o efeito conjugado dos grupos de fatores tipo de oração e elementos que antecedem imediatamente o verbo, observou-se a necessidade de se proceder a uma reanálise das regras que tinham sido anteriormente estabelecidas como variáveis, tomando-se como base apenas um dos dois grupos de fatores mencionados. Nesse sentido, mostrou ser particularmente importante distinguir as situações em que, nos diversos tipos de oração analisados, ocorresse ou não em posição pré-verbal algum elemento, bem como a própria natureza desse elemento.

O fundamental da reanálise operada a partir do cruzamento entre os grupos de fatores tipo de oração e elementos que antecedem imediatamente o verbo consistiu em

se poder determinar que muitos tipos de oração - cujo padrão de ordem dos clíticos parecia, à primeira vista, variável - apresentavam o clítico categoricamente em posição pós-verbal desde que, à esquerda do verbo, não figurasse nenhum elemento. Observada, portanto, essa situação para o século XVI, cumpre verificar, a seguir, em que medida a situação do português brasileiro culto contemporâneo dela se aproxima ou se distancia. Assim, os resultados apresentados a seguir serão comparados sistematicamente com os que se obtiveram para o português quinhentista (cf. Capítulo 5, 5.1.3).

a. **Tabulação Cruzada I: Orações Principais/Absolutas e Coordenadas X Nenhum Elemento em Posição Pré-Verbal***

Elemento antes do verbo	Colocação	Tipo de Oração		
		principais/absolutas	aditivas com e	adversativas
nenhum	pré verbal	55%	64%	67%
	pós verbal	45%	36%	33%

Para esse primeiro grupo de orações, o aspecto mais significativo a destacar relaciona-se às *orações principais ou absolutas*. Enquanto, no século XVI, a colocação dos clíticos é categoricamente pós-verbal em *oração principal ou absoluta com verbo em posição inicial*, no português brasileiro culto contemporâneo, essa regra não se observa, podendo o clítico ocorrer como primeiro elemento da oração.

Os índices percentuais obtidos revelam, contudo, que a colocação pós-verbal do clítico, já não sendo mais categórica nesse contexto, é ainda bastante expressiva, chegando a

* As orações *conclusivas* e *explicativas/causais* não são referidas, pois não houve ocorrências desses tipos de oração com o verbo seguindo imediatamente o elemento coordenante/subordinante.

atingir 45% do total das ocorrências, uma frequência relativa que é superior ao triplo da frequência relativa geral da colocação pós-verbal do clítico (de 14%). Considero que o fato de a colocação pós-verbal apresentar nesse contexto um percentual tão expressivo se explica por razões extralingüísticas, e não apenas estruturais: os informantes que integram a amostra lingüística aqui analisada são falantes com nível de escolaridade superior e, portanto, conhecedores daquela que é uma das prescrições gramaticais mais enfatizadas, no Brasil, no processo de aprendizagem da variante padrão da língua escrita, ou seja, a regra de que não se pode começar período com pronome oblíquo átono. A esse respeito, veja-se a seguinte passagem de Celso Cunha (1981a:225):

Infelizmente, certos gramáticos nossos, esquecidos de que esta variabilidade posicional [dos clíticos], em tudo legítima, representa uma inestimável riqueza idiomática, preconizam, no particular, a obediência cega às atuais normas portuguesas, sendo mesmo inflexíveis no exigirem o cumprimento de algumas delas, que violentam duramente a realidade lingüística brasileira.

Dentre essas regras arbitrárias e dogmáticas, a mais conhecida (e também a mais infringida no falar normal do Brasil) é a que nos obriga a não começar frases com pronomes átonos.

Como bem afirma acima Celso Cunha, essa regra é a "mais conhecida e também a mais infringida no falar normal do Brasil". Nesse sentido, no que tange aos registros formais da fala culta, o índice de colocação pós-verbal do clítico, nesse contexto, resulta da contraposição entre o papel exercido pela escolaridade e a tendência identificada no desenvolvimento histórico do português do Brasil de fixar a anteposição como a regra de colocação do clítico na frase.

A partir dessa situação, pode-se inferir ainda que a variabilidade posicional dos clíticos deverá ser um fato observado na fala daqueles que estão expostos aos padrões lingüísticos difundidos pelo sistema de educação formal. Nos demais segmentos da população, naqueles em que não se

observa essa influência da escola, a colocação pré-verbal tenderia a assumir o estatuto de uma regra categórica. Portanto, na fala dos cultos aqui analisada, as significativas freqüências relativas de colocação pós-verbal devem ser vistas não apenas como uma função do contexto sintático, mas também como um produto da ação da escola sobre os usos lingüísticos desse segmento social. Essas freqüências devem ser vistas ainda como uma função do estilo, na medida em que estão relacionadas a situações de maior formalidade do discurso (a amostra aqui analisada é constituída por inquéritos definidos como **elocuições formais**)¹⁰.

O que foi dito acima para explicar o padrão de colocação dos clíticos nas *orações principais/absolutas*, no português brasileiro contemporâneo culto, pode, em certa medida, ser estendido às *orações coordenadas aditivas introduzidas por e* e às *adversativas*. Por um lado, o incremento da regra de anteposição do clítico no desenvolvimento histórico dessa variante do português explica a alteração em relação aos padrões observados no século XVI; havendo mesmo, em alguns casos, uma inversão desses padrões. Por outro lado, as freqüências relativamente altas da colocação pós-verbal podem também ser explicadas, na fala culta, pela interferência da escola, que, embora com menos ênfase, também prescreve, para esses contextos, a posposição do clítico ao verbo.

Tanto no século XVI, quanto no português brasileiro culto contemporâneo, em *orações coordenadas aditivas introduzidas por e*, quando o verbo vem imediatamente após o coordenante, a colocação do clítico é variável. Contudo, enquanto no século XVI a preferência maior recai sobre a

¹⁰ Como demonstrou Labov (1985), através do seu estudo do comportamento da classe média baixa na comunidade lingüística da cidade de Nova Iorque, considerando a variável estilo, os falantes, e em particular aqueles dos segmentos médios da escala social, tendem a aproximar os seus usos lingüísticos das variantes de prestígio e/ou padrão em função do aumento do grau de formalidade da situação de fala.

colocação pós-verbal (73%), no português brasileiro, dá-se uma situação proporcionalmente inversa, sendo majoritária a preferência pela anteposição do clítico ao verbo (64%).

Para as *orações coordenadas adversativas*, notou-se haver, no século XVI, uma divergência de comportamento dos clíticos, a depender da natureza do coordenante que introduzisse a oração: diante de *mas*, a colocação do clítico era pós-verbal e diante de *todavia* e *contudo*, pré-verbal. No corpus analisado para o português brasileiro, não houve ocorrências de *orações coordenadas adversativas* com o verbo imediatamente antecedido pelos coordenantes *todavia* e *contudo*; porém, o comportamento dos clíticos face ao coordenante *mas* é variável, com preferência inclusive pela colocação pré-verbal da ordem de 67%:

- . mas filmava-se em São Paulo, no Rio SP, III, M
- . mas se diz que é uma face plana SSA, II, F

b. Tabulação Cruzada II: Orações Subordinadas X Nenhum Elemento em Posição Pré-Verbal

Elemento antes do verbo	Colocação	Tipo de Oração				
		sub. desenv.	inf. sem p.	gerúnd. sem p.	inf. com p.	inf. flex. com p.
nenhum	pré verbal	98%	71%	18%	73%	100%
	pós verbal	02%	29%	82%	27%	-

Isolando-se do conjunto das *orações subordinadas desenvolvidas* aquelas que não apresentam entre o subordinante e o verbo *nenhum elemento*, mantém-se a frequência relativa de 98% em favor da colocação pré-verbal, o que confirma ser esse *tipo de oração* um dos contextos que mais restringem a variabilidade posicional do clítico.

Portanto, a situação praticamente não se altera em relação ao século XVI, fase em que, nas *orações subordinadas desenvolvidas*, o clítico se situava categoricamente em posição pré-verbal.

Quanto às *orações subordinadas reduzidas*, o comportamento sintático dos clíticos no português brasileiro distingue-se bastante do observado para o século XVI, principalmente no que tange as subordinadas reduzidas de infinitivo. Contudo, nas duas sincronias, as *orações reduzidas de gerúndio* destacam-se como um fator que favorece fortemente a colocação pós-verbal.

Considerando inicialmente as *orações subordinadas reduzidas, não introduzidas por preposição*, a primeira observação a ser feita é que, em contraste com a situação descrita para o século XVI, em que o clítico está categoricamente à direita do verbo, no português brasileiro, tanto nas *reduzidas de infinitivo*, quanto nas de *gerúndio* não introduzidas por preposição, o padrão de ordem do clítico é variável. Todavia, mais significativo que atestar essa variabilidade - de resto, o traço mais característico do comportamento sintático dos clíticos nesse corpus - é constatar que:

(i) as *reduzidas de gerúndio*, com um índice de 82% a favor da colocação pós-verbal, apresentam um comportamento conservador;

(ii) as *reduzidas de infinitivo* subvertem o antigo padrão da língua, tanto pela variabilidade posicional, quanto por ser majoritária a preferência pela colocação pré-verbal do clítico, que atinge o índice de 71%.

A frequência relativa de 82% da colocação pós-verbal nas *orações reduzidas de gerúndio* é sem dúvida bastante significativa. E esse o único fator da variável *tipo de oração* em que a regra de posposição do clítico, mesmo deixando de ser categórica, se mantém como majoritária, no

português brasileiro culto contemporâneo¹¹. Até nas orações principais absolutas, as mais enfocadas pelas gramáticas normativas em sua defesa da colocação pós-verbal, o padrão de colocação do clítico foi subvertido em favor da colocação pré-verbal. Carece de explicação a resistência da colocação pós-verbal nas reduzidas de gerúndio; explicação essa que deverá ser buscada na configuração morfossintática dessas estruturas oracionais. Tal resistência constitui, portanto, uma questão estrutural colocada pelo problema da colocação dos clíticos no português.

Em relação à situação das *orações subordinadas reduzidas de infinitivo, introduzidas por preposição*, existem dois aspectos relevantes a comentar. Primeiramente, comparando-se a situação do português brasileiro com a do século XVI, observa-se que, em ambas as sincronias, nesse tipo de oração, a posição do clítico é variável, sendo majoritária a preferência pela colocação pré-verbal. Contudo, se, no século XVI, a frequência relativa para a colocação pré-verbal é da ordem de 95%, no português brasileiro, esse valor apresenta um significativo decréscimo de pouco mais de 20 pontos percentuais. Assim, vamos observar que, em todo o conjunto dos diversos tipos de oração analisados, as *orações subordinadas reduzidas de infinitivo, introduzidas por preposição* representam o único fator em que, contrariamente à situação geral de incremento do uso da colocação pré-verbal que se observa nesta análise comparativa, o português brasileiro apresenta, em relação ao português do século XVI, um aumento de ocorrência da

¹¹ Esse fato também foi observado em trabalhos anteriores, realizados sobre corpora diferentes, que incluíam inclusive registros menos formais:

(i) Lobo, Lucchesi e Rapp (1986) indicam um percentual de 64% da colocação pós-verbal, nas orações reduzidas de gerúndio em sua análise da norma culta de Salvador-Ba, que incluiu D1D's e D2's, além de elocuições formais (EF's);

(ii) Em Lobo, Lucchesi e Neta (1991), esse percentual é de 71%, para um corpus que inclui EF's, DID's e D2's das cidades de Salvador-Ba e São Paulo-SF.

variante pós-verbal de colocação do clítico. O segundo aspecto ainda a ser destacado é que, diferentemente do que se passa no século XVI, quando o padrão de ordem dos clíticos nas *reduzidas não regidas por preposição* (100% de colocação pós-verbal) é praticamente o inverso do que se verifica para as *reduzidas regidas por preposição* (95% em favor da colocação pré-verbal), no português brasileiro, o fato de ser ou não a reduzida de *infinitivo introduzida por preposição* não parece interferir sobre o padrão de ordem do clítico - tem-se, em ambos os casos, um padrão de ordem variável, sendo a preferência pela anteposição do clítico ao verbo em torno dos 70 pontos percentuais.

Tudo o que foi dito acima caracteriza o seguinte quadro geral: enquanto no português quinhentista se encontram padrões regulares de colocação do clítico determinados por fatores sintáticos, no português do Brasil a ação desses fatores é esbatida, o que provoca um incremento da variabilidade dos padrões de colocação. No século XVI, a relação entre os fatores estruturais e as variantes posicionais do clítico é muito nítida: nas orações reduzidas de infinitivo não regidas por preposição, a posição do clítico é categoricamente pós-verbal; ao passo que a presença de uma preposição regente determina uma inversão desse padrão, tornando a anteposição do clítico quase categórica. No português brasileiro contemporâneo, essa relação não se observa, havendo uma preferência pela colocação pré-verbal em ambos os casos. Assim, mesmo havendo um incremento das freqüências da colocação pré-verbal no desenvolvimento histórico do português do Brasil, a freqüência dessa colocação deixa de ser quase categórica nas orações reduzidas introduzidas por preposição, o que demonstra o enfraquecimento da influência desse fator estrutural sobre a colocação do clítico. Por outro lado, o fato de, nas orações reduzidas de infinitivo, a colocação pré-verbal apresentar um percentual um pouco inferior ao da sua freqüência geral pode ser explicado pela morfologia

particular do infinitivo, ou ainda pela relação que se estabelece entre o infinitivo e o clítico acusativo de 3ª pessoa, o que será discutido posteriormente.

No corpus analisado, não houve ocorrências de orações subordinadas reduzidas de infinitivo flexionado, não regidas por preposição, nada se podendo dizer, portanto, sobre possíveis semelhanças ou dessemelhanças do comportamento sintático dos clíticos em orações subordinadas reduzidas de infinitivo flexionado, a depender de estarem essas orações regidas ou não por preposição. Diferentemente, contudo, do que se atestou para orações subordinadas reduzidas de infinitivo, regidas por preposição, que apresentaram um índice de colocação pré-verbal de 73%, nas orações subordinadas reduzidas de infinitivo flexionado, regidas por preposição, o índice de anteposição do clítico ao verbo foi de 100%. O índice de 100% apóia-se sobre um conjunto de apenas três ocorrências¹², o que não permite que se tirem conclusões mais definitivas.

c. Tabulação Cruzada III: Orações Subordinadas em Estrutura de Coordenação X Nenhum Elemento em Posição Pré-Verbal

Elemento antes do verbo	Colocação	Tipo de Oração	
		subordinadas desenvolvidas	reduzidas de infinitivo
nenhum	pré verbal	85%	60%
	pós verbal	15%	40%

¹² Houve, ao todo, 4 ocorrências de orações subordinadas reduzidas de infinitivo flexionado (cf. 6.1.1., Variável Explanatória Tipo de Oração). Em uma dessas ocorrências, porém, a preposição não antecedeu imediatamente o verbo, tendo ocorrido entre ambos um pronome pessoal: *é para vocês se divertirem mesmo* POA, I, F

Em linhas gerais, pode-se dizer que o efeito da coordenação tanto sobre as *subordinadas desenvolvidas*, quanto sobre as *subordinadas reduzidas de infinitivo*, é o mesmo e consiste em uma diminuição da frequência da colocação pré-verbal - o índice de 98% em favor da colocação pré-verbal, nas *subordinadas desenvolvidas*, passa a 85%, quando essas orações figuram em estrutura de coordenação; nas *subordinadas reduzidas de infinitivo*, dá-se o mesmo decréscimo, passando a preferência pela colocação pré-verbal de 73%, no primeiro caso, para 60%, no segundo.

Também no século XVI se observou a interferência da coordenação, no sentido de atenuar os padrões de ordem dos clíticos nas *orações subordinadas desenvolvidas e reduzidas*. Com relação inicialmente às *orações subordinadas desenvolvidas*, o padrão de colocação deixou de ser categoricamente pré-verbal, podendo-se verificar ocorrências de *orações subordinadas desenvolvidas em estrutura de coordenação* com o clítico em posição pós-verbal.

Constata-se, assim, que, em ambas as sincronias, o caráter da interferência da coordenação sobre o padrão de colocação dos clíticos nas *subordinadas desenvolvidas* é o mesmo, caracterizando-se por uma maior permissividade quanto à ocorrência da variante pós-verbal. Todavia, vale ressaltar que, enquanto no português brasileiro as ocorrências de *orações subordinadas desenvolvidas em estrutura de coordenação* com o clítico em posição pós-verbal apresentam uma frequência relativa de 15%, no século XVI, essa frequência é de apenas 03%, de modo que, mais uma vez, o grau de variação observado para o português brasileiro contemporâneo é maior que aquele observado no século XVI.

O efeito da coordenação sobre as *orações subordinadas reduzidas de infinitivo* apresenta resultados distintos no século XVI e no português brasileiro. No século XVI, o padrão de ordem dos clíticos nas *orações subordinadas reduzidas de infinitivo* deixa de ser categoricamente pós-verbal e passa a variável, com um índice de preferência pela

colocação pós-verbal de 78%, quando esse tipo de oração figura em estrutura de coordenação. No português do Brasil, como já se observou, essas orações, mesmo não havendo qualquer elemento à esquerda do verbo, já apresentam um padrão de ordem variável, sendo, contudo preferida a variante pré-verbal de colocação do clítico (73%). Figurando em estrutura de coordenação, o padrão de ordem dos clíticos nessas orações continua variável, observando-se, porém, um decréscimo da preferência pela colocação pré-verbal, que passa a 60%. Mas, se os resultados são aparentemente divergentes, o efeito da coordenação é essencialmente o mesmo, coincidindo com aquele que se observou para as orações subordinadas desenvolvidas, ou seja, a coordenação de orações subordinadas determina um enfraquecimento do padrão de colocação do clítico que se verifica quando essas orações não figuram como segundo membro numa estrutura de coordenação.

d. Tabulação Cruzada IV: Orações Principais ou Absolutas X Elemento que Antecede o Verbo

Embora se tenha reafirmado ser a variabilidade posicional o traço definidor do comportamento sintático dos clíticos nos diversos tipos de oração analisados, o grau dessa variabilidade está, contudo, subordinado não apenas ao tipo de oração em que o clítico ocorre, mas também à natureza do elemento que figura em posição pré-verbal, conforme já se enfatizou na apresentação dos resultados obtidos para os fatores da variável explanatória elementos que antecedem imediatamente o verbo (cf. 6.1.2.). A fim de tornar mais clara a compreensão sobre a diversidade dessa influência, apresento, a seguir, os resultados obtidos para a colocação dos clíticos nas orações principais ou absolutas (o tipo de estrutura oracional em que mais se percebe a

extensão dessa influência), discriminando os vários elementos que ocorreram à esquerda do verbo:

Elemento antes do verbo	Colo- cação	Tipo de Oração
		Principais ou Absolutas
Nenhum	pré verbal	55%
	pós verbal	45%
Or. subordinadas	pré verbal	67%
	pós verbal	33%
SAdv's/ SPrep's circ. ou argumentais	pré verbal	88%
	pós verbal	12%
SN sujeito nominal	pré verbal	90%
	pós verbal	07%
SN sujeito pronome pessoal	pré verbal	100%
	pós verbal	0%
SAdv de Negação	pré verbal	100%
	pós verbal	0%

No quadro acima, observa-se uma progressão nos índices relativos à colocação pré-verbal do clítico nas orações principais ou absolutas, que decorre fundamentalmente da natureza do elemento situado à esquerda do verbo. Assim, num extremo da escala estão os fatores que menos favoreceriam à anteposição do clítico, a ausência de qualquer elemento à esquerda do verbo e a ocorrência de uma oração subordinada nessa posição, que determinam, respectivamente, as frequên-

cias relativas de 55 e 67%. No pólo oposto estão aqueles fatores em que a anteposição do clítico constitui uma regra categórica nesse tipo de estrutura oracional: o *SN* sujeito *pronome pessoal* e o *SAdv* de negação.

Estando o menor valor da frequência da colocação pré-verbal relacionado à ausência de qualquer elemento à esquerda do verbo, conclui-se que a presença de um elemento anteposto ao verbo seja, por si só, um fator favorecedor do crescimento da frequência relativa da colocação pré-verbal. Contudo, devem ser destacados como elementos altamente favorecedores da regra de anteposição do clítico nesse contexto (além daqueles com os quais essa regra é categórica) o *SN* sujeito nominal, com 90% de ocorrência da colocação pré-verbal, e os *SAdv's/SPrep's*, com 88%.

6.1.4. TEMPO E MODO DO VERBO

Fatores	pré-verbal		pós-verbal	
	N	%	N	%
Futuros do Indicativo	09/09	100	-	-
Imperativo	06/06	100	-	-
Indicativo/ Subjuntivo	477/536	89	59/536	11
Infinitivo	48/67	72	19/67	28
Infinitivo Flexionado	04/04	100	-	-
Gerúndio	04/13	31	09/13	69
Total	548/635	86	87/635	14

6.1.4.1. Formas Finitas do Verbo:

Junto às formas verbais do indicativo e do subjuntivo (exceituando-se as do futuro do indicativo), o padrão de colocação do clítico aproximou-se bastante do padrão geral (86% para a colocação pré-verbal contra 14% da colocação

pós-verbal). Não havendo nada que destaque esse fator na explicação da colocação do clítico, passo a comentar os resultados dos fatores que podem apresentar algum interesse, em função do que foi observado na amostra do português quinhentista e do que prescrevem as gramáticas normativas.

a) Formas do Futuro do Indicativo:

Registraram-se apenas 9 enunciados com clíticos adjacentes a formas verbais no *futuro do presente* ou do *pretérito*, não ocorrendo em nenhum deles a variante intraverbal de colocação do clítico.

Julgo que a ausência da colocação intraverbal, no *corpus* analisado, além de se poder explicar pela configuração sintática dos enunciados em que as *formas de futuro* ocorreram, possui uma razão mais profunda.

A colocação intraverbal é entendida, neste trabalho, como um caso particular da colocação pós-verbal, que se verifica com as formas verbais do *futuro do presente* e do *pretérito*. Ou seja, considera-se que a colocação intraverbal do clítico é determinada pela presença de *formas do futuro do indicativo* em contextos definidos como de colocação pós-verbal. A partir da análise da interferência das variáveis *tipo de oração* e *elementos que antecedem imediatamente o verbo*, pôde-se estabelecer que, na amostra lingüística do português brasileiro analisada, não há um contexto sintático sequer em que ocorra exclusivamente a colocação pós-verbal do clítico, e o único contexto significativo em que este tipo de colocação é amplamente majoritário são as *orações subordinadas reduzidas de gerúndio*. Ora, se a colocação intraverbal é um tipo especial da colocação pós-verbal, motivada por razões de ordem morfológica - a morfologia das formas verbais do *futuro do indicativo* -, na medida em que a colocação pós-verbal deixa de ser obrigatória em qualquer contexto sintático, tornando-se, além disso, um tipo de colocação com frequência relativamente baixa, esse fato se

refletiria sobre a colocação intraverbal, que deixaria de ocorrer ou, pelo menos, passaria a ser esporádica.

Considerando especificamente os enunciados em que se atestaram as formas de futuro do indicativo no corpus, observa-se que, em sua maioria, esses enunciados se caracterizam por restringirem bastante a variabilidade posicional do clítico em favor de uma regra quase categórica de colocação pré-verbal. Do total das 9 abonações de formas de futuro, 6 dividiram-se justamente entre orações subordinadas desenvolvidas e orações com verbo antecedido por SAdv de negação ou por SN sujeito pronome pessoal:

- . aquele advogado que a defenderia RE,III,M

- . não se faria uma aplicação sem um estudo de caso POA,II,F

- . eu me ocuparei aqui do delicado problema do patrocínio RE,III,M

Apenas em 3 das suas abonações, as formas de futuro ocorreram em contextos caracterizados por uma certa variabilidade posicional do clítico, tendo-se obedecido, contudo, a tendência geral de se antepor o clítico ao verbo:

- . a partir daí, a transigência se tornaria prejudicial RE,III,M

- . e me daria por satisfeito RE,III,M

Esta análise da colocação dos clíticos no português brasileiro culto contemporâneo é feita a partir de um corpus lingüístico de natureza oral. Esse corpus se caracteriza ainda por ser constituído apenas de registros que, do ponto de vista estilístico, se definem como *elocuições formais*. Não se tendo atestado ocorrências da variante intraverbal de colocação do clítico em um corpus dessa natureza, vale referir, uma particularidade de um dos inquéritos lingüísticos analisados, pelo que pode informar sobre os condicionamentos de natureza extralingüística a que está submetida a colocação dos clíticos no português brasileiro. Trata-se do inquérito identificado por RJ,I,F, em que a

informante, uma professora universitária de Língua Portuguesa, está dando uma aula. Nesse inquérito, registraram-se duas ocorrências da variante intraverbal de colocação do clítico, em um momento em que a informante deixa de falar e passa a fazer a leitura de um texto escrito por si mesma:

. Ater-nos-emos à forma escrita da linguagem
RJ,I,F

. Far-se-ão sugestões de modificações do programa
de Língua Portuguesa RJ,I,F

Essas duas ocorrências remetem-nos a um outro aspecto da questão, que aqui será apenas referido, que é a diversidade do comportamento lingüístico do falante culto face à sintaxe dos clíticos, quer esteja em situação de comunicação oral, quer esteja em situação de comunicação escrita. Observe-se que, em ambas as ocorrências as formas de futuro figuram em posição inicial de oração, o contexto sintático, como já disse, para o qual a norma lingüística difundida pelo sistema escolar brasileiro é mais incisiva na exigência da colocação pós-verbal do clítico. Embora, conforme avalia Celso Cunha (1981a:225), esta seja uma das regras que "violentam duramente a realidade lingüística brasileira", viu-se que, no corpus analisado, o percentual de obediência a essa regra atingiu o expressivo índice de 45%, fato que se considerou revelador da influência das variáveis nível de escolaridade e estilo sobre a colocação dos clíticos no português do Brasil. Se o nível de escolaridade e o estilo são variáveis produtivas na análise do comportamento heterogêneo dos clíticos no português brasileiro, também é pertinente considerar a influência da modalidade do registro, se oral ou escrita. Nesse sentido, sendo a colocação intraverbal rara ou até inexistente, na fala culta formal, na escrita culta formal, esse tipo de colocação poderá ser preservado, sobretudo em se tratando do contexto sintático acima referido, já que tal contexto é tratado pela escrita culta formal como um contexto de regra categórica de colocação pós-verbal do clítico.

Um outro aspecto que não se pode deixar de referir, quando se trata da relação entre a colocação intraverbal e modalidade do registro, diz respeito ao fato de que as formas de futuro do indicativo são de emprego pouco freqüente na língua falada. Enquanto o futuro do presente é normalmente substituído por locuções verbais - constituídas: (i) do presente do indicativo do verbo *ir* + infinitivo do verbo principal, ou (ii) do presente do indicativo do verbo *ter* + preposição *de* + infinitivo do verbo principal - ou pelo presente do indicativo, o futuro do pretérito, em afirmações condicionadas do tipo "Sem a sua interferência, eu estaria perdido", pode ser substituído pelo imperfeito do indicativo, do que resulta "Sem a sua interferência, eu estava perdido" (cf. Cunha, 1981a:315-317).

Porém, não obstante as considerações feitas acima, o fato fundamental que explica a ausência da colocação intraverbal na amostra analisada é o de que, sendo um tipo especial da colocação pós-verbal, a colocação intraverbal deve ser vista como uma função da vitalidade da regra de posposição do clítico ao verbo. Assim, o enfraquecimento da regra de posposição do clítico que se verifica no português do Brasil conduz ao desaparecimento da colocação intraverbal.

b) Formas do Imperativo:

De acordo com referência feita na Metodologia, segundo Cegalla (1979:346), no que tange às orações imperativas afirmativas, o português contemporâneo apresentaria o clítico categoricamente em posição pós-verbal, enquanto, no português clássico, o padrão de ordem dos clíticos nesse tipo de estrutura seria variável.

Para o corpus lingüístico representativo do século XVI, concluiu-se que as regras de colocação dos clíticos, em orações imperativas afirmativas, não diferem das observadas para as demais formas finitas do verbo, estando condicionadas, portanto, ao efeito conjugado da interferência das variáveis tipo de oração e elementos que antecedem

imediatamente o verbo. Para o *corpus* do século XVI, observou-se ainda que o índice de quase 80% em favor da colocação pós-verbal do clítico em orações imperativas afirmativas não derivava da natureza das formas verbais do imperativo em si, mas refletia o fato de que essas formas ocorriam em contextos em que a posposição do clítico ao verbo era categórica ou amplamente majoritária, ou seja, a sua ocorrência se verificava em *orações principais ou absolutas com verbo em posição inicial* ou em *orações coordenadas aditivas, introduzidas pelo coordenante e.*

Observando o comportamento dos clíticos em orações imperativas afirmativas do *corpus* lingüístico representativo do português brasileiro culto contemporâneo, a conclusão a que se chega - apesar do índice de 100% de colocação pré-verbal - não difere essencialmente da conclusão a que se chegou para o século XVI, na medida em que mais uma vez se conclui que as formas verbais do imperativo não são em si mesmas favoráveis a um ou outro tipo de padrão de ordem do clítico. A ocorrência apenas da colocação pré-verbal junto às formas do imperativo reflete o fato de que, no *corpus* analisado para o português brasileiro, essa é a variante majoritária de colocação do clítico, tanto nos contextos sintáticos em que as formas de imperativo podem ocorrer, quanto no demais contextos sintáticos, excetuando-se apenas as *orações reduzidas de gerúndio.*

Vejam-se, a seguir, as ocorrências em que no *corpus* do português brasileiro o clítico está adjacente a formas verbais do imperativo afirmativo:

- . Se lembrem da...da...da fonte de infecção que eu falei SSA,I,F
- . Eduardo, me diga uma coisa RE,II,F¹³
- . agora o senhor se levante e vá RJ,III,M

¹³ Há ainda uma sexta ocorrência exatamente igual a essa.

. e daí vocês façam o cruzamento e me digam o que é que deu POA, I, F

. e me digam o que vocês encontraram RE, II, F

Em seu conjunto, essas ocorrências permitem ainda visualizar-se o afastamento que se verifica no português brasileiro entre a norma lingüística difundida pelo sistema de educação formal - aqui designada "norma padrão" - e a norma lingüística que se depreende dos atos de fala das pessoas formadas por esse sistema - ou "norma culta".

6.1.4.2. Formas Não Finitas do Verbo:

Passo a seguir à análise das formas nominais do verbo, diante das quais atestei no *corpus* analisado a ocorrência do clítico: o infinitivo e o gerúndio¹⁴.

¹⁴ As abordagens tradicionais sobre a colocação dos clíticos, em português, são unânimes em afirmar que "não se dá a ênclise ou a próclise com os participios verbais" e ainda que "quando o participio vem desacompanhado do auxiliar, usa-se sempre a forma oblíqua regida de preposição" (Cunha e Cintra, 1985:302). É sabido, contudo, que no português do Brasil é comum a próclise ao participio nos tempos compostos e locuções verbais. Quanto à ocorrência da colocação pós-verbal diante de participio nos tempos compostos e locuções verbais e ainda à ocorrência do clítico diante de participio desacompanhado, trata-se de fato de construções inusitadas. Apesar de não encontrado tais construções no *corpus* que analisei, tenho tido a oportunidade de observar, ainda que de forma assistemática, a ocorrência desses fatos em jornais de grande circulação no Estado da Bahia, e considerarei pertinente mencioná-los. Observem-se, abaixo, alguns desses exemplos:

. "Withon está estudando o aproveitamento do espaço, tendo dito-me que tem idéias excelentes e entusiasmado apoio de Aquiles Mônaco".
(Tribuna da Bahia, Caderno 2, Coluna Cinema, 10 de abril de 1992, p.4)

. "Kertész, que não se pronunciou oficialmente sobre o assunto, se sentiu estimulado a partir para a disputa depois de analisar os resultados favoráveis lhe conferidos pelas últimas pesquisas

a) Infinitivo e Infinitivo Flexionado:

Nas orações reduzidas de infinitivo, ao passo que, para os casos em que o verbo não apresentou marcas flexionais, o índice de colocação pré-verbal do clítico foi de 72% (ou seja, 14 pontos percentuais abaixo da frequência geral), para os casos em que o infinitivo se apresentou flexionado, esse índice se eleva para a marca dos 100%.

Contudo, não se podem fazer maiores afirmações sobre a influência do infinitivo flexionado sobre o padrão de colocação dos clíticos uma vez que, enquanto o índice de 72% de colocação pré-verbal junto às formas de infinitivo foi obtido a partir de um conjunto de 67 ocorrências, o índice de 100% de colocação pré-verbal junto às formas de infinitivo flexionado derivou de um universo de apenas 4 ocorrências¹⁵. Além disso, enquanto os infinitivos ocorreram tanto

de opinião pública, nas quais chegou a aparecer em segundo lugar."

(Tribuna da Bahia, 27 de março de 1992, p. 3)

¹⁵ Deve ser aqui referido que, no português do Brasil, parece ser pouco freqüente o uso do infinitivo flexionado, o que pode ser explicada pela tendência geral à simplificação da flexão verbal nessa variante do português. Sem ter feito uma observação sistemática pude notar, no corpus analisado, que, em um total de 12 enunciados que se caracterizavam como contextos de infinitivo flexionado, em 8 ocorrências - 66% - não houve flexão do verbo. Vejam-se a seguir alguns exemplos:

. a parte mais difícil do teste é se adaptar esses padrões SP,I,F

. Façam um quadrinho; não tem como se perder POA,I,F

. havia uma necessidade de se pegar essas crianças SP,I,F

. contra as expectativas dos especialistas da indústria cinematográfica norte-americana, os públicos latino-americanos, inclusive o brasileiro, foram os primeiros a se acostumar SP,III,M

em orações reduzidas regidas por preposição, quanto em orações reduzidas não regidas por preposição, os infinitivos flexionados ocorreram apenas em orações reduzidas regidas por preposição.

Assim, o fato que deve ser aqui destacado é o de que a morfologia do infinitivo se apresenta como um fator resistente à generalização da regra de anteposição do clítico no português brasileiro contemporâneo, expressa pela queda de 14 pontos na frequência dessa regra, inicialmente referida.

b) Gerúndio:

Dentre todos os fatores da variável explanatória *tempo e modo do verbo*, as formas de gerúndio se destacam por favorecerem majoritariamente a colocação pós-verbal do clítico, subvertendo assim o padrão geral de colocação dos clíticos no português brasileiro contemporâneo. A frequência relativa de 69% da colocação pós-verbal torna a morfologia do gerúndio um fator estrutural que desempenha um papel significativo na explicação da colocação do clítico do português. A grande questão que se coloca é: por que o incremento da regra de anteposição do clítico, que se verifica no português do Brasil, mesmo em sua fala culta, em contextos em que a resistência gramatical é mais intensa, não se verifica junto às formas do gerúndio? E, pois, o gerúndio o único fator que, no plano morfossintático, não se subordina à tendência geral observada no desenvolvimento histórico do português do Brasil.

6.1.5. O CLÍTICO:

6.1.5.1. Os clíticos no português brasileiro contemporâneo

Na amostra da norma culta do português brasileiro contemporâneo analisada, foram encontrados os seguintes clíticos: *me*, *te*, *se*, *o*, *lhe* e *nos*. Comparando-se o conjunto de formas de clíticos depreendido da amostra lingüística do português brasileiro com o conjunto de formas do século XVI, observam-se duas diferenças:

(i) a ausência da forma *vos*, relativa à segunda pessoa do plural podendo-se afirmar, de resto, ser essa uma forma totalmente extinta no português brasileiro contemporâneo, em qualquer das suas variantes diatópicas, diafásicas ou diastráticas;

(ii) a não ocorrência de dois clíticos em uma mesma oração¹⁴;

Do conjunto de formas, o *se* é o clítico que mais se atesta, atingindo, em seus diversos valores conjuntamente - *se reflexivo/inerente* (37%), *se índice de indeterminação do sujeito* (6%) e *se partícula apassivadora* (35%) - 78% do total dos dados analisados.

Segundo a tradição gramatical, enquanto o *se* apassivador ocorre em construções em que uma terceira pessoa verbal, singular ou plural, concorda com o sujeito não animado, o *se* indeterminador ocorre junto à terceira pessoa do singular de verbos intransitivos ou de transitivos tomados intransitivamente. O *corpus* lingüístico do português do Brasil apresenta, todavia, uma particularidade não observada no *corpus* do século XVI e que põe alguns problemas para a classificação do *se*: trata-se de construções originalmente passivas, que deixam de assim ser analisadas,

¹⁴ A respeito de construções desse gênero, afirmam Cunha e Cintra (1985:300): "No Brasil, quase não se usam as combinações *mo*, *to*, *lho*, *no-lo*, *vo-lo*, etc. Da língua corrente estão de todo banidas e, mesmo na linguagem literária, só aparecem geralmente em escritores um tanto artificiais"

o que se evidencia através da ausência de concordância entre o verbo transitivo e o SN inanimado, que, de acordo com o padrão, deveria ser interpretado como o sujeito da passiva. A ausência de concordância - que se afirma ser uma regra categórica na variante lingüística de falantes não escolarizados ou originários de classes sociais baixas, e talvez quase categórica mesmo entre falantes escolarizados ou de classes sociais mais elevadas quando em contexto informal - é, no corpus aqui analisado, uma regra variável. Observem-se, a esse respeito, alguns exemplos abaixo referidos:

- . Distingue-se três fases da doença SSA,I,F
- . davam-se informações não só de literatura, mas da realidade brasileira RJ,I,F
- . a essa inferioridade econômica se soma inegavelmente inúmeros casos RE,III,M
- . além de se chegar ao plano muscular, se retiram os elementos musculares SSA,II,F
- . ela foi feita desenfreadamente sem que se questionasse, sem que se problematizasse os fundamentos RE,I,F¹⁷

Diante de tal variabilidade, pôs-se, então, o problema de saber para as ocorrências caracterizadas pela não concordância verbal, se se classificaria o se como índice de indeterminação do sujeito, tal como interpretado pelos falantes, ou, considerando o fato de não se tratar de ocorrências com verbos intransitivos, se se lhe atribuiria o estatuto de se apassivador. Por se tratar de uma regra variável e considerando ainda a dificuldade de interpretar os casos em que o SN inanimado fosse singular, não se tendo,

¹⁷ Atente-se para o fato de que a concordância é uma regra variável apenas quando o SN, que em princípio deveria concordar com o verbo, ocorre em posição pós-verbal. Quando se mantém a ordem básica da frase, como, por exemplo em *Os bens culturais se classificam em duas categorias primordiais* SSA,III,M o verbo flexiona-se categoricamente nesse corpus.

portanto, como saber, qual o tipo de interpretação dada pelo falante ao *se*, optou-se pela segunda alternativa.

Enquanto o *se* sobressai aos demais clíticos, devido a sua alta incidência, o *te* destaca-se pelo motivo contrário: suas duas ocorrências correspondem a menos de 1% do total. A ausência dessa forma na amostra lingüística do século XVI foi interpretada como um índice da natureza formal dos documentos analisados. Também na amostra lingüística do português brasileiro a sua baixa incidência reflete a formalidade das elocuições analisadas, além de derivar da natureza não dialógica dos inquéritos. Contudo é preciso atentar ainda para o fato de que, no português do Brasil, se deu uma reestruturação no quadro morfológico dos pronomes pessoais, reestruturação essa que, dentre outros aspectos, praticamente aboliu em todo o território, à exceção de zonas do sul do país, o uso do pronome pessoal sujeito *tu*. A substituição do pronome pessoal *tu* pelo pronome de tratamento *você*, embora não tenha levado ao desaparecimento do clítico acusativo-dativo *te*, permitiu que o uso dessa forma alternasse com o uso do *lhe* cumprindo esse último muitas vezes não apenas o papel de clítico dativo, mas também de clítico acusativo. Assim, a baixa incidência do clítico *te*, na amostra do português do Brasil, pode ser motivada tanto pela natureza formal e geralmente não dialógica dos inquéritos, como pode também resultar do fato de outra forma poder cumprir a sua função. Quanto às duas ocorrências de *te*, atestadas nessa amostra, deve-se referir que provêm justamente de informantes originários de Porto Alegre, cidade localizada em zona de preservação do *tu*.

Feitas essas observações iniciais e de caráter mais genérico, passo a considerar a seguir a relação que existiria entre o clítico e a sua própria ordem na estrutura frasal.

6.1.5.2. A colocação do clítico em função da variável o clítico

Fatores	pré-verbal		pós-verbal	
	N	%	N	%
ME	66/69	96	03/69	04
TE	02/02	100	-	-
O(S), A(S)	13/28	46	15/28	54
LHE(S)	06/11	55	05/11	45
NOS	26/29	90	03/29	10
SE reflexivo/ inerente	203/235	87	30/235	13
SE índice de indeterm.	27/36	75	09/36	25
SE apassiv.	203/225	90	22/225	10
Total	548/635	86	87/635	14

-235 47
 36 713
 225
 496 45

Quando da análise do corpus do século XVI, os resultados obtidos acerca de uma possível interferência do clítico sobre a sua própria ordem na frase não permitiram atribuir a essa variável explanatória qualquer importância, no sentido de explicar a diversidade dos padrões de colocação atestados. Contudo, no que tange ao português brasileiro contemporâneo, já não se pode afirmar o mesmo, havendo fortes razões para se pensar que o clítico seja um elemento relevante na definição da sua própria colocação na estrutura frasal.

Para ilustrar a afirmação anterior, tecerei alguns comentários acerca dos padrões de ordem dos clíticos em dois tipos de orações - orações principais/absolutas, com verbo em posição inicial e orações subordinadas reduzidas, regidas por preposição -, a fim de demonstrar que o padrão obtido em cada um dos casos, dentre outros aspectos, relaciona-se também ao clítico presente em cada enunciado.

435

1266

514

a) Orações Principais/Absolutas, com Verbo em Posição Inicial

Em *orações principais ou absolutas, com verbo em posição inicial*, o índice de colocação pré-verbal é de 55% e o de colocação pós-verbal de 45% (cf. *Tabulação Cruzada I*). Disse anteriormente que considerava poder explicar-se a frequência relativa da colocação pós-verbal nesse contexto não apenas por razões estruturais, mas também por razões extralingüísticas. A razão extralingüística apontada foi o fato de os informantes que integram a amostra aqui analisada serem falantes de nível escolaridade superior, conhecedores, portanto, da regra de que não se pode começar período com pronome oblíquo átono.

Todavia, considero ser também importante, na definição da ordem do clítico nesse contexto, uma variável de ordem estrutural, ou seja, o próprio clítico. Nesse sentido, é preciso notar que, em 100% das ocorrências de colocação pós-verbal aí atestadas, o clítico em questão é o *se*. Além do clítico *se*, ocorreu ainda nesse contexto o clítico *me*, que, contudo, esteve sempre em posição pré-verbal. Observe-se que o clítico *me* foi justamente o que apresentou, no conjunto das suas ocorrências, o índice mais alto de colocação pré-verbal, isto é, 96%. Dizer que em 100% das ocorrências de colocação pós-verbal observadas o clítico em questão é o *se*, não significa, porém, afirmar que, em ocorrendo nesse contexto, o clítico *se* deva estar categoricamente posposto ao verbo. Em *orações principais ou absolutas, com verbo em posição inicial*, foram computadas 25 ocorrências do clítico *se*, sendo que, destes, 13 - 52% - ocorreram em posição pós-verbal e 12 - 48% -, em posição pré-verbal.

Na apresentação das variáveis explanatórias estruturais adotadas para a análise da sintaxe dos clíticos neste trabalho, vimos que Monteiro (1991:314) apresenta, como sugestão para explicar o comportamento sintático do *se*, a idéia de que "a construção passiva favorece a posposição do

se como estratégia de diferenciação face aos demais valores desse clítico". Digo sugestão, pois esse autor, ao examinar o comportamento de cada clítico face a sua própria colocação não discrimina os diversos valores do *se* e, portanto, não os observa individualmente, mas apenas em conjunto. Tendo feito tal discriminação, apresentarei, a seguir, os resultados obtidos para o comportamento do *se*, segundo seus diversos valores, nas orações principais ou absolutas com verbo em posição inicial:

e. Tabulação Cruzada V: Orações Principais/Absolutas com Verbo em Posição Inicial X Clítico SE

Clítico	Colo- cação	Tipo de Oração	
		Oração Principais/Absolutas com Verbo em Posição Inicial	
se apassiv.	pré verbal	50%	07
	pós verbal	50%	07
se indeterm.	pré verbal	-	-
	pós verbal	100%	03
se reflex.	pré verbal	62%	05
	pós verbal	38%	03

Esses resultados, em princípio, não corroboram a explicação sugerida por Monteiro (1991), na medida em que o *se* *apassivador* não apresenta um índice particularmente significativo de colocação pós-verbal; observe-se, inclusive, que o comportamento do *se* *indeterminador* é até mais expressivo, nesse sentido, já que em todas as suas ocorrências, apesar de estas serem apenas três, esse clítico está situado em posição pós-verbal.

Esclareci, anteriormente, que o critério aqui adotado para distinguir o *se* *apassivador* do *se* *indeterminador* baseou-se em critério estabelecido pela tradição gramatical, segundo o qual, enquanto o *se* *apassivador* ocorre em construções em que uma terceira pessoa verbal, singular ou plural, concorda com o sujeito não animado, o *se* *indeterminador* ocorre junto à terceira pessoa do singular de verbos intransitivos ou de transitivos tomados intransitivamente. Ou seja, um aspecto fundamental dessa distinção foi o fato de o verbo ser transitivo ou intransitivo.

Esse não é, contudo, um critério que se adote sem divergências na literatura lingüística. Veja-se, por exemplo que Mattoso Câmara (1979), ao afirmar que, no Brasil, a colocação pós-verbal do clítico só seria espontânea em *se* tratando "da partícula pronominal *se* em perífrase verbo-pronominal para indicar uma atividade sem sujeito determinado", fornece como exemplo para o que seria um caso de sujeito indeterminado um enunciado, cujo verbo é transitivo direto: *vende-se o livro*.

Todavia, o critério que aí se entrevê não é sintático, mas semântico. A partir desse critério, podem-se reunir, portanto, como enunciados com sujeito indeterminado, tanto os que apresentam verbos transitivos diretos - em que a função sintática do sujeito pode ser desempenhada por um SN com o qual o verbo concorde ou pelo clítico nominativo *se*, nos casos em que o SN deixe de ser sintaticamente interpretado como sujeito -, quanto os que apresentam verbos intransitivos - em que a função sintática do sujeito é também desempenhada pelo clítico nominativo *se*, não incluído pela tradição gramatical entre os pronomes que desempenham a função de sujeito em português.

Apoiando-me nessa interpretação, procedi à reunião dos dois tipos de *se*, acima diferenciados em *se* *apassivador* e *se* *indeterminador*, a fim de observar se, diante do terceiro *se*, o *reflexivo/inerente*, se poderiam flagrar comportamentos

divergentes entre os dois grupos. A situação que se me apresentou foi a seguinte:

f. Tabulação Cruzada VI: Orações Principais/Absolutas com Verbo em Posição Inicial X Clítico SE

Clítico	Colo- cação	Tipo de Oração	
		Oração Principais/Absolutas com Verbo em Posição Inicial	
se apassi./ indeterm.	pré verbal	41%	07
	pós verbal	59%	10
se reflex.	pré verbal	62%	05
	pós verbal	38%	03

Os padrões de ordem do clítico obtidos, após a reunião dos dois grupos, foram praticamente inversos. Deixemos, portanto, claro em que consiste exatamente o problema. Observem-se os enunciados a seguir:

- (i) Os bens culturais se classificam em duas categorias primordiais SSA, III, M
- (ii) Classificam-se os bens culturais em duas categorias principais
- (iii) Classifica-se os bens culturais em duas categorias primordiais

O que de fato se pode concluir é que a posposição do se nas estruturas (ii) e (iii) parece funcionar como uma estratégia para marcar o sujeito semanticamente indeterminado. Essa estratégia não determinaria, contudo, uma regra categórica, antes atuaria como um fator de favorecimento da colocação pós-verbal, o que explica a maior frequência dessa colocação, em relação à encontrada para o se reflexivo/inerente nesse mesmo contexto.

b) Orações Subordinadas Reduzidas de Infinitivo, Regidas por Preposição:

Em orações subordinadas reduzidas de infinitivo, introduzidas por preposição, o índice de colocação pré-verbal do clítico é de 73% (32) e o de colocação pós-verbal de 27% (12)¹⁰. As freqüências relativas de cada clítico nesse tipo de oração são apresentadas no quadro abaixo:

g. Tabulação Cruzada VII: Orações Subordinadas Reduzidas de Infinitivo, Introduzidas por Preposição X Clítico

Clítico	Colo- cação	Tipo de Oração	
		Oração Subordinada Reduzida de Infinitivo Regida por Preposição	
me	pré	100%	01
	pós	-	-
se indeterm.	pré	100%	03
	pós	-	-
se apassiv.	pré	100%	13
	pós	-	-
se reflex.	pré	88%	15
	pós	12%	02
lhe	pré	-	-
	pós	100%	01
o(s), a(s)	pré	-	-
	pós	100%	09
TOTAL	pré	73%	32
	pós	27%	12

¹⁰ Não se está considerando aqui o conjunto das 53 orações subordinadas reduzidas de infinitivo, regidas por preposição, atestadas nessa amostra, mas apenas as 44 em que, entre a preposição e o verbo, não há qualquer elemento.

A Tabulação Cruzada apresentada, deixa ver, muito claramente, que o fato de o clítico situar-se em posição pré ou pós-verbal em uma *oração subordinada reduzida de infinitivo, regida por preposição* relaciona-se ao próprio clítico presente em cada enunciado. Nesse sentido, vale ressaltar o tratamento particular que esse tipo de oração confere ao clítico *o(s),a(s)*, que, nas suas 09 abonações, está sempre em posição pós-verbal. Considerando, isoladamente, o universo das 12 ocorrências de colocação pós-verbal do clítico, vamos notar ainda que 75% destas correspondem ao clítico *o(s),a(s)* - com 09 ocorrências -, ficando apenas as 25% restantes reservadas a outros clíticos - 17% correspondendo ao *se reflexivo*, com 02 ocorrências, e 08%, ao ao clítico *lhe*, com apenas 01 ocorrência.

Observando, por outro lado, o comportamento do clítico *o(s),a(s)* em *orações subordinadas reduzidas de infinitivo, em estrutura de coordenação*, verifica-se, apesar de serem apenas duas as suas ocorrências nesse tipo de oração, que em ambos os casos a colocação é pós-verbal. Esse fato sugere que a colocação pós-verbal do clítico *o(s),a(s)* seja uma constante nas *orações subordinadas reduzidas de infinitivo, regidas por preposição*, não por essas orações em si mesmas, mas, antes, devido a um fator de ordem morfológica, ou seja, a forma do infinitivo verbal.

Corrobora tal interpretação a ocorrência mencionada a seguir, em que se verifica a colocação pós-verbal do clítico em *oração subordinada desenvolvida, em estrutura de coordenação*:

. se não tiver ela, não recebê-la, ele, o príncipe, vai morrer PDA,III,M

Trata-se de uma ocorrência interessante não apenas pelo que revela sobre a sintaxe dos clíticos, como também por exemplificar o que Celso Cunha (1986:200) diz ser o "caráter vacilante" ou o "acentuado polimorfismo" do português brasileiro. No caso particular da ocorrência referida, essas

características ficam evidentes através da alternância entre o uso do clítico acusativo e o uso da forma nominativa do pronome de terceira pessoa, na realização do objeto direto.

No enunciado acima referido, os verbos *ter* e *receber* ocorrem em orações subordinadas condicionais (sendo a segunda, uma oração subordinada em estrutura de coordenação) e apresentam a forma flexionada correspondente ao futuro do subjuntivo. O verbo *receber*, como os demais verbos regulares, apresenta isomorfia entre as formas de futuro do subjuntivo e as do infinitivo flexionado, o que não ocorre com *ter*, por ser um verbo com padrão irregular de flexão. Essa divergência do padrão flexional dos dois verbos é o que condiciona, na ocorrência acima, não apenas a alternância de uso entre o clítico acusativo e a forma nominativa do pronome de terceira pessoa, na realização do objeto direto, como também a própria posição ocupada pelo clítico.

6.1.5.3. Comentários finais sobre a variável *o clítico*

Pode-se concluir então que, diferentemente do que ocorre no século XVI, os clíticos constituem uma variável que, combinada, ou não, com outras variáveis estruturais, permeia o processo de incremento generalizado da regra de anteposição do clítico, no português brasileiro culto contemporâneo.

Por um lado, destacam-se como fatores de resistência à generalização da colocação pré-verbal:

- (i) o clítico acusativo de 3ª pessoa junto às formas verbais do infinitivo;
- (ii) o *se* com o verbo em posição inicial, como uma estratégia de indeterminação do sujeito;
- (iii) o *lhe*, que apresenta uma frequência relativa da colocação pré-verbal quase trinta pontos abaixo da frequência geral dessa colocação.

Por outro lado, os clíticos relativos à 1ª pessoa destacam-se como aqueles mais favoráveis à regra geral de anteposição do clítico.

6.1.6. A TONICIDADE DAS FORMAS VERBAIS:

Fatores	pré-verbal		pós-verbal	
	N	%	N	%
oxítonas	170/211	81	41/211	19
paroxítonas	378/424	89	46/424	11
Total	548/635		87/635	14

A consideração da variável estrutural tonicidade das formas verbais pretendeu verificar duas hipóteses:

(i) se as formas verbais oxítonas seriam mais favoráveis que as paroxítonas à colocação pós-verbal dos clíticos;

(ii) se, com as proparoxítonas, os clíticos ocupariam quase categoricamente a posição pré-verbal.

Tanto no corpus lingüístico do século XVI, quanto no corpus do português brasileiro não ocorreram formas verbais proparoxítonas. Em relação às formas verbais oxítonas e paroxítonas, chegou-se, para o português brasileiro culto, à mesma conclusão a que se chegou no século XVI: o comportamento sintático dos clíticos não se distingue em função desses dois tipos de acentuação - nem as formas verbais oxítonas são mais favorecedoras à colocação pós-verbal, nem as paroxítonas, à pré-verbal.

6.2. Variáveis Explanatórias Extralingüísticas:

6.2.1. A NORMA PADRÃO

O *corpus* sobre o qual se baseia a descrição da colocação dos clíticos no português brasileiro contemporâneo, aqui realizada, é constituído por inquéritos lingüísticos que integram o *Projeto de Estudo da Norma Lingüística Urbana Culta no Brasil - Projeto NURC* (cf. *Descrição dos Corpora*). Na fixação dos seus objetivos gerais, esse Projeto apresenta de forma inequívoca uma vocação marcadamente pedagógica. Definem-se como objetivos do Projeto NURC:

1. Disponer de material sistemático que possibilite o estudo da modalidade oral culta da língua portuguesa em seus aspectos fonético, fonológico, morfossintático, sintático, lexical e estilístico;
2. Ajustar o ensino da língua portuguesa, em todos os seus graus, a uma realidade lingüística concreta, evitando a imposição indiscriminada de uma só norma histórico-literária, por meio de um tratamento menos prescritivo e mais ajustado às diferenças lingüísticas e culturais do país;
3. Superar o empirismo na aprendizagem e ensino da língua-padrão pelo estabelecimento da norma culta real;
4. Basear o ensino em princípios metodológicos apoiados em dados lingüísticos cientificamente estabelecidos;
5. Conhecer as normas tradicionais que estão vivas e quais as superadas, a fim de não sobrecarregar o ensino com fatos inoperantes;
6. Corrigir distorções do esquema tradicional da educação brasileira, entravado por uma orientação acadêmica e beletrista.

(Mota e Rollemberg, 1991:10-11)

A delimitação de tais objetivos implica, pois, o entendimento de que, no Brasil, o ensino da língua-padrão se

baseia em modelos lingüísticos distanciados dos padrões de uso presentes na comunicação oral mesmo dos falantes cultos. A primeira vista, essa questão parece encerrar um aspecto paradoxal na medida em que se consideram cultos justamente os falantes com nível de escolaridade superior, falantes para os quais se supõe, conseqüentemente, o domínio dos modelos lingüísticos difundidos pelo sistema de educação formal.

Todavia, antes propriamente de constituir um paradoxo, esse aspecto traduz-se em uma realidade comum nas sociedades ocidentais cujas línguas apresentam uma longa tradição escrita e que, seguindo um dos princípios fixados pela tradição gramatical já desde os gramáticos alexandrinos, estabelecem os modelos lingüísticos a serem prescritos a partir de uma norma histórico-literária prestigiada e que pouco se altera, em comparação ao contínuo elaborar-se da língua falada, do qual também não se exclui a contribuição dos falantes cultos.

Sendo a divergência entre a norma padrão e a norma culta uma realidade comum nessas sociedades, pode-se considerar, entretanto, que deva apresentar graus distintos em virtude de fatores de natureza histórico-social. Assim, tomando-se, por exemplo, a realidade lingüística dos países americanos em oposição à realidade dos países europeus dos quais se transplantaram as línguas aqui faladas, supõe-se ser maior a divergência entre a norma padrão e a norma culta nos primeiros que nos últimos. Ao menos no que tange à língua portuguesa, é sabido que a norma padrão adotada para o ensino escolar tanto no Brasil, quanto em Portugal, está muito mais próxima dos padrões lingüísticos característicos do português europeu culto que do português brasileiro culto. Esse fato, ao mesmo tempo que revela a importação, no caso do Brasil, da norma lingüística padrão européia, sugere também que a língua portuguesa se tenha diversificado mais no Brasil que em Portugal, diversidade essa tão radical, que é capaz inclusive de opor a norma culta brasileira à

portuguesa. A esse respeito, Celso Cunha (1981b:18) faz uma observação precisa:

Esta é, a nosso ver, a primeira distinção que as duas variantes nacionais da língua portuguesa apresentam em sua forma culta: a vigência de uma só norma em Portugal; no Brasil, a ocorrência de dualidade ou assimetria de normas, com predominância absoluta da norma portuguesa no campo da sintaxe, o que dá a aparência de maior coesão do que a real entre as duas modalidades idiomáticas, principalmente na língua escrita.

Já tendo feito, ao longo da descrição do *corpus* lingüístico do português brasileiro, algumas observações sobre divergências e/ou convergências entre os padrões lingüísticos encontrados e os prescritos por gramáticas normativas, pretendo, a seguir, relacionar, de forma mais sistemática, os padrões de colocação dos clíticos obtidos nesse *corpus* com o sinclitismo depreendido a partir de algumas das mais representativas gramáticas normativas brasileiras, a fim de poder estabelecer, quanto ao fato estudado, o grau de aproximação/distanciamento entre a norma culta e a norma padrão.

Em trabalho anterior, realizado em co-autoria (Lobo, Lucchesi, Mota:1991), procedi a uma síntese das prescrições sobre a colocação dos clíticos feitas em cinco gramáticas normativas amplamente utilizadas no Brasil¹, e essa mesma síntese foi aqui considerada para o estabelecimento do confronto com os padrões de colocação dos clíticos encontrados no *corpus* analisado. Tendo constatado não haver total acordo entre as cinco gramáticas consideradas, o procedimento geral adotado para a elaboração da síntese foi o de "arrolar toda prescrição explicitada em pelo menos uma das gramáticas, desde que não houvesse em outra gramática uma prescrição explícita ou implicitamente contrária" (*idem*, *ibidem*: 149).

¹ As gramáticas normativas utilizadas foram Bechara, 1982; Cegalla, 1981; Cunha, 1981; Cunha e Cintra, 1985 e Lima, 1976.

A sirtese elaborada é a que se apresenta a seguir:

1) Indica-se a colocação pós-verbal nos seguintes contextos:

- .Verbo iniciando período;
 - .Verbo precedido apenas por conjunção coordenativa, exceto quando se trata de conjunção alternativa;
 - .Verbo precedido por sujeito nominal²;
 - .Verbo no imperativo afirmativo;
 - .Orações reduzidas de gerúndio, exceto as introduzidas pela conjunção *em*;
 - .Orações reduzidas de infinitivo com ou sem marcas de flexão, não regidas por preposição;
- Observação: nas reduzidas de infinitivo não flexionado, regidas por preposição, admite-se a variabilidade posicional do clítico, exceto quando se trata de ocorrência do clítico *o(s)*, *a(s)* em reduzidas de infinitivo regidas pela preposição *a*, caso em que se indica a colocação pós-verbal;
- .Pausa entre o verbo e o termo antecedente que provoque a anteposição do clítico ao verbo.

2) Indica-se a colocação pré-verbal nos seguintes contextos:

- .Orações subordinadas desenvolvidas, ainda que oculta a conjunção;
- .Orações interrogativas;
- .Orações optativas ou iniciadas por palavra exclamativa;
- .Orações reduzidas de infinitivo flexionado, regidas por preposição;
- .Verbo precedido por sujeito que contém o numeral *ambos* ou algum pronome indefinido;
- .Verbo precedido por palavra negativa;
- .Verbo precedido por certos advérbios como *já*, *só*, etc. ou locuções adverbiais não seguidas de pausa;
- .Verbo precedido por objeto direto ou predicativo do sujeito.

Deve-se esclarecer que, no estabelecimento do confronto que visou a observar o grau de obediência/desobediência dos falantes cultos às regras prescritas, desprezaram-se, entretanto, algumas ocorrências:

² Note-se que o gramático Rocha Lima (1976) também indica a colocação pós-verbal no contexto *verbo precedido por sujeito = pronome pessoal*, contexto, todavia, que não foi aqui considerado por apresentar divergências com tratamento dado por outras gramáticas.

(i) ocorrências para as quais as gramáticas normativas admitiam variabilidade na ordem dos clíticos;

(ii) ocorrências que não se enquadraram em nenhuma das situações previstas;

(iii) ocorrências que se enquadraram em situações sobre as quais as gramáticas normativas divergiam.

Nesse sentido, o número total de ocorrências utilizadas para a análise das variáveis extralinguísticas é menor que o total utilizado para a análise das variáveis estruturais, tendo passado de 635 a 518.

Feito, portanto, o confronto entre as prescrições gramaticais e os dados analisados, os resultados obtidos foram os seguintes:

Norma Culta X Norma Padrão

Obediência à Prescrição Gramatical	Prescrição Gramatical			
	Colocação Pré-verbal		Colocação Pós-verbal	
SIM	330	98%	60	33%
NÃO	08	02%	120	67%

Observando o quadro acima apresentado, vê-se que, enquanto o índice de obediência às prescrições gramaticais que indicam a colocação pré-verbal do clítico é de 98% - obediência, portanto, quase categórica -, a desobediência às prescrições indicadoras da colocação pós-verbal - ou seja, a utilização da colocação pré-verbal em contextos em que a língua-padrão prevê a ocorrência da colocação pós-verbal - atinge o expressivo índice de 67%. A relação entre esses dois resultados faz-nos, por conseguinte, interpretar os 98% de ocorrência da colocação pré-verbal nos contextos em que as gramáticas normativas a indicam não como reflexo da

obediência dos falantes à prescrição gramatical, mas tão somente como produto da convergência entre a regra prescrita e o comportamento habitual dos falantes analisados, que é o de antepor o clítico ao verbo na maioria quase absoluta dos contextos observados.

O índice de 33%, obtido para os casos de observância às prescrições gramaticais que indicam a colocação pós-verbal, parece, contudo, dever-se interpretar como resultado da interferência dos modelos que definem a norma padrão de colocação do clítico sobre a fala culta brasileira.

Finalmente, encontra-se ainda no *corpus* analisado o que se pode chamar de hipercorreção, ou seja, a utilização da colocação pós-verbal em contextos para os quais se prescreve a anteposição do clítico ao verbo. Na concorrência entre as variantes pré e pós-verbal de colocação do clítico, a variante de menor incidência, ou seja, a variante pós-verbal, é aquela que, além de se apresentar como a mais conservadora, a mais formal, também se apresenta, do ponto de vista da avaliação dos falantes, como a variante de maior prestígio social³. Nesse sentido, interpreta-se a utilização da colocação pós-verbal em contextos de colocação pré-verbal como reflexo de atenção particular por parte do falante à norma padrão. Esse não é, todavia, um comportamento freqüente por parte dos falantes analisados, correspondendo a sua ocorrência a apenas 02% do total dos dados.

Na análise que aqui se fez, o comportamento dos clíticos no português brasileiro culto foi caracterizado como variável, com acentuada preferência pela colocação pré-verbal na maioria dos contextos. É sabido que todo processo de mudança lingüística pressupõe a existência de variação, embora nem todo fenômeno variável implique necessariamente mudança, já que alguns fenômenos variáveis podem manter-se

³ "Em geral, a variante considerada padrão é, ao mesmo tempo, conservadora e aquela que goza do prestígio sociolinguístico na comunidade. As variantes inovadoras, por outro lado, são quase sempre não-padrão e estigmatizadas pelos membros da comunidade." (Tarallo, 1986:12).

estáveis ao longo do tempo, constituindo o que se designa na literatura sociolinguística por **variação estável**. Os resultados obtidos no quadro acima podem fornecer argumentos favoráveis à defesa de que o fenômeno variável aqui analisado reflita um processo de mudança em curso no português do Brasil - mudança esta que se caracterizaria por lenta e constante implementação da variante pré-verbal de colocação do clítico em detrimento do uso da colocação pós-verbal - ou, pelo contrário, de que se trate de um caso de variação estável. Vejamos por quê.

A partir dos trabalhos realizados sobretudo por William Labov e seus seguidores, já se pode dispor hoje de um grande conjunto de informações sobre a estruturação sociolinguística das línguas, podendo-se destacar como uma das suas mais importantes contribuições o estabelecimento de uma relação entre o **contínuo das classes sociais** e o **contínuo estilístico**; ou seja, segundo Labov, os traços linguísticos que se estruturam de forma significativa ao longo do contínuo das classes sociais devem exibir comportamento paralelo ao longo do contínuo estilístico. Assim, por exemplo, se um traço linguístico é característico da classe baixa, será também mais comum em estilos menos formais. Na base da variação estilística observada nas línguas, estaria, portanto, a diversidade das relações sociais que se podem estabelecer entre os falantes de uma determinada comunidade linguística⁴.

O fato de, na concorrência entre as variantes pré e pós-verbal de colocação do clítico, a variante mais formal e

⁴ É interessante notar que, para Suzanne Romaine (1985:123), uma estrutura regular dessa natureza não apenas conferiria à teoria linguística um grande poder preditivo, como também, por um processo de extrapolação, permitiria integrar a dimensão social nos estudos históricos, a partir da reconstrução de contínuos estilísticos elaborados. A autora faz, contudo, uma advertência, no sentido de que extrapolações desse gênero sejam sempre tomadas como aproximações da realidade (cf. Capítulo 3, A Metodologia).

prestigiada apresentar, no *corpus* analisado, uma baixa incidência poderia indicar a proximidade da implementação de um processo de mudança, na medida em que esse *corpus* representa, justamente, o pólo mais formal do contínuo estilístico que se pode estabelecer, considerando-se apenas textos orais. Dizendo de forma mais clara: se a ocorrência da colocação pós-verbal é tão baixa mesmo na fala culta formal, supõe-se, então, que esse fato estaria indicando um progressivo caminhar em direção ao desaparecimento da variante pós-verbal de colocação do clítico no português do Brasil, em quaisquer das suas variantes.

Embora a descrição da colocação dos clíticos no português brasileiro contemporâneo esteja aqui circunscrita aos padrões que caracterizariam a norma culta em seu registro formal, estando, portanto, as conclusões deste trabalho subordinadas a esses limites, partindo da correlação estabelecida por Labov entre o contínuo das classes sociais e o contínuo estilístico, se poderia pensar ainda, por um processo de extrapolação, que, sendo a colocação pós-verbal pouco freqüente na fala culta formal, da mesma forma o seria entre as classes sociais mais elevadas; paralelamente, a ocorrência desse tipo de colocação já seria rara ou até mesmo inexistente em registros informais, o mesmo se verificando entre os falantes das classes sociais mais baixas.

Há também, por outro lado, elementos para se considerar que, ao invés de refletir um processo de mudança em curso, o fenômeno variável que aqui se discute represente um caso de variação estável. A favor dessa hipótese estaria justamente a interferência do padrão linguístico difundido, pelo sistema educacional. Ou seja, supõe-se que, mesmo com a larga desobediência que acima se atestou às prescrições gramaticais que indicam a colocação pós-verbal do clítico, o fato de o falante ser exposto ao ensino da norma padrão, poderia configurar-se como um fator que estaria constantemente realimentando o uso da colocação pós-verbal

e, conseqüentemente, impedindo o seu desaparecimento do sistema linguístico do português do Brasil.

Os argumentos favoráveis tanto à hipótese de se tratar de um caso de mudança em curso, quanto de um caso de variação estável remetem-nos, portanto, às divergências e/ou convergências entre os padrões linguísticos utilizados pelos falantes escolarizados - ou o que aqui se define por **norma culta** - e os padrões difundidos pelo sistema escolar - ou **norma padrão**. Considera-se que a variabilidade que hoje caracteriza a sintaxe dos clíticos no português do Brasil se constituirá como um fenômeno de variação estável, apenas na medida em que os padrões que definem a norma culta brasileira de colocação dos clíticos se pautarem, ainda que parcialmente, pelos padrões que caracterizam a norma padrão, impedindo assim o total desaparecimento da variante pós-verbal de colocação do clítico. Na medida em que, contudo, se acentua a tendência de que os falantes cultos deixem de seguir os modelos de colocação dos clíticos impostos pelo sistema escolar, o provável é que se verifique a implementação de um processo de mudança, cuja conseqüência poderá vir a ser o uso da variante pré-verbal como forma única de colocação do clítico no português do Brasil.

6.2.2. A FAIXA ETÁRIA DOS FALANTES

Um dos mais importantes instrumentos analíticos desenvolvidos pela sociolinguística para integrar a dimensão histórica à análise sincrônica das línguas consiste no que se costuma referir por *tempo aparente*: integrar-se-ia a dimensão histórica a esse tipo de análise, na medida em que se correlacionassem as variantes de um fenômeno linguístico variável à faixa etária dos falantes.

Grosso modo, considera-se que três padrões clássicos podem emergir, a partir da forma como se comportam as

variantes padrão e não-padrão em função da faixa etária do falante (cf. Scherre, 1988:427-428):

(i) o primeiro, ou padrão curvilíneo, caracterizar-se-ia por apresentar a maior incidência da variante padrão nas faixas etárias intermediárias e estaria relacionado a fenômenos de variação estável;

(ii) o segundo, ou padrão plano, também estaria relacionado a fenômenos de variação estável e não apresentaria qualquer gradação em função das faixas etárias;

(iii) o terceiro, ou padrão inclinado, apresentaria a maior incidência da variante padrão entre os falantes mais velhos e a maior incidência da variante não-padrão entre os falantes mais novos e estaria relacionado a fenômenos de mudança em curso.

Discuti anteriormente a interferência do grau de observância/inobservância da norma padrão por parte dos falantes cultos analisados, no sentido de definir o caráter variável da colocação dos clíticos no português do Brasil como um fenômeno de variação estável ou de mudança em curso. Com o intuito de fornecer novos elementos para essa discussão, também lançarei mão do recurso ao *tempo aparente*, correlacionando a obediência/desobediência dos falantes às prescrições gramaticais à sua faixa etária. Os falantes que integram a amostra lingüística aqui analisada classificam-se segundo três faixas etárias - faixa etária I (25 a 35 anos); faixa etária II (36 a 55 anos) e faixa etária III (a partir de 56 anos) (cf. Capítulo 2, *Os Corpora*).

Observem-se, no quadro abaixo, os resultados encontrados a partir do estabelecimento dessa correlação:

Tabulação Cruzada VI:
Faixa Etária X Obediência/Desobediência à Norma Padrão

Faixa Etária	Obediência	Prescrição Gramatical			
		Colocação Pré-verbal		Colocação Pós-verbal	
Faixa I	sim	110	100%	12	26%
	não	-	-	35	74%
Faixa II	sim	82	99%	11	22%
	não	01	01%	39	78%
Faixa III	sim	138	95%	37	45%
	não	07	5%	46	55%
TOTAL	sim	330	98%	60	33%
	não	08	02%	120	67%

Considerando inicialmente os resultados obtidos a partir da correlação estabelecida entre a faixa etária dos falantes e a sua obediência às prescrições gramaticais que indicam a colocação pré-verbal do clítico, observa-se um comportamento desigual, à proporção que se avança da faixa etária I à faixa etária III. À primeira vista, se diria que os falantes das faixas etárias I e II são mais observadores da norma padrão que os falantes da faixa etária mais elevada.

Anteriormente, contudo, a interpretação dada às ocorrências de colocação pré-verbal em contextos em que as prescrições gramaticais a indicavam foi de que não se tratava propriamente de casos de cumprimento da norma padrão, mas de casos que revelavam convergência entre a regra prescrita e o padrão habitual de comportamento dos falantes. Sob esse ponto de vista, portanto, não se pode dizer que os falantes da faixa etária I observem mais que os da faixa II, e estes mais que os da faixa III, as prescrições indicadoras da colocação pré-verbal do clítico.

O que há de mais relevante a considerar aqui não é, pois, a conservação/inobservância à norma padrão *stricto sensu*, mas sim o fato de que a hipercorreção - entendida como uma forma particular de obediência à norma padrão, que se manifesta através da utilização da variante pós-verbal de colocação do clítico, a variante, portanto, mais prestigiada, em contextos em que a língua *standard* prevê a colocação pré-verbal - é um fenômeno que está associado à faixa etária dos falantes. Nesse sentido, é importante destacar que, mesmo não sendo a hipercorreção um fenômeno recorrente no *corpus* analisado, pois corresponde a apenas 02% do total das ocorrências, o seu maior índice - 05% - é alcançado entre os falantes de idade mais avançada, não sendo, por outro lado, atestado entre os falantes da primeira faixa etária. A hipercorreção revela, assim, um movimento ligeiramente maior em direção à norma padrão por parte dos falantes de faixa etária mais elevada que por parte dos falantes mais jovens.

Esse movimento torna-se ainda mais evidente quando se observa o comportamento linguístico dos falantes face às prescrições gramaticais que indicam a colocação pós-verbal do clítico. Não havendo, em relação ao comportamento dos falantes de qualquer das faixas etárias consideradas, uma total ou mesmo grande coincidência com as prescrições que caracterizam a norma padrão, existe, todavia, entre as próprias faixas etárias, um comportamento divergente. Enquanto as faixas etárias I e II apresentam um comportamento semelhante, com baixos índices de uso da colocação pós-verbal quando as prescrições gramaticais assim o indicam - 26% e 22%, respectivamente -, na faixa etária III, a observação à norma padrão atinge 45% do total das ocorrências.

Considerando irrelevantes as distinções de comportamento observadas entre as faixas etárias I e II, tanto em relação às prescrições indicadoras da colocação pré-verbal, quanto em relação às indicadoras da colocação

pós-verbal, pode-se dizer que os resultados acima obtidos a partir da correlação obediência/desobediência dos falantes cultos à norma padrão X faixa etária apontam no sentido do estabelecimento de um padrão inclinado, indicador, portanto, de mudança em curso, já que os índices de maior e menor influência da norma padrão sobre o comportamento lingüístico dos falantes estão associados, respectivamente, às faixas etárias mais e menos elevadas.

A análise do comportamento dos falantes cultos em função da sua faixa etária mostrou, pois, uma tendência, no sentido de que esses falantes deixem de seguir os modelos de colocação dos clíticos difundidos pelo sistema escolar. Essa tendência foi, por sua vez, tomada como um indício de que a variabilidade que caracteriza a colocação dos clíticos seja reflexo de um fenômeno de mudança em curso no português do Brasil. Vale, todavia, para concluir, atentar para a seguinte observação de Labov (1981:177), a respeito de quaisquer possíveis fenômenos de mudança em curso identificados:

Any statement about change is of course an inference, since change could hardly be observed directly in any literal sense

6.2.3. AS CIDADES

Os falantes que integram o *corpus* lingüístico representativo do português brasileiro culto contemporâneo são originários de cinco capitais brasileiras: Salvador, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre (cf. Capítulo 2, *Os Corpora*). Tendo observado anteriormente que os resultados obtidos a partir da correlação obediência/desobediência dos falantes cultos à norma padrão X faixa etária apontaram no sentido de uma provável mudança em curso no português do Brasil, procurarei verificar se esse suposto

processo de mudança apresentaria uma configuração distinta a depender do local de origem dos falantes.

No quadro abaixo, apresentam-se os resultados obtidos:
f. **Tabulação Cruzada VII:**

Local de Origem X Obediência/Desobediência à Norma Padrão

Local de Origem	Obediência	Prescrição Gramatical			
		Colocação Pré-verbal		Colocação Pós-verbal	
Salvador	sim	77	97%	20	47%
	não	02	03%	23	53%
Porto Alegre	sim	52	91%	14	42%
	não	05	09%	19	58%
Rio de Janeiro	sim	50	100%	11	31%
	não	-	-	25	69%
São Paulo	sim	46	98%	10	27%
	não	01	02%	27	73%
Recife	sim	105	100%	05	16%
	não	-	-	26	84%
TOTAL	sim	330	98%	60	33%
	não	08	02	120	67%

De acordo com o esse quadro, pode-se dizer que o grau de obediência/desobediência dos falantes cultos brasileiros à norma padrão variou segundo o seu local de origem.

Considerando os contextos para os quais a norma padrão indica a colocação pós-verbal do clítico e partindo da média geral obtida - 33% de obediência e 67% de desobediência às prescrições gramaticais -, observa-se ser o Rio de Janeiro a cidade cujo padrão de comportamento reflete mais de perto o que seria o padrão geral do português brasileiro culto; nessa cidade, os índices de obediência e desobediência às prescrições gramaticais indicadoras da colocação pós-verbal

do clítico foram de, respectivamente, 31% e 69%. O comportamento lingüístico dos falantes cultos cariocas reflete, pois, quanto a esse aspecto da sintaxe, o que seria o comportamento médio dos falantes cultos brasileiros.

É interessante observar a esse respeito que, em trabalho recente, tendo em vista a delimitação de áreas dialetais no português brasileiro, Callou (1992) chega a uma conclusão semelhante acerca do comportamento lingüístico dos falantes cultos cariocas. A partir da análise de quatro fenômenos lingüísticos distintos - as vogais pré-tônicas médias (lecer, cobrir); a vibrante pós-vocálica interna (perto); o uso do artigo definido diante de nome próprio de pessoa e os padrões entonacionais ascendente e descendente, nas construções de tópico -, tomando como base o *corpus* do Projeto NURC, afirma essa autora (1992:07):

O falar do Rio de Janeiro, considerado "o modelo" em relação aos falares brasileiros, apresenta um comportamento médio, ora ligando-se aos falares do sul, ora aos do norte e ora ocupando uma posição intermediária

A situação identificada para o Rio de Janeiro, em termos geolingüísticos, é esperada e harmoniza-se com o seu papel no plano sócio-histórico: até bem recentemente era essa cidade a capital do Brasil, local de síntese de diversidades e forjador dos padrões culturais que se difundiam para todo o país.

Todavia, os resultados obtidos quanto ao comportamento das demais cidades analisadas foram, até certo ponto, inesperados, na medida em que estabeleceram uma continuidade, em termos lingüísticos, que implicou uma descontinuidade em termos geográficos.

Salvador, situada no nordeste, e Porto Alegre, no sul, apresentaram-se como as cidades mais conservadoras, com índices de obediência às prescrições indicadoras da colocação pós-verbal de 47% e 42%, respectivamente; superiores, portanto, à média geral de 33%.

São Paulo, no sudeste do país, e Recife, no nordeste, encontram-se na margem oposta, podendo-se ainda dizer que Recife se apresenta como a cidade mais inovadora - com um índice de apenas 16% de obediência às prescrições gramaticais indicadoras da colocação pós-verbal - enquanto São Paulo tende a aproximar-se da situação identificada para o Rio de Janeiro.

Vale mencionar que em seu referido estudo, Callou (1990), a par da situação identificada para o Rio de Janeiro, conclui, a partir do conjunto das suas observações, que "não há uma coincidência de áreas, não há uma distribuição homogênea dos fenômenos pelas áreas", e ainda que, do ponto de vista sincrónico, não há evidências inequívocas que expliquem a ocorrência das variantes". Assim, a descontinuidade geográfica observada no comportamento dos falantes, em relação ao fenómeno aqui analisado, encontrou uma situação similar quando se consideraram outros fenómenos.

• O grifo é meu.

7. A Comparação dos Resultados

7.0. Introdução:

A conclusão deste trabalho, de caráter essencialmente descritivo, possui dois objetivos principais:

(i) Estabelecer um confronto entre as regras de colocação dos clíticos no português brasileiro e no português europeu contemporâneos, tomando como base, no que tange ao português brasileiro, a descrição feita no **Capítulo 6** deste trabalho; e, no que tange ao português europeu, as descrições apresentadas em Mateus et alii (1989), Salvi (1990) e Martins (1992)¹;

(ii) Estabelecer um confronto entre as regras de colocação dos clíticos verificadas no português brasileiro e no português europeu contemporâneos com as depreendidas para o século XV, a partir da descrição apresentada no **Capítulo 5** deste trabalho. Pretende-se, com base nesse confronto, identificar as mudanças ocorridas no processo divergente do desenvolvimento histórico do português, a partir da sua transplantação para o Brasil, e entrever em que medida essas mudanças, em sua extensão e profundidade, caracterizam as variantes européia e brasileira do português contemporâneo.

¹ Os três trabalhos de que me valho para a elaboração da síntese sobre a colocação dos clíticos no português europeu contemporâneo não são trabalhos cuja metodologia se baseie na quantificação dos dados e, portanto, não se concentram sobre a possibilidade da ocorrência de variação nos diversos contextos sintáticos relevantes para a descrição. Não obstante tais limitações, creio não ficar comprometida a comparação que se fará, na medida em que esta se concentra apenas nos traços fundamentais que opõem as duas variantes do português contemporâneo, aqui confrontadas.

7.1. A Colocação dos Clíticos no Português Brasileiro e no Português Europeu Contemporâneos:

Inicialmente, apresentarei, de forma esquemática, a descrição da colocação dos clíticos em cada uma das variantes do português contemporâneo.

7.1.1. A Colocação dos Clíticos no Português Brasileiro Contemporâneo

Dados mais detalhados por meio de tabelas

FORMAS FINITAS DO VERBO²:

I. Orações Principais ou Absolutas:

- a) verbo em posição inicial - ligeira preferência pela colocação pré-verbal (55%);
- b) verbo precedido por SN sujeito nominal - larga preferência pela colocação pré-verbal (90%);
- c) verbo precedido por SN sujeito pronome pessoal - colocação pré-verbal categórica (100%);
- d) verbo precedido por SAdv de negação - colocação pré-verbal categórica (100%);
- e) verbo precedido por outros SAdv's/Sprep's circunstanciais - larga preferência pela colocação pré-verbal (88%);
- f) verbo precedido por oração subordinada - preferência pela colocação pré-verbal (67%).

II. Orações Coordenadas³:

- a) acitivas introduzidas pelo coordenante *e* - preferência pela colocação pré-verbal (64%); ~~XVI~~
- b) adversativas introduzidas pelo coordenante *mas* - preferência pela colocação pré-verbal (67%).

² Cf. Capítulo 6; §.1.3.; Tabelações Cruzadas I, II e IV.

³ Só foram consideradas as ocorrências em que não há nenhum constituinte entre o elemento coordenante e o verbo.

III. Orações Subordinadas Desenvolvidas:

Colocação pré-verbal praticamente categórica (98%).

FORMAS NÃO FINITAS DO VERBO⁴:

IV. Orações Subordinadas Reduzidas de Infinitivo:

a) não regidas por preposição - preferência pela colocação pré-verbal (71%);

b) regidas por preposição - preferência pela colocação pré-verbal (73%);

V. Orações Subordinadas Reduzidas de Gerúndio:

a) não regidas por preposição - preferência significativa pela colocação pós-verbal (82%).

7.1.2. A Colocação dos Clíticos no Português Europeu Contemporâneo

FORMAS FINITAS DO VERBO:

I. Orações Principais ou Absolutas:

a) verbo em posição inicial - colocação pós-verbal;

b) verbo precedido por SN sujeito nominal ou pronominal - colocação pós-verbal;

c) verbo precedido por SN sujeito quantificado - colocação pré-verbal;

d) verbo precedido por sintagmas focalizados (SN objeto direto, SPrep objeto indireto, SPrep circunstancial, etc.) - colocação pré-verbal;

e) verbo precedido por sintagmas não focalizados (SN objeto direto, SPrep objeto indireto, SPrep circunstancial, etc.) - colocação pós-verbal⁵;

⁴ Cf. Capítulo 6; 6.1.3.; Tabulação Cruzada II.

⁵ Quanto ao fato de o elemento ser focalizado - fator que os três trabalhos referem como responsável pela colocação pré-

f) verbo precedido por sintagma deslocado recuperado pelo clítico - colocação pós-verbal;

g) verbo precedido por SAdv de negação - colocação pré-verbal;

h) verbo precedido por outros SAdv's ou SPrep's circunstanciais:

Em relação aos SAdv's, haveria três situações distintas: colocação pré-verbal com SAdv's tais como *sempre, lá, cá, já, bem, ainda, também, etc.*; colocação variável com SAdv's do tipo de *assim*, que podem modificar o predicado - pré-verbal⁴ - ou a frase - pós-verbal - e colocação pós-verbal com advérbios como *depois*.

Quanto aos SPrep's circunstanciais: colocação pré-verbal com SPrep focalizado e colocação pós-verbal com SPrep não focalizado⁷.

i) verbo precedido por oração subordinada - colocação pós-verbal;

verbal do clítico no português europeu contemporâneo -, esclareço que este não foi um aspecto que considere na descrição da colocação dos clíticos, a fim de evitar o raciocínio tautológico de explicar a posição do clítico a partir de algo que muitas vezes se define, sobretudo ao nível da análise de textos escritos, pela própria posição do clítico. A título de esclarecimento, observem-se os exemplos retirados de Mateus et alii (1989):

(i) Dele se sabe pouca coisa.
Por esse meio o convenceram a desistir da candidatura.

(ii) Dele, sabe-se pouca coisa.
Por esse meio, convenceram-no a desistir da candidatura.

A colocação pré-verbal em (i) é atribuída ao fato de o verbo estar antecedido por um elemento interpretado como foco, o que, não ocorrendo em (ii), levaria o clítico a situar-se em posição pós-verbal. A rigor, contudo, não há, em textos escritos, como atribuir estatutos diferentes aos elementos que ocorrem à esquerda do verbo em (i) e (ii), a não ser, evidentemente, pela própria posição do clítico, ou talvez pela pontuação.

⁴ Segundo Salvi (1990:181), poder-se-ia considerar este como sendo também um caso de focalização.

⁷ Veja-se nota 5.

II. Orações Coordenadas:

Colocação pós-verbal, exceto nas aditivas introduzidas por *nem* e nas alternativas.

III. Orações Subordinadas Desenvolvidas e Interrogativas, introduzidas por palavra interrogativa:

Colocação pré-verbal.

FORMAS NÃO FINITAS DO VERBO:

IV. Orações Subordinadas Reduzidas de Infinitivo:

- a) não regidas por preposição - colocação pós-verbal;
- b) regidas por preposição - variável.

Orações Subordinadas Reduzidas de Gerúndio:

- a) não regidas por preposição - colocação pós-verbal;
- b) regidas pela preposição *em* - colocação pré-verbal.

7.1.3. Confronto

As descrições da colocação dos clíticos no português brasileiro e no português europeu contemporâneos, sinteticamente apresentadas acima, permitem afirmar ser a variabilidade posicional dos clíticos o traço que fundamentalmente caracteriza a norma culta brasileira em seu registro formal, opondo-a à norma portuguesa. As conclusões a que se chega sobre a sintaxe dos clíticos a partir do cotejo entre as duas variantes do português convergem, portanto, para um ponto principal: no português brasileiro oral culto, verifica-se a alternância entre o uso das variantes pré e pós-verbal de colocação dos clíticos na grande maioria dos contextos sintáticos relevantes, o que, de acordo com as descrições consultadas, não se verifica no português europeu, cuja opção por uma das variantes de colocação dos

clíticos em um contexto sintático implicaria quase sempre a exclusão da outra variante⁹.

O confronto entre as regras de colocação do clítico nas duas variantes do português revela que, tanto em relação às FORMAS FINITAS, quanto às FORMAS NÃO FINITAS DO VERBO, o português brasileiro e o português europeu contemporâneos apresentam padrões distintos.

Considerando inicialmente as orações marcadas por FORMAS FINITAS DO VERBO, destacam-se as orações subordinadas desenvolvidas como o tipo de oração em que no português brasileiro e no europeu os clíticos apresentam comportamento idêntico: as duas variantes da língua convergem para a colocação pré-verbal nesse tipo de estrutura.

A situação observada para as orações principais/absolutas e coordenadas é, todavia, bem mais complexa. Em relação às orações principais/absolutas, o aspecto mais relevante a salientar-se é a possibilidade existente no português brasileiro e inexistente no português europeu (em quaisquer das suas variantes) de ser o clítico o primeiro elemento da oração. Pode-se dizer que essa diferença fundamental entre as duas variantes do português tem sido a principal razão para o caráter artificial que muitos autores brasileiros atribuem às abordagens que privilegiam uma perspectiva morfossintática na descrição da colocação dos clíticos no português do Brasil⁹:

Já que a próclise constitui a norma do português do Brasil, se a teoria da atração tivesse algum fundamento, seria forçoso enunciar a regra de que a maioria das palavras têm o poder de atrair os pronomes oblíquos e, portanto, mais econômico

⁹ Conforme o já dito (ver nota 1), apesar de ter utilizado para este cotejo análises do português europeu que não visam à descrição da variação linguística, o panorama aqui traçado deve ser mantido em suas linhas básicas: observa-se no português brasileiro um quadro de maior variação, ao passo que o português de Portugal apresentaria, quanto à colocação do clítico, um grau de variação bem mais reduzido.

⁹ Cf., a esse respeito, o Capítulo 4 - A Colocação dos Clíticos; 4.1. A Explicação Morfossintática.

seria inventariar os raros vocábulos que não teriam esse poder (Monteiro, 1991:296)

Se a próclise fosse consequência de atração, onde não houvesse atração não haveria próclise. Mas, se ausentes as palavras que atraem, ainda se verifica a próclise, força é concluir que nenhuma relação de causalidade há entre a próclise e palavras que se dizem atraentes (Sampaio Dória 1959:15; apud Monteiro, 1991:297)

Os resultados obtidos para a colocação dos clíticos em orações principais/absolutas revelaram, todavia, que a natureza do elemento que figura em posição pré-verbal provoca a ocorrência de padrões diversificados em termos de grau de variabilidade no âmbito do português brasileiro, ao menos em sua variante oral culta¹⁰. Ou seja, se é verdade que, no português brasileiro, a natureza do elemento que ocorre à esquerda do verbo, na maioria dos casos, não interfere no sentido de provocar a colocação pré-verbal do clítico, uma vez que, com qualquer elemento, bem como sem qualquer elemento à esquerda do verbo, o clítico pode ocorrer em posição pré-verbal, também é verdade que a natureza desse elemento influi sobre as frequências relativas das variantes posicionais do clítico.

Comparando-se, então, a colocação dos clíticos no português brasileiro e no europeu, em orações principais/absolutas em que o verbo não está em posição inicial, ressaltam-se os seguintes aspectos:

(i) quando o elemento à esquerda do verbo é um *SAdv de negação*, as duas variantes da língua apresentam o mesmo comportamento: colocação pré-verbal;

(ii) quando o verbo é precedido por *SN sujeito nominal* ou *pronomes pessoais*, no português europeu, a colocação do clítico é pós-verbal¹¹, enquanto, no português brasileiro, a

¹⁰ Para mais detalhes sobre os distintos graus de variabilidade observados, vejam-se os comentários feitos sobre os resultados apresentados na *Tabulação Cruzada IV, Capítulo 6*.

¹¹ A esse respeito, Salvi (1990) observa que o padrão junto aos *SN's* sujeito seria o da colocação pós-verbal, embora em

situação é praticamente a inversa: categoricamente pré-verbal, quando o verbo é precedido por *SN* sujeito pronome pessoal, e quase categoricamente pré-verbal quando o verbo é precedido por *SN* sujeito nominal;

(iii) com os *SAdv's* e *SPrep's* circunstanciais observam-se traços comuns às duas variantes da língua. Os *SAdv's* que apresentam uma relação mais estreita com o verbo determinariam a anteposição do clítico, com os demais *SAdv's* e *SPrep's* o padrão de colocação do clítico seria variável¹²;

(iv) estando o verbo precedido por uma oração subordinada, no português europeu, a colocação do clítico é pós-verbal e, no português brasileiro, variável, com ligeira predominância da colocação pré-verbal.

Para as orações coordenadas, a situação que se evidencia é de ser marcante no português europeu a ocorrência da colocação pós-verbal, enquanto no português brasileiro se atesta a variabilidade posicional do clítico, com preferência pela colocação pré-verbal.

Vejam, agora, a situação das orações marcadas por FORMAS NÃO FINITAS DO VERBO. Em orações subordinadas reduzidas de infinitivo, verifica-se que, no português europeu, a colocação do clítico é pós-verbal, quando a

alguns poucos casos, em que esse *SN* é focalizado, ocorra a colocação pré-verbal: "Gli ess. di proclisi negli autori del XIX sec. si hanno in passagi di tono elevato o, in maniera caratteristica, con *verba dicendi* preceduti da un soggetto pronominale (in genere eu)" (p. 199).

¹² É difícil estabelecer critérios objetivos para averiguar a interferência diferenças desses constituintes sobre a colocação do clítico. O critério da focalização, adotado nas descrições do português europeu, como já foi comentado (cf. nota 5), se não é tautológico, é pelo menos subjetivo. Embora não tenha observado sistematicamente a ocorrência da pausa entre esses constituintes e o verbo (que é, inclusive, um dos fatores em que se apóia a proposta da focalização), busquei na medida do possível fazer referências a esse fator como elemento interveniente na definição do padrão de colocação do clítico. Contudo, esbarra-se aí na impossibilidade (inexorável, na análise de estágios passados da língua) de se poder afirmar quando a pausa de fato ocorreu.

oração não é regida por preposição, e variável quando o é¹³. No português brasileiro, em ambos os casos, a colocação do clítico é variável, com preferência pela colocação pré-verbal. Já nas orações subordinadas reduzidas de gerúndio não regidas por preposição, o português europeu apresenta o clítico em posição pós-verbal, enquanto, no português brasileiro, a colocação é variável, embora predomine a preferência pela colocação pós-verbal, sendo significativo que este seja, no conjunto dos contextos marcados pela variabilidade posicional do clítico, o único em que, no corpus analisado para o português do Brasil, tenha predominado a colocação pós-verbal. = XII

Uma divergência de comportamento ainda observada entre as duas variantes do português diz respeito ao papel que desempenharia o clítico quanto à sua própria colocação na estrutura frasal. Enquanto no português europeu, esse tipo de interferência não é notado, no português brasileiro pode-se atribuir ao clítico alguma influência na definição da sua posição. Assim, deve-se destacar que, o clítico o(s), a(s), diante de infinitivos verbais, e o clítico se, em construções em que se pretende indicar sujeito semanticamente indeterminado, fogem ao padrão de colocação identificado para o português brasileiro culto, e seguido pelos demais clíticos, ou seja, o padrão marcado pela variabilidade posicional com preferência majoritária pela colocação pré-verbal. No primeiro caso - o clítico acusativo de terceira pessoa diante de infinitivos verbais -, observa-se a colocação categoricamente pós-verbal; no segundo, a posposição do se ao verbo é favorecida como estratégia de indicação de sujeito semanticamente indeterminado.

De uma perspectiva sociolinguística, a variabilidade posicional dos clíticos no português brasileiro oral culto

¹³ Os trabalhos consultados limitam-se a atestar que nesse contexto a colocação do clítico é variável no português europeu contemporâneo; não referem, porém, qual das duas variantes de colocação ocorreria com mais frequência.

foi interpretada como sendo, principalmente, uma decorrência do fato de se tentar preservar, na norma culta, formas e construções lingüísticas que já não são, ou caminham no sentido de deixarem de ser vernáculas no português do Brasil, sendo este o caso da colocação pós-verbal do clítico. A ocorrência desse tipo de colocação no português brasileiro é, pois, entendida como um traço que identificaria, se não exclusivamente, quase exclusivamente, a norma culta brasileira, distinguindo-a, em termos sócio-culturais, de outros níveis da língua para os quais se observaria apenas o uso da colocação pré-verbal.

Quando da análise da correlação entre as variáveis extralingüísticas *obediência/desobediência às prescrições gramaticais X faixa etária*, a fim de se tentar definir se o fenômeno variável observado constituía um fenômeno de variação estável ou de mudança em curso no português do Brasil, observou-se que os resultados obtidos apontavam no sentido do estabelecimento de um padrão inclinado, indicador, portanto, de mudança em curso, já que os índices de maior e menor influência da norma padrão sobre o comportamento lingüístico dos falantes estavam associados, respectivamente, às faixas etárias mais e menos elevadas (Cf. Capítulo 6; 6.2.). Há, portanto, indícios de que, no processo de concorrência entre as variantes pré e pós-verbal de colocação dos clíticos, a variante pré-verbal tenderia a implementar-se como forma exclusiva de colocação do clítico mesmo na fala culta formal.

Constatados os indícios de tal processo de mudança, julgo ser relevante considerar os aspectos estritamente lingüísticos da questão, destacando do conjunto dos condicionamentos estruturais adotados para a análise aqueles em que a variante pré-verbal se apresenta como o único, ou quase único, padrão de colocação do clítico e aqueles que se poderiam definir como mais resistentes à implementação do suposto processo de mudança acima referido. Vejamos, então,

Handwritten notes:
 1. 2. 3.

em linhas gerais, o que, sob esse ponto de vista, se pôde concluir:

(i) O padrão de colocação do clítico no português brasileiro, em sua variante oral culta formal, caracteriza-se por ser variável em quase todos os contextos sintáticos considerados, com preferência majoritária pela colocação pré-verbal;

(ii) Todavia, constituem uma exceção relevante ao padrão geral de variabilidade, por apresentarem apenas a colocação pré-verbal do clítico, os enunciados com verbo precedido por SN sujeito pronome pessoal e por SAdv de negação;

(iii) Considerando que a média geral obtida para as colocações pré e pós-verbal foram de respectivamente, 86% e 14%, devem-se destacar, por apresentarem resultados iguais ou acima dessa média, os seguintes condicionamentos estruturais como bastante favoráveis à Variante pré-verbal de colocação do clítico: *orações subordinadas desenvolvidas*; e enunciados com verbo precedido por: SN sujeito nominal e SAdv's/SPrep's circunstanciais (sobretudo quando não se separam do verbo por pausa);

(iv) A colocação pré-verbal do clítico generaliza-se para todas as situações, exceto para um contexto, no qual se verificou apenas o uso da colocação pós-verbal: *clítico acusativo de terceira pessoa -o(s),a(s)- diante de infinitivo verbal*;

(v) Destacam-se, ainda, como condicionamentos estruturais bastante favoráveis à colocação pós-verbal do clítico: *posição do clítico se ao verbo, como estratégia para indicar sujeito semanticamente indeterminado*; e *orações subordinadas reduzidas de gerúndio*.

Do confronto entre o português europeu e o português brasileiro contemporâneos, pôde-se observar que enquanto no primeiro caso é nítida a interferência dos contextos sintáticos na colocação dos clíticos, o que se evidencia na

forma como cada contexto sintático define padrões regulares de colocação do clítico, no segundo se verifica que na maioria dos contextos sintáticos a colocação dos clíticos é variável, com preferência pela colocação pré-verbal. Esse quadro definido para o português brasileiro decorre do processo de generalização da colocação pré-verbal, que tende a atingir nas variedades não cultas da língua no Brasil o estatuto de posição categórica do clítico. Assim, a variação identificada em sua norma culta explicar-se-ia principalmente como uma função de variáveis sócio-culturais extralingüísticas, a saber: a interferência da escolarização; a variação estilística, com todas as manifestações definidas na literatura pelo termo *hipercorreção*; a faixa etária dos falantes, etc. Por outro lado, no plano estrutural, o gerúndio, e os clíticos acusativo de 3ª pessoa, junto às formas do infinitivo, e o clítico *se*, nas construções de sujeito indeterminado, destacam-se como "ilhas de resistência" ao padrão observado para o português brasileiro contemporâneo culto.

7.2. Português Brasileiro e Português Europeu Contemporâneos X Português Quinhentista

Conforme foi feito para o português brasileiro e europeu contemporâneos, apresenta-se a seguir uma síntese da descrição da colocação dos clíticos no português do século XVI.

CLÍTICO ADJACENTE AO VERBO FORMAS FINITAS

I. Orações Principais ou Absolutas:

- a) verbo em posição inicial - colocação pós-verbal categórica;
- b) verbo precedido por SN sujeito nominal ou pronominal - colocação pré-verbal categórica;

- c) verbo precedido por SN objeto direto, SPrep objeto indireto - colocação **pré-verbal** categórica;
- d) verbo precedido por SN com valor adverbial - colocação **pré-verbal** categórica;
- e) verbo precedido por SAdv de negação - colocação **pré-verbal** categórica;
- e) verbo precedido por outros SAdv's ou SPrep's circunstanciais - **variável**, com preferência pela colocação **pré-verbal**¹⁴;
- f) verbo precedido por oração subordinada - preferência pela colocação **pré-verbal** (78%);

II. Orações Coordenadas:

- a) aditivas introduzidas pelo coordenante *e* - preferência pela colocação **pós-verbal** (73%); introduzidas pelo coordenante *nem* - colocação **pré-verbal** categórica;
- b) alternativas - colocação **pré-verbal** categórica;
- c) adversativas introduzidas pelo coordenante *mas* - colocação **pós-verbal** categórica; introduzidas pelos coordenantes, *todavia e contudo* - colocação **pré-verbal** categórica;
- d) conclusivas - preferência significativa pela colocação **pré-verbal** (88%);

III. Orações Coordenadas Explicativas / Subordinadas Causais: Colocação pré-verbal categórica.

IV. Orações Subordinadas Desenvolvidas:

Colocação **pré-verbal** categórica, inclusive quando, em subordinadas completivas, a posição do elemento subordinante não se encontra preenchida.

¹⁴ Opto por não apresentar um percentual geral, devido à grande diversidade de constituintes englobados sob essa designação.

FORMAS NAO FINITAS DO VERBO:

V. Orações Subordinadas Reduzidas de Infinitivo:

- a) não regidas por preposição - colocação pós-verbal categórica;
- b) regidas por preposição - larga preferência pela colocação pré-verbal (95%).

VI. Orações Subordinadas Reduzidas de Gerúndio:

- a) não regidas por preposição - Colocação pós-verbal categórica.

CLITICO NAO ADJACENTE AO VERBO

Observou-se, em certas estruturas, a possibilidade de haver interpolação de elementos entre o verbo e o clítico anteposto. Estruturas em que esse fenómeno foi mais freqüente:

I. Orações subordinadas reduzidas de infinitivo (com ou sem flexão), introduzidas por preposição: 51% de ocorrências de interpolação;

II. Orações subordinadas desenvolvidas: 42% das ocorrências.

7.2.1. O Século XVI na História do Português:

Em trabalhos recentes sobre a colocação dos clíticos em português, Salvi (1990) e Martins (1992), além de confrontarem sistematicamente o português antigo e o português europeu contemporâneo, procuram também dar conta das mudanças que se teriam operado entre uma e outra fase da língua, para o que referem aspectos relevantes do período intermediário correspondente aos séculos XVI, XVII, XVIII e

XIX. A fim de confrontar a descrição que fiz neste trabalho para o século XVI com o que esses autores informam acerca da colocação dos clíticos nessa fase da língua, bem como, também no que tange a esse aspecto da sintaxe, de melhor poder situá-la no eixo histórico do português, apresentarei a seguir uma síntese das observações feitas pelos referidos autores.

Particularmente em relação ao século XVI, essas observações coincidem no sentido de o apontarem como um período em que se deu um incremento do uso da variante pré-verbal de colocação do clítico. A esse respeito, afirma Martins (1992:12) o seguinte, a partir da análise de uma amostra lingüística constituída por um conjunto de 250 pequenos documentos legais, pertencentes ao período entre 1260 e 1548:

When we look at the texts corresponding to the period between the thirteenth and the sixteenth centuries, we realize that a slow and gradual change took place during this period, with respect to clitic placement, in affirmative matrix clauses. I am referring to the kind of matrix clause where the clitic could precede or follow the verb [not introduced by focused phrases, quantifiers, adverbials or wh-phrases]. In the thirteenth century, proclisis was possible but rare in the sixteenth century the situation is reversed: the occurrences of enclisis are very infrequent. This change takes place step by step (although there is perhaps some rupture point between the fourteenth and the fifteenth century

Os dados analisados por essa autora, e apresentados no quadro que abaixo transcrevo¹⁵, de fato apontam no sentido de que, no português quinhentista, teria culminado um longo movimento de mudança na língua em favor da implementação do uso exclusivo (ou quase exclusivo) da variante pré-verbal de

¹⁵ Cf. Martins, 1992:12. Para manter uma uniformidade na forma de apresentação da quantificação dos dados adotada neste trabalho, os resultados, que em Martins se encontram apenas em suas frequências brutas, são aqui apresentados também em suas frequências relativas. O mesmo se fará a seguir na apresentação dos dados analisados por Salvi (1990).

colocação do clítico nos contextos referidos na citação acima:

Colo- cação	Período					
	1260-99	1300-49	1350-99	1400-49	1450-99	1500-48
pré verbal	04% 04	25% 15	42% 18	79% 30	93% 38	99% 80
pós verbal	96% 52	75% 46	58% 25	21% 08	07% 03	01% 01

Segundo essa autora, a situação identificada para o século XVI a partir de textos não literários, confirmou-se também em sondagens feitas em textos literários, tais como a *Crônica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, de Damião de Góis, ou ainda a *Peregrinação*, de Fernão Pinto. Todavia, apesar de tudo indicar ser esta a situação característica da língua no século XVI, Martins (1992:15-16), cujo trabalho se desenvolve no âmbito da gramática gerativa, interpreta a mudança que se processara ao longo do fase antiga da língua, não como uma "mudança gramatical" (*grammatical change*) ou paramétrica, mas como uma mudança de natureza periférica, ou "mudança no uso" (*change in use*), o que significa dizer que a colocação pós-verbal, inexistente (ou quase) no século XVI, nos contextos acima especificados, é, todavia, interpretada como gramaticalmente possível. Justifica tal interpretação sobretudo com base no argumento de que já no século XVII¹⁴ a situação observada para o século XVI não se verificaria e, além disso, na primeira metade do século XVIII, ao menos em textos literários, já estaria estabelecido o sistema de colocação dos clíticos que ainda se manteria no português europeu contemporâneo. Conclui, assim,

¹⁴ Para o século XVII, analisa nove sermões do P. Antônio Vieira de 1641 a 1647. A autora chama atenção para o fato de que alguns dos textos analisados para o século XVII não se distanciam por mais de 50 anos de um texto de finais do século XVI, a *Peregrinação*.

Handwritten notes in the right margin: "mudança gramatical" (grammatical change) ou paramétrica, mas como uma mudança de natureza periférica, ou "mudança no uso" (change in use), o que significa dizer que a colocação pós-verbal, inexistente (ou quase) no século XVI, nos contextos acima especificados, é, todavia, interpretada como gramaticalmente possível.

que a mudança em favor da implementação da variante pré-verbal - tipicamente gradual e progressiva como o seriam as "mudanças no uso" - se constituiu em input para uma reanálise operada a seguir, que levou à mudança em direção oposta, em favor da implementação da variante pós-verbal, mudança esta que se deu de forma abrupta - como seria, segundo a teoria gerativa, característico das "mudanças gramaticais".

Como disse inicialmente, Salvi (1990) também se ocupou das mudanças por que teria passado o sistema de colocação dos clíticos do português europeu entre as fases antiga e moderna da língua. Vejamos, portanto, a seguir, os dados analisados por esse autor, a fim de confrontá-los com os dados analisados por Martins.

No quadro a seguir elaborado a partir dos dados apresentados por Salvi (1990), os documentos numerados de 1 a 10 referem-se respectivamente a: (1) documentos extraídos da *História do Galego-Português* de Clarinda Maia; (2) *Crônica de D. Pedro de Fernão Lopes*; (3) *Auto da Índia, Comédia de Rubena, Pranto de Maria Parda e Romagem de Agravados* de Gil Vicente; (4) *História Trágico-Marítima* de B. G. de Brito; (5) *Sermão de Santo António aos Peixes e Sermão do Bom Ladrão* do Pe. Antônio Vieira; (6) *Guerras do Alecrim e Mangerona* de Antônio José da Silva (o Judeu); (7) *Verdadeiro Método de Estudar* de Luís Antônio Verney; (8) *Viagens na Minha Terra* de Almeida Garret; (9) *Novelas do Minho* de Camilo Castelo Branco e (10) *O Primo Basílio* de Eça de Queirós.

A Colocação dos Clíticos no Português, do Século XIII ao XIX

Século	do documento	Colocação	Contexto				
			verbo imediatamente precedido por				TOTAL
			sujeito	outro const.	or. sub.	conj. coord.	
XIII XIV	1	PRE	29% ✓	100%	-	-	23%
		POS	71%	-	100%	100%	77%
XV	2	PRE	50% ✓	57%	-	-	16%
		POS	50%	43%	100%	100%	<u>84%</u>
XVI	3	PRE	61%	90%	25%	16%	46%
		POS	39% ✓	10%	75%	84%	54%
	4	PRE	100%	100%	90%	63%	84%
XVII	5	PRE	57%	67%	09%	35%	42%
		POS	43% ✓	33%	91%	65%	58%
XVIII	6	PRE	81%	100%	57%	55%	72%
		POS	19% ✓	-	43%	45%	28%
XVIII	7	PRE	44% ✓	25%	21%	28%	33%
		POS	56%	75%	79%	72%	67%
XIX	8	PRE	10% ✓	36%	-	11%	13%
		POS	90%	64%	100%	89%	87%
	9	PRE	05%	11%	03%	-	04%
		POS	95%	89%	97%	100%	96%
10	PRE	-	-	-	-	-	
		POS	100%	100%	100%	100%	100%

GIL VICENTE ✓

BERNARD G. ✓

O *corpus* analisado por Salvi apresenta uma situação sob certos aspectos diversa da referida em Martins, quanto ao percurso da mudança que, no português europeu, conduziu ao uso da variante pós-verbal nos contextos acima referidos¹⁷. Com base nesse *corpus*, afirma o autor (p. 204):

I dati raccolti mostrano come il cambiamento strutturale nella frase principale si manifesta, nella lingua letteraria nel XVIII sec (...) I dati sono disturbati dal fatto che la lingua letteraria mostra, fra il XVI e il XVIII sec, una tendenza alla proclisi che sembra estranea all'evoluzione della lingua parlata

As observações feitas por Salvi coincidem com as de Martins quanto ao incremento do uso da variante pré-verbal de colocação do clítico no século XVI; contudo, revelam que a tendência ao uso desse tipo de colocação não se restringiu ao século XVI, estendendo-se por um período maior, cujos limites parecem começar a definir-se no final da primeira metade do século XVIII. Em outras palavras, pode-se dizer, a partir desse *corpus*, que a referida mudança em favor do uso da variante pós-verbal de colocação do clítico parece ter-se consolidado no português europeu apenas no século XIX; antes disso, verificou-se uma grande oscilação - marcada, inclusive, por períodos de notável preferência pela colocação pré-verbal - que só a partir da segunda metade do século XVIII começou a resolver-se de forma mais consistente favoravelmente ao uso da variante pós-verbal de colocação do clítico. Note-se que, a partir de então, os índices de colocação pós-verbal passaram a apresentar um crescimento contínuo - 67%, 87%, 96% e 100% - contrariamente à grande oscilação atestada até então - 77%, 84%, 54%, 16%, 58% e 28% (cf. Total).

¹⁷ O autor observa: 1) quanto ao sujeito: "sono stati esclusi quei casi in cui, secondo le regole moderne, avremmo avuto in ogni caso proclisi, cioè casi di soggetti quantificati focalizzati" (p.199); 2) quanto aos constituintes diferentes do sujeito: "esclusi gli avverbi; valgono anche qui le esclusioni citate" (1); quanto às orações subordinadas: "esclusi i casi in cui questa frase sia focalizzata" (p.200).

Considerando ainda o período que se estende do século XIII ao século XVI, também aí se notam algumas divergências em relação aos resultados apresentados em Martins. Em primeiro lugar, identifica essa autora, no processo de mudança que teria levado à ocorrência exclusiva (ou quase) da colocação pré-verbal no século XVI, um ponto de ruptura entre os séculos XIV e XV, que não se confirma nos dados analisados por Salvi. Enquanto, para Martins, na passagem do século XIV ao século XV, o índice de colocação pós-verbal cai de 56% para 21%, para Salvi, pelo contrário, intensifica-se, nesse mesmo período, o uso dessa variante de colocação do clítico, cujo índice de ocorrência passa de 77% a 84% (cf. Total). Por outro lado, apesar de o corpus analisado por Salvi confirmar uma alta incidência da colocação pré-verbal no século XVI, nota-se uma diferença bastante acentuada entre a língua que os textos de Gil Vicente (3) documentam, e que, quanto à colocação dos clíticos, estaria mais próxima da situação descrita para o português antigo, e a língua documentada na *História Trágico-Marítima* (4), texto cujo índice de colocação pré-verbal do clítico é o mais elevado dentre todos analisados.

Devo chamar particularmente a atenção sobre os resultados obtidos para a colocação dos clíticos na *História Trágico-Marítima*, em virtude da sua extrema semelhança com os que obtive na análise do conjunto de cartas que constituíram amostra lingüística adotada para o século XVI neste trabalho. Note-se que quanto aos dois contextos inicialmente apresentados no quadro - *verbo precedido por sujeito ou outro constituinte* -, a situação é exatamente a mesma, ou seja, colocação categoricamente pré-verbal; no contexto *verbo precedido por oração subordinada*, a colocação pré-verbal é expressiva em ambos os casos: 78% nos documentos por mim analisados e 90% na *História Trágico-Marítima*. Quanto às orações coordenadas, não tendo o autor discriminado o coordenante a que se refere, a comparação torna-se difícil.

Um outro aspecto para o qual também se deve atentar é que, se a oscilação entre o uso das variantes pré e pós-verbal de colocação do clítico no período anterior ao século XIX já é notável, mesmo considerando os índices totais obtidos para cada um dos documentos analisados, maior ainda é quando se considera cada contexto em que a mudança se produziu isoladamente. Assim, não parece exagerado afirmar que cada um desses contextos em que se firmará a colocação pós-verbal no português europeu possui uma história particular, marcada por uma grande variabilidade posicional dos clíticos, que só a partir do século XIX começa a deixar de existir, ou pelo menos começa a dar lugar a uma marcante preferência pela colocação pós-verbal.

Conforme já referi, tanto Martins, quanto Salvi, analisam as mudanças ocorridas no sistema de colocação dos clíticos no período que medeia entre o português antigo e o português contemporâneo, tendo como alvo a situação hoje existente no português europeu. Como, entre uma e outra fase, as mudanças observadas foram sempre no sentido do incremento do uso da variante pós-verbal de colocação do clítico, é natural que sejam vistos como excepcionais, no período intermediário, os momentos em que é predominante o uso da variante pré-verbal. A incidência quase categórica da colocação pré-verbal no século XVI nos dados analisados por Martins é interpretada como reflexo de uma "mudança no uso", e não de uma "mudança gramatical". Salvi, por sua vez, supõe ser por influência de um modelo literário independente da língua falada - talvez, o modelo espanhol - a tendência ao uso da colocação pré-verbal do clítico, que ele situa entre os séculos XVI e XVIII.

Os resultados obtidos em minha descrição do português quinhentista convergem, com os de Salvi e Martins, no sentido de definir esse período como aquele em que se apresenta uma grande preferência pela colocação pré-verbal, nitidamente delimitada em termos sintáticos. Contudo o enquadramento dessa sincronia no contexto da história da

língua portuguesa, tende a ser distinto se, ao invés de inseri-la apenas no processo de constituição do português europeu, ela é confrontada com o desenvolvimento divergente da língua após a sua transplantação para o Brasil.

7.2.2. Confronto

7.2.2.1. Português Quinhentista X Português Brasileiro:

Na comparação entre os sistemas de colocação dos clíticos descritos para o século XVI e para o português brasileiro culto contemporâneo, um aspecto avulta dentre os vários dignos de nota: no português brasileiro culto, a colocação pré-verbal do clítico generaliza-se para todas as situações, excetuando-se apenas aquelas em que o clítico acusativo de terceira pessoa ocorre junto a infinitivos verbais. As divergências de colocação do clítico entre o português quinhentista e o português brasileiro contemporâneo situam-se tanto ao nível das FORMAS FINITAS, quanto ao nível das FORMAS NÃO FINITAS DO VERBO. Note-se ainda que, no português brasileiro, a adjacência do clítico ao verbo é obrigatória, ao passo que, no português quinhentista, não o era.

Se o português quinhentista é caracterizado como um período de incremento da regra de anteposição do clítico, pode-se pensar que esse processo de incremento da colocação pré-verbal teve continuidade no percurso histórico que liga o português do século XVI ao português brasileiro culto contemporâneo. Assim, a partir do século XVI (ou um pouco antes), assiste-se a um progressivo aumento no uso da colocação pré-verbal, até que se chegue à situação atual do português do Brasil, em que a colocação pré-verbal tende a tornar-se a única forma de colocação do clítico na frase. Todavia, deve-se pensar num ponto em que a mudança



Plata
Edição 77

quantitativa no uso se transforme numa mudança qualitativa do padrão de colocação dos clíticos.

Mesmo se registrando um aumento no uso da colocação pré-verbal no século XVI, observa-se que os condicionamentos sintáticos permanecem, de modo que se encontram ainda contextos em que a colocação pré-verbal é categórica, ao lado de outros em que a posposição é categórica. Contudo, na continuação desse processo de crescimento do uso da colocação pré-verbal, que caracteriza o desenvolvimento histórico do português do Brasil, há um momento em que os condicionamentos sintáticos são sobrepujados pela generalização da anteposição como a forma preferencial de colocação do clítico em qualquer situação¹⁰.

Assim, deixam de existir contextos privativos ou majoritários da colocação pós-verbal, uma vez que são invadidos e dominados pela colocação que se torna a colocação vernácula no português do Brasil. Por outro lado, o profundo enfraquecimento dos condicionamentos sintáticos faz com que também deixem de existir, pelo menos nas variedades cultas da língua, contextos privativos da colocação pré-verbal, pois surgem aí ocorrências de posposição do clítico, decorrentes da hipercorreção dos falantes, que buscam usar a colocação pós-verbal sem terem, para tal, os condicionamentos sintáticos internalizados em sua gramática.

Observando o quadro da colocação dos clíticos nessas duas fases, vamos notar que nos quatro contextos em que, no século XVI, a colocação pós-verbal do clítico era categórica - orações principais/absolutas com verbo em posição inicial, orações coordenadas adversativas introduzidas pelo

¹⁰ Tarallo (1992) indica o século XIX, como aquele em que no português do Brasil, se teria constituído uma nova gramática (Cf. Capítulo 1, Considerações Preliminares). Nunes (1990) situa também no século XIX o que ele define como mudança na direcionalidade da cliticização fonológica, no português do Brasil, deixando o clítico de apoiar-se fonologicamente na palavra que o antecedia para apoiar-se na palavra que o seguia.

OPB mais
sem nichos/
1.200.000
C 200
14 contatos

coordenante mas e orações subordinadas reduzidas de infinitivo e gerúndio, não regidas por preposição -, no português brasileiro contemporâneo, a colocação pré-verbal, não apenas passou a ser utilizada, como também se tornou majoritária; à exceção das orações reduzidas de gerúndio, que, como já foi dito, constituem um núcleo de resistência ao padrão geral de colocação firmado no português do Brasil.

A generalização da colocação pré-verbal, mesmo em contextos sintáticos como a posição inicial da frase, para os quais a escolaridade enfatiza o uso da colocação pós-verbal, é acompanhada de uma elevação da colocação pós-verbal à condição de variante de prestígio¹⁹. Desse modo, resulta da interferência de fatores de natureza extralingüística a possibilidade, também atestada no corpus analisado, de ocorrer no português brasileiro culto a variante pós-verbal de colocação do clítico em contextos em que a colocação era categoricamente pré-verbal no século XVI. Esta possibilidade deve ser interpretada como decorrente do prestígio sociolingüístico de que goza a variante pós-verbal de colocação do clítico no português do Brasil, associado ao fato de o falante não ter mais internalizados os contextos sintáticos que indicariam a posposição do clítico. A hipercorreção fica então caracterizada: o falante culto busca, nos registros mais formais, utilizar a variante de prestígio, contudo, na medida em que o sistema de colocação do clítico definido por contextos sintáticos não faz parte da sua competência lingüística ativa, por vezes utiliza a colocação pós-verbal em situações que vão de encontro a esse sistema²⁰.

¹⁹ Como afirma Labov (1982:80) sobre a avaliação social da mudança: "It appears that whenever people aware of any systematic change in the language, they reject that change".

²⁰ O termo hipercorreção é usado aqui no seu sentido mais tradicional, e não no sentido em que figura em Labov (1985). Aplicando-se o sentido laboviano do termo à situação aqui tratada, esse termo descreveria a elevação das frequências relativas da colocação pós-verbal, a variante de prestígio, em registros de maior formalidade.

Como entender, então, a partir do quadro de mudança acima caracterizado, a ocorrência categórica da colocação pós-verbal, quando o clítico acusativo de terceira pessoa figura jurto a infinitivos verbais?

Sobre o clítico acusativo de terceira pessoa, afirma Nunes (1992):

There is little doubt that third person accusative clitics in Brazilian Portuguese do not make part of the vernacular in the sense of Labov (1972). Rather, the usage of these forms is associated with school guided knowledge, reveals higher levels of education of the speakers and is identified with written language or a "formal style"

Considera esse autor ser de natureza fonológica, e não sintática, a explicação para o desaparecimento do clítico acusativo de terceira pessoa no português vernáculo do Brasil, tem como para a distribuição idiossincrática que apresenta em relação aos demais clíticos na norma culta²¹.

Tal explicação consistiria em uma inovação própria do português do Brasil, ou seja, uma mudança quanto à direcionalidade da cliticização fonológica: enquanto, no português antigo e no português europeu contemporâneo, os clíticos seriam fonologicamente enclíticos, no português brasileiro, teriam passado, a partir do início do século XIX, a cliticizar-se para a direita, tornando-se, consequentemente, proclíticos. A maior evidência de que essa mudança teria ocorrido seria o fato de, no Brasil, os clíticos terem passado a poder ocupar a posição inicial absoluta,

²¹ Nunes (1992) discute três situações em que a colocação do clítico acusativo de terceira pessoa é divergente em relação à dos demais clíticos:

(i) auxiliar + verbo principal no participio:

Ex.: João tinha me-visto
João o-tinha visto

(ii) auxiliar + verbo principal no infinitivo:

Ex.: João vai me-ver.
João vai vê-lo

(iii) a não ocorrência do clítico acusativo de terceira pessoa em posição inicial absoluta; o que pode ocorrer com todos os outros clíticos.

sendo relevante que o único clítico que aí não possa ocorrer seja exatamente o clítico acusativo de terceira pessoa: em princípio, portanto, esse clítico não poderia, como os demais, cliticizar-se para a direita.

Ao discutir as razões pelas quais esse fato se verifica, em verdade, julgo que Nunes retoma, com outro tipo de formalização, o que Mattoso Câmara (1975) já havia proposto em seu clássico artigo "Ele como um Acusativo no Português do Brasil"²². Nesse artigo, Mattoso Câmara considera que o desaparecimento do clítico acusativo de terceira pessoa, dando margem à utilização da forma *ele* como acusativo no português do Brasil, estaria relacionado ao fato de o clítico *o(s)*, *a(s)* não se ter adequado ao padrão geral de colocação pré-verbal que se firmou na língua, por não possuir, como os demais, o padrão silábico CV.

Voltando, portanto, à questão inicial - como entender a ocorrência categórica da colocação pós-verbal, quando o clítico acusativo de terceira pessoa figura junto a infinitivos verbais? - diria que a resposta a essa questão talvez não possa passar ao largo do fato de que a ênclise do clítico *o(s)*, *a(s)* ao infinitivo permite a reestruturação do padrão silábico CV, através da ocorrência das variantes *lo(s)*, *la(s)*. Contudo, é preciso salientar que, por esse raciocínio, se deveria esperar, então, que a variante *no(s)*, *na(s)*, que também possui o padrão silábico CV, apresentasse, na fala culta, a mesma frequência da variante *lo(s)*, *la(s)*, o que não se verifica; na amostra lingüística do português brasileiro analisada neste trabalho, não houve sequer uma atestação daquela variante.

²² Esse trabalho de Mattoso Câmara está na base de muitos outros que posteriormente se desenvolveram sobre as construções de *ele* como acusativo e também sobre o objeto nulo no português do Brasil. Desses trabalhos, podem-se citar, no âmbito da sociolingüística, por exemplo, OMENA, 1978 e DUARTE, 1989.

7.2.2.2. Português Quinhentista X Português Europeu

Não pretendo estender-me, neste trabalho, nas considerações sobre a situação do português europeu no contexto da história da língua portuguesa, pois, sobre a colocação dos clíticos nessa variante da língua, os meus comentários não se fundamentam na observação direta dos fatos e, desse modo, pouco ou quase nada teria a acrescentar ao que já se disse nos trabalhos em que me baseio para fazer esse confronto. Assim, deter-me-ei apenas nos aspectos que se destacaram no cotejo entre o padrão de colocação do clítico apresentado para o português europeu e aqueles que deparei em minha análise do português quinhentista e do português brasileiro contemporâneo culto.

As divergências entre os sistemas de colocação do clítico do português europeu contemporâneo e do português quinhentista situam-se no âmbito das orações em que ocorrem FORMAS FINITAS DO VERBO, já que, diante das FORMAS NÃO FINITAS, não se atestam diferenças²³. Por outro lado, no português europeu, tal como no português brasileiro, o clítico encontra-se adjacente à forma verbal²⁴.

Vejanos, pois, em que consistiram as mudanças nas orações marcadas por FORMAS FINITAS DO VERBO. Nas orações subordinadas desenvolvidas e interrogativas, a situação permaneceu inalterada, estando o clítico, no português europeu, em posição pré-verbal, como no português quinhentista. Entretanto, nas orações principais/absolutas e coordenadas, produziram-se mudanças que seguiram uma mesma

²³ O português quinhentista e o português europeu contemporâneo identificam-se quanto à variabilidade posicional dos clíticos nas orações subordinadas reduzidas de infinitivo regidas por preposição, é provável, contudo, que no português europeu a preferência seja pela colocação pós-verbal, e não pela colocação pré-verbal, como se verificou para o português quinhentista.

²⁴ Refere-se, quanto ao português europeu, a possibilidade de se interpor entre o clítico e o verbo o SAdv de negação não. Essa possibilidade, todavia, estaria restrita à língua padrão escrita.

direção: o incremento do uso da variante pós-verbal de colocação do clítico. Não há, assim, um contexto sequer em que a colocação fosse pós-verbal e tenha passado a pré-verbal, mas apenas contextos em que a colocação era pré-verbal, cu variável com preferência pela colocação pré-verbal, passando a pós-verbal. Contudo, esse processo não atingiu todos os contextos definidos como sendo de colocação pré-verbal, ou preferencialmente pré-verbal, no português quinhentista.

Nas orações principais/absolutas, observa-se que, enquanto, no século XVI, se a colocação pós-verbal é categórica: quando o verbo não está precedido por nenhum constituinte, esse padrão praticamente se inverte quando ocorre algum elemento à esquerda do verbo. Já, no português europeu contemporâneo, a colocação pós-verbal prevalecerá em ambos os casos, excetuando-se os seguintes contextos: verbo precedido por SAdv de negação, outras SAdv's como já, sempre, só, etc., SN sujeito quantificado ou sintagmas focalizados. Assim, enquanto no século XVI a ocorrência de qualquer SN (SN sujeito, objeto direto, com valor circunstancial, sujeito pronominal, etc.) tornava a regra de anteposição do clítico categórica, no português europeu contemporâneo, o clítico situa-se à direita do verbo, nesses mesmos contextos (exceto nos casos particulares referidos acima).

Já quanto às orações coordenadas, enquanto, no português quinhentista, se observam diversos padrões que vão desde a colocação pós-verbal categórica, nas orações introduzidas pelo coordenante *mas*, à situação inversa, verificada nas coordenadas alternativas, passando por contextos de predomínio da colocação pós-verbal (as aditivas introduzidas por *e*, por ex.) e da colocação pré-verbal (as coordenadas conclusivas, por ex.), no português europeu contemporâneo, segundo as descrições adotadas, ocorre um predomínio da colocação pós-verbal, que apenas não se verifica nas orações alternativas. Assim, no âmbito das

coordenadas, também se verifica o incremento da regra de posposição do clítico que caracteriza a passagem do português quinhentista ao português europeu contemporâneo.

Contudo, há uma diferença crucial no desenvolvimento divergente da língua portuguesa a partir de sua transplantação para o Brasil, quanto à colocação dos clíticos. Embora tenha alterado, ou mesmo subvertido, certos padrões observados no século XVI, o português europeu contemporâneo conserva um sistema de colocação dos clíticos que se define a partir dos condicionamentos sintáticos²⁵. Já no português do Brasil, esses condicionamentos sintáticos praticamente desapareceram, em função do uso generalizado da colocação pré-verbal.

25 Cf. Salvi (1990:177):

"Il portoghese, assieme al galego e a una parte dei dialetti asturo-leonesi, offre un campo d'osservazione privilegiato per gli studi sulla storia dei clitici romanzi perché, diversamente dalle altre lingue neolatine, ha conservato, almeno in parte, il sistema di collocazione dei clitici delle lingue romanze antiche, che sotto il nome di legge Tobler-Mussafia, rappresenta una continuazione della legge di Wackernagel. Mentre infatti nella maggior parte delle lingue romanze moderne la posizione dei clitici rispetto al verbo dipende dal modo del verbo, nei dialetti della sezione occidentale della Penisola Iberica la posizione dei clitici dipende dalla struttura sintattica della frase, come era il caso nella fase antica di tutte le lingue romanze".

*Faz - parte
Final Ref. 1/2*

Palavras Finais

A colocação dos clíticos constitui uma das questões mais intrigantes, não apenas da história da língua portuguesa, mas de todas as línguas românicas, o que explica a grande quantidade de análises que se fizeram e que continuam a ser feitas sobre as significativas mudanças que se operaram nesse ponto da estrutura dessas línguas. A análise que aqui se fez comprovou a importância dessa questão para a compreensão da história da língua portuguesa, e particularmente da constituição de suas variantes europeia e brasileira contemporâneas.

Muitas propostas de explicação para o fenômeno têm sido apresentadas por análises que, ora se concentram sobre os condicionamentos fonológicos, ora se concentram sobre os condicionamentos sintáticos; devendo-se destacar o conjunto de reflexões produzidas no âmbito da Gramática Gerativa sobre essa questão.

Neste trabalho, de caráter essencialmente descritivo, não se pretendeu apresentar uma proposta de explicação dos fatos lingüísticos que se observam na sucessão de padrões de colocação do clítico ao longo da história da língua portuguesa. O seu objetivo foi o de, a partir da descrição da colocação do clítico no português quinhentista e no português brasileiro culto contemporâneo, e do confronto desses resultados com descrições da situação do português europeu contemporâneo, estabelecer um quadro geral do desenvolvimento divergente da língua portuguesa, no que tange a esse aspecto da sintaxe, identificando as mudanças operadas no desenvolvimento histórico de cada uma das duas

variantes, bem como a maneira como essas mudanças se inserem na sua organização estrutural, e alguns dos seus possíveis condicionamentos sociolingüísticos, para o caso do português do Brasil.

Tanto o desenvolvimento de uma teoria geral da mudança lingüística, quanto o desenvolvimento das explicações das mudanças lingüísticas particulares exigem que se tenha, para as histórias das línguas particulares, estudos descritivos representativos de suas diversas sincronias. No caso específico da língua portuguesa, diferentemente do que se passa no domínio de outras línguas, como, por exemplo o francês e o inglês, são conhecidas as muitas lacunas existentes.

Nesse sentido, antes de buscar promover o avanço teórico sobre a questão analisada, este trabalho, no escopo de suas limitações, pretende ser uma contribuição para que a compreensão desse problema se edifique sobre a base de uma maior fundamentação empírica.

BIBLIOGRAFIA

- BARBADINHO NETO, Raimundo. (1977). *Sobre a Norma Literária do Modernismo*. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico.
- BARBOZA, Jeronymo Soares. (1881) [1803]. *Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa ou Principios da Grammatica Geral Applicada á Nossa Linguagem*. 7 ed. Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias.
- BECHERA, Evanildo. (1982). *Moderna Gramática Portuguesa*. 27 ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- CALLU, Dinah. (1992). "Variação Diatópica na Fala Culta". Comunicação apresentada à Reunião Anual da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN) - XLIV SBPC, São Paulo.
- CAMARA Jr., J. Mattoso. (1975). *Ele como Acusativo no Português do Brasil*. In: _____. *Dispersos*. Seleção e introdução por Carlos Eduardo Falcão Uchoa. 2 ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- _____. (1979). *História e Estrutura da Língua Portuguesa*. 3 ed. Rio de Janeiro, Padrão.
- _____. (1953). *Para o Estudo da Fonêmica Portuguesa*. Rio de Janeiro, Edição da "Organização Simões".
- CANDIDO, Antônio. (1981). *Formação da Literatura Brasileira*. 6 ed. Belo Horizonte, Itatiaia.
- CARVALHO, Joaquim Brandão de. (1989). "Phonological Conditions on Portuguese Clitic Placement: on Syntactic Evidence for Stress and Rhythmical

- Patterns", *Linguistics*, Berlin, Mouton de Gruyter, no 27, pp. 405-436.
- CASTILHO, Ataliba. (1987). "Para o Estudo das Unidades Discursivas do Português Falado". Comunicação apresentada à XVI Reunião do Projeto NURC, Rio de Janeiro.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. (1979). *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*. 20 ed. Companhia Editora Nacional.
- CORVALAN, C. Silva. (1989). *Sociolinguística - Teoria y Análisis*. Madrid, Editorial Alhambra.
- CUNHA, Celso. (1968). *Língua Portuguesa e Realidade Brasileira*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- _____. (1981a). *Gramática do Português Contemporâneo*. 9 ed. Rio de Janeiro, Padrão - Livraria Editora.
- _____. (1981b). *Língua, Nação, Alienação*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- _____. (1985). *A Questão da Norma Culta Brasileira*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- _____. (1986). "Conservação e Inovação no Português do Brasil", *O Eixo e a Roda*, Belo Horizonte, no 05, pp. 199-230.
- _____ e CINTRA, Lindley. (1985). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- DIAS, Augusto Epifânio da Silva. (1933). *Sintaxe Histórica Portuguesa*. 2 ed. Lisboa, Livraria Clássica Editora.
- DUARTE, Inês Silva e FARIA, Isabel Hub. (1989). "O Paradoxo da Variação: Aspectos do Português Europeu", *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, Lisboa, no 01, pp. 21-27.
- DUARTE, Ma Eugénia Lamoglia. (1989). Clítico Acusativo, Pronome Lexical e Categoria Vazia no Português

- do Brasil. In: TARALLO, Fernando (org.). **Fotografias Sociolingüísticas**. Campinas, Pontes.
- ELIA, Silvio. (1979). **A Unidade Lingüística no Brasil - Condicionamentos Geoeconômicos**. Rio de Janeiro, Livraria Editora.
- _____. (1961) [1940]. **O Problema da Língua Brasileira**. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro.
- FARACO, Carlos Alberto. (1991). **Lingüística Histórica**. São Paulo, Atica.
- FIGUEIREDO, Cândido de. (1944) [1909]. **O Problema da Colocação de Pronomes**. 7 ed. Lisboa, Livraria Clássica Editora.
- FORD, J. D. M. (ed.) (1931). **Letters of John III - King of Portugal**. Cambridge, Harvard University Press.
- FORD, J. D. M. e MOFFAT, L. G. (eds.) (1933). **Letters of the Court of John III - King of Portugal**. Cambridge, Harvard University Press.
- FROELICH, Paulo A. (1975). "Brasil - Língua Padrão ou Diglossia?", **Revista de Letras**, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, vol. 17, pp. 165-177.
- HUBER, Joseph. (1986). **Gramática do Português Antigo**. Trad. port. de Ma Manuela Gouveia Delile. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- LABOV, William. (1985) [1972]. **Sociolinguistic Patterns**. Oxford, Basil Blackwell.
- _____. "What can be learned about change in progress from synchronic descriptions?" (1981). In: SANKOFF, David e CEDERGREEN, Henrietta (orgs.). **Variation Omnibus**, Canada, Linguistic Research, Inc., pp. 177-199.
- _____. (1982). Building on Empirical Foundations. In: LEHMANN, W. P. e MALKIEL, Y. (eds.).

- Perspectives on Historical Linguistics.** Amsterdam-Philadelphia, John Benjamins Publishing Company.
- LAVANDERA, Beatriz R. (1978). "Where does the sociolinguistic variable stop?", *Language in Society*, no 07, pp. 171-183.
- LEITE DE VASCONCELLOS, José (ed.). (1906). *O Livro do Esopo. Fabulário Português Medieval*, *Revista Lusitana*, Lisboa, vols. VIII e IX (separata).
- LIGHTFOOT, David W. (1983). [1979]. *Principles of Diachronic Syntax*. Cambridge, Cambridge University Press.
- LIMA, C. Henrique da Rocha. (1976). *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 18 ed. Rio de Janeiro, José Olympio Editora.
- LOBATO, Lúcia Ma Pinheiro (1975). *Os Verbos Auxiliares em Português Contemporâneo. Critério de Auxiliari- dade*. In: _____ et alii. *Análises Lingüísticas*. Petrópolis, Vozes.
- LOBO, Tânia. (1990). "Observações sobre a Síncrise Pronominal no Século XV e nas Variantes Européia e Brasileira do Português Contemporâneo". Comunicação apresentada ao VI Encontro da Associação Portuguesa de Lingüística, Porto.
- _____; LUCCHESI, Dante e RAPP, Carola. (1986). "Colocação dos Pronomes Átonos na Norma Culta de Salvador", *Atas do Simpósio sobre a Diversidade Lingüística no Brasil*, Salvador, pp. 193-204.
- _____; LUCCHESI, Dante. (1988). "Gramática e Ideologia", *Sitientibus*, Feira de Santana, ano V, no 08, pp. 73-81.
- _____; LUCCHESI, Dante e MOTA, Jacyra. (1991). "A Norma Culta Brasileira e as Prescrições Gramaticais: colocação dos pronomes átonos", *Estudos*, Salvador, no 11, pp. 147-158.
- LUCCHESI, Dante. (1988). "Análise da conversação, perspectiva funcionalista e gramática - a

- colocação dos pronomes átonos", *Anais do XI Encontro Nacional de Linguística*, Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica, pp: 196-206.
- ____ e MOTA, Jacyra. (1991). "Análise das Variáveis Sociolingüísticas na Colocação dos Pronomes Átonos", *Estudos*, Salvador, nº 11, 159-175.
- MAIA, Clarinda de Azevedo. (1986). *História do Galego-Português - Estado Lingüístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o Século XIII ao Século XVI*. Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. (1986). *Análise da Conversação*. São Paulo, Atica.
- ____. (1987). "Marcadores Conversacionais no Português Brasileiro: formas, posições e funções". Comunicação apresentada à XVI Reunião do Projeto NURC, Rio de Janeiro.
- MARTINS, Ana Maria. (1992). "Clitic Placement from Old to Modern Portuguese". University of Maryland at College Park. Texto fotocopiado.
- MATEUS, Maria Helena Mira et alii. (1989). *Gramática da Língua Portuguesa*. 2 ed. Lisboa, Caminho.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virginia. (1971). *A mais antiga versão portuguesa dos "Quatro livros dos diálogos de São Gregório"*. Edição crítica com introdução e índice geral das palavras lexicais. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- ____. (1989). *Estruturas Trecentistas - Elementos para uma Gramática do Português Arcaico*. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- MONTEIRO, José Lemos. (1991). *Os Pronomes Pessoais no Português do Brasil*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- MOTA, Jacira e ROLLEMBERG, Vera. (1991). "O Projeto de Estudos da Norma Lingüística Urbana Culta no

- Brasil: Antecedentes e Desenvolvimento em Salvador", *Estudos*, Salvador, no 11, pp. 9-22.
- NUNES, Jairo. (1992). "Directionality of Cliticization, Distribution of Clitics, and Null Objects in Brazilian Portuguese". University of Maryland at College Park. Texto fotocopiado.
- OMENA, N. P. de. (1978). *Pronome Pessoal de Terceira Pessoa. Suas Formas Variantes em Função Acusativa*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro.
- PERINI, Mário A. (1989). *Sintaxe Portuguesa - Metodologia e Funções*. São Paulo, Atica.
- Projeto de Estudo da Norma Lingüística Culta de Algumas das Principais Capitais do Brasil .(1970). Marília, Conselho Municipal de Cultura.
- ROMAINE, Suzanne. (1985). [1982]. *Socio-Historical Linguistics - Its Status and Methodology*. Cambridge, Cambridge University Press.
- ROSSI, Néson (1963). *Atlas Prévio dos Falares Baianos*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro - MEC.
- _____. (1980). "A Realidade Lingüística Brasileira", *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, Universidade de São Paulo, no 22, pp. 35-44.
- SAID ALI, M. (1957). *Dificuldades da Língua Portuguesa*. 5 ed. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica.
- _____. (1963) *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*. 7 ed. São Paulo, Melhoramentos.
- _____. (1964). *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. 3 ed. São Paulo, Melhoramentos.
- SALVI, Giampaolo. (1990). "La Sopravvivenza della Legge di Wackernagel nei Dialetti Occidentali della Penisola Iberica", *Medioevo Romano*, Anno XV, no 2, pp. 177-210.
- SANKOFF, D. (1988). "Variable Rules". Adapted from original version in *Sociolinguistics*. An

- International handbook of the science of language and society, edited by Ulrich Ammon, Norbert Dittmar, Klaus J. Mattheier. Université de Montréal. Texto fotocopiado.
- SCHEFFRE, Maria Marta Pereira. (1988). *Reanálise da Concordância Nominal em Português*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- SILVA, Myrian Barbosa da. (1989). *As Pretônicas no Falar Baiano*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- SILVA NETO, S. (1986). [1950]. *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil*. 5 ed. Rio de Janeiro, Presença - Instituto Nacional do Livro.
- _____. (1988). *História da Língua Portuguesa*. 5 ed. Rio de Janeiro, Presença.
- TARALLO, Fernando. (1986). *A Pesquisa Sociolingüística*. 2 ed. São Paulo, Atica.
- _____. (1988). "Discussing the Alleged Creole Origin of Brazilian Portuguese: Targeted vs. Untargeted Syntactic Changes", *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, nº 15, pp. 137-161.
- _____. (org.) (1989). *Fotografias Sociolingüísticas*. Campinas, Pontes.
- _____. (1992). "Turning Different at the Turn of the Century: 19th century Brazilian Portuguese". In: GUY, G.; BAUGH, J.; SCHIFFRIN, D. (eds.), *Festschrift to William Labov*. No prelo.
- TELES, Gilberto Mendonça. (1977). *Vanguarda Européia e Modernismo Brasileiro*. 4 ed. Petrópolis, Vozes.
- TEYSEIER, Paul. (1987). *História da Língua Portuguesa*. 3 ed. Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.
- VIANNA, A. R. Gonçalves. (1944) [1909]. *Juízo Crítico*. In: FIGUEIREDO, Cândido de. (1944) [1909]. *O Problema da Colocação de Pronomes*. 7 ed. Lisboa, Livraria Clássica Editora.

WEINSTEIN, Uriel, LABOV, William e HERZOG, Marvin I.
(1968). Empirical Foundations for a Theory of
Language Change. In: LEHMANN, W. P. e MALKIEL, Y.
(eds.) Directions for Historical Linguistics. A
Symposium. Austin-London, University of Texas
Press.